

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA
DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO
SOCIAL, NO ÂMBITO DO NOVO QUADRO
FINANCEIRO PLURIANUAL 2021-2027**

Ficha técnica

Título: Intervenções prioritárias em matéria de Qualificações, Emprego e Inclusão Social no Algarve 2021-2027

Autor: António Oliveira das Neves (Coordenador)

Outubro de 2021

Índice

APRESENTAÇÃO	1
A- QUADRO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL DO PERÍODO 2021-2027	4
<i>A1. Do Pilar Europeu dos Direitos Sociais ao quadro de referência da programação 2021-2027.....</i>	<i>4</i>
<i>A2. Quadro estratégico e operacional - uma visão de conjunto</i>	<i>8</i>
B- DIAGNÓSTICO DOS CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS	10
<i>B1. Mercado de Trabalho Regional</i>	<i>10</i>
<i>B2. Inclusão social - qualificações de base e integração socioeconómica</i>	<i>32</i>
<i>B3. Tendências e Dinâmicas Territoriais na qualificação do capital humano</i>	<i>39</i>
C - OPERACIONALIZAÇÃO DO QFP 2021-2027 NA COMPONENTE FSE+	58
<i>C1. Abordagem e Escolha de Objetivos Específicos.....</i>	<i>58</i>
<i>C2. Objetivos Específicos e Tipologias de Ação</i>	<i>59</i>
<i>C3. Dimensões de Coerência com Objetivos Específicos FSE +.....</i>	<i>72</i>
<i>C4. Condições de Operacionalização das Intervenções</i>	<i>78</i>

APRESENTAÇÃO

A fundamentação e o enunciado de **intervenções prioritárias em matéria de Qualificações, Emprego e Inclusão Social no horizonte 2021-2027 para o Algarve**, ocorre num contexto fortemente influenciado pelos efeitos resultantes da crise pandémica que “convive” com as, ainda, persistentes condicionantes estruturais do mercado de trabalho e do tecido socioeconómico do Algarve que têm comprometido alguns avanços conquistados na segunda metade da década passada.

Os efeitos da pandemia têm-se revelado mais negativos para os trabalhadores informais, temporários e precários, muito presentes na economia do Algarve, com os jovens a enfrentar perdas de emprego bem superiores às dos adultos em 2020/2021, para além do adiamento da entrada na vida ativa, desistindo de procurar o primeiro emprego, com potencial efeito de *scarring* ou perda de capital humano e produzindo mais desencorajados da procura de trabalho, correspondendo à trajetória que motiva alertas da OIT.

Os jovens ficaram mais vulneráveis ao desemprego quando comparados com os trabalhadores mais velhos, elevando as taxas de desemprego juvenil, nomeadamente nos segmentos menos escolarizados e qualificados, agora com maiores dificuldades de entrada num mercado de trabalho em tendência de contração e mais exigentes em competências digitais.

Alguns relatórios recentes assinalam a persistência dos fatores que determinam o risco de perder o emprego em Portugal, antes e depois da crise pandémica: ser jovem, com idade entre (25-34 anos); ter concluído apenas o ensino básico; trabalhar em setores específicos (alojamento, restauração e similares), o conjunto de atividades de risco mais elevado; o tipo de contrato de trabalho (sobretudo, os temporários) ou a ausência de vínculo contratual, o que justificará uma parte do rápido aumento do desemprego no início da crise em áreas de atividade económica onde a incidência dos contratos temporários é particularmente elevada, como a hotelaria, a restauração e os serviços administrativos e de apoio ou, ainda, as atividades relacionadas com o turismo e algum comércio, as mais vincadamente sazonais no Algarve.

Os dados do *Inquérito ao Emprego*, do INE, divulgados em agosto de 2021, relativos ao 2º trimestre, apontam uma tendência de recuperação do emprego para os níveis pré-pandemia, mas com desigualdades visíveis entre setores de atividade e grupos de trabalhadores, destacando que o perfil de trabalhadores mais prejudicados na retoma do emprego é constituído pelos menos qualificados e os mais jovens.

Estes elementos de contexto traçam um quadro de referência de alguma complexidade para a programação de prioridades de intervenção no enquadramento dos Objetivos específicos do FSE+ ainda que a latitude dos mesmos proporcione conforto satisfatório para equacionar intervenções futuras em matéria de Qualificações, Emprego e Inclusão Social, contemplando também atuações de capacitação do tecido institucional de suporte (público, associativo e privado) indispensáveis à dinamização, gestão e execução de medidas ativas, no enquadramento do Objetivo de Política 4 (FSE+).

O trabalho realizado para a CCDR Algarve, entre maio e outubro de 2021, teve por finalidade fundamentar a Estruturação Preliminar das Intervenções Prioritárias em matéria de Qualificações, Emprego e Inclusão Social para o Algarve (2021-2027) e compreendeu as três fases a seguir identificadas:

- Fase A - Quadro estratégico e operacional (referências comunitárias, nacionais e regionais) do período de programação 2021-2027;

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

- Fase B - Diagnóstico dos constrangimentos e desafios do Algarve, em matéria de Qualificações, Emprego e Inclusão ativa; e
- Fase C - Definição dos princípios de operacionalização do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 na componente FSE+.

No âmbito destas três fases foram elaborados relatórios autónomos que foram objeto de integração para efeitos de edição do trabalho como um todo, no alinhamento de um roteiro racional e coerente, em termos de metodologia e de estruturação temática.

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO
SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)**

..

A- QUADRO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL DO PERÍODO 2021-2027

A1. Do Pilar Europeu dos Direitos Sociais ao quadro de referência da programação 2021-2027

A contextualização e enquadramento do Quadro estratégico e operacional do período de programação 2021-2027 compreendem três vertentes:

- **Europeia** [“Uma Nova Agenda de Competências para a Europa”, CE, 2016; Relatórios de Semestre Europeu relativos a Portugal, sobretudo o Country Report, 2018 – Semestre Europeu (Anexo D); e Regulamento FSE + (artº 4 -Objetivos Específicos)].
- **Nacional** [Estratégia Portugal 2030, com foco nas Agendas temáticas 1 e 2 que enquadram as prioridades de intervenção do Emprego e Inclusão Social e da Qualificação dos recursos humanos];
- **Regional** [Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030, com destaque para a Visão Estratégica que identifica objetivos específicos para o Objetivo de Política Algarve + Social].

O **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, proclamado em 2017 na Cimeira de Gotemburgo, estabelece os 20 princípios fundamentais que constituem a referência fundadora e o quadro de orientação para uma Europa social forte, justa, inclusiva e plena de oportunidades no século XX:

Pilar Europeu dos Direitos Sociais
1. Educação, formação e aprendizagem ao longo da vida; 2. Igualdade entre homens e mulheres; 3. Igualdade de oportunidades; 4. Apoio ativo ao emprego; 5. Emprego seguro e adaptável; 6. Salários; 7. Informações sobre as condições de emprego e proteção em caso de despedimento; 8. Diálogo social e participação dos trabalhadores; 9. Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada; 10. Ambiente de trabalho são, seguro e bem-adaptado e proteção dos dados; 11. Acolhimento e apoio a crianças; 12. Proteção social; 13. Prestações por desemprego; 14. Rendimento mínimo; 15. Prestações e pensões de velhice; 16. Cuidados de saúde; 17. Inclusão das pessoas com deficiência; 18. Cuidados de longa duração; 19. Habitação e assistência para os sem-abrigo; e 20. Acesso aos serviços essenciais.

Os elementos de Diagnóstico no âmbito do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**, parte dos quais com papel estruturante na programação do FSE+, encontram-se sistematizados nos indicadores da tabela seguinte.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

A Região Algarve no quadro dos indicadores de monitorização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais

Categoria	Áreas de Política	Indicadores	UE27	Portugal	Região Algarve
Igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho	1. Educação, Competências e Aprendizagem ao Longo da Vida (18-22 anos)	Taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24)	9,9 (2020)	8,9 (2020)	19,9 (2019)
		Taxa de participação de adultos em ações de Aprendizagem ao Longo da vida (25-64)	9,2% (2020)	10,0% (2020)	9,4% (2020)
		Insucesso escolar	9,9	8,9	-
		Taxa de escolaridade do nível de ensino superior	40,1% (2020)	40,0% (2020)	22,0% (2021)
	2. Igualdade de género no mercado de trabalho	Disparidades de género no emprego (em p.p. 20-64)	11,1 pp (2020)	5,9 pp (2020)	4,4 pp (2020)
		Disparidades de género no emprego a tempo parcial (em pp)	20,5 pp (2020)	5,1 pp (2020)	ND
		Disparidade salarial entre sexos nos trabalhadores por conta de outrem (%) *	14,1% (2019)	10,6% (2019)	6,1% (2018)
	3. Desigualdade e mobilidade ascendente	Desigualdade de rendimento (rácio S80/20)	5,0 (2019)	5,0 (2019)	4,6 (2019)
		Varição no desempenho explicada pelo estatuto socioeconómico dos alunos (em leitura)	12%/OCDE (PISA 2018)	13,5%/OCDE (PISA 2018)	ND
	4. Condições de vida e pobreza	Taxa de risco de pobreza ou exclusão social	20,9% (2019)	21,6% (2019)	23,2% (2019)
		Taxa de privação material severa	5,4% (2019)	5,6% (2019)	8,1% (2019)
		Pessoas a viver em agregados com muito baixa intensidade trabalho	8,5% (2019)	5,1% (2019)	5,5% (2019)
		Taxa de privação severa das condições de habitação (% proprietários)	1,6% (2019)	2,7% (2019)	ND
		Taxa de privação severa das condições de habitação (% inquilinos)	5,4% (2019)	7,7% (2019)	ND
	5. Juventude	Jovens que não estão em emprego, formação ou educação (15-24 anos)	11,1% (2020)	9,1% (2020)	12,8% (2020)
Mercados de trabalho dinâmicos e condições de trabalho justas	6. Estrutura da mão-de-obra	Taxa de emprego (20-64 anos)	72,3% (2020)	74,7% (2020)	74,8% (2020)
		Taxa de desemprego (15-74 anos)	7,1% (2020)	6,9% (2020)	8,4% (2020)
		Taxa de atividade (15-64 anos)	72,9% (2020)	74,3% (2020)	75,4% (2020)
		Taxa de desemprego jovem (15-24 anos)	16,8% (2020)	22,6% (2020)	29,1% (2015)
	7. Dinâmica do mercado de trabalho	Taxa de desemprego de longa duração (15-74 anos)	2,4% (2020)	2,7%/INE (2020)	2,4%/INE (2020)
		% trabalhadores (20-64 anos) por permanência no emprego atual (até 11 meses)	11,6% (2020)	12,5% (2020)	13,1% (2020)
		% trabalhadores (20-64 anos) por permanência no emprego atual (até 12 a 23 meses)	9,1% (2020)	8,2% (2020)	8,3% (2020)
		% trabalhadores (20-64 anos) por permanência no emprego atual (até 24 a 59 meses)	16,9% (2020)	16,3% (2020)	17,4% (2020)
		% trabalhadores (20-64 anos) por permanência no emprego atual (5+ anos)	61,4% (2020)	63,0% (2020)	61,2% (2020)
		Taxa de transição de trabalho temporário para permanente (média de 3 anos)	25,6% (2019)	33,6% (2019)	ND
	8. Rendimento, incluindo relativo ao trabalho	Rendimento bruto não ajustado disponível dos agregados per capita Index 2008=100	107,39 (2020)	106,94 (2020)	ND
		Taxa de risco de pobreza dos trabalhadores	9,0% (2019)	9,5% (2019)	11,2% (2019)
Proteção Social e Inclusão Social	9. Impacto das políticas públicas na redução da pobreza	Impacto das transferências sociais (excluindo pensões) na redução da pobreza	32,38% (2019)	24,23% (2019)	ND
		Despesa pública com proteção social (% do PIB)	19,3% (2019)	16,9% (2019)	ND
		Despesa pública com saúde (% do PIB)	7,0% (2019)	6,6% (2019)	ND
		Despesa pública com Educação (% do PIB)	4,7%	4,4%	ND

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Categoria	Áreas de Política	Indicadores	UE27	Portugal	Região Algarve
			(2019)	(2019)	
		Rácio de substituição agregado das pensões	0,57 (2019)	0,68 (2019)	ND
	10. Serviços de apoio à primeira infância	Crianças (<3 anos) em acolhimento formal	35,3% (2019)	52,9% (2019)	ND
	11. Cuidados de Saúde	Necessidades insatisfeitas de cuidados médicos comunicadas pelo próprio (16+anos)	1,7% (2019)	1,7% (2019)	ND
		Anos de vida saudável aos 65 (homens)	10,2% (2019)	7,9% (2019)	ND
		Anos de vida saudável aos 65 (mulheres)	10,4% (2019)	6,9% (2019)	ND
		Esperança de vida aos 65 (homens)	18,1 (2018)	17,7 (2018)	17,2 (2018)
		Esperança de vida aos 65 (mulheres)	21,6 (2018)	21,0 (2018)	21,1 (2018)
	12. Acesso digital	Competências digitais (% de indivíduos com competências básicas ou mais que básicas)	56% (2019)	52% (2019)	ND

(*) O valor do Algarve corresponde ao indicador INE “Disparidade no ganho médio mensal (entre sexos - %) da população empregada por conta de outrem”.

Fonte: EU-SILC, LFS, ESTAT-DEM, DESI - Eurostat; INE; PISA-OCDE

O posicionamento do Algarve nesta bateria de *Indicadores de monitorização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais* revela como principais traços de caracterização os seguintes, segundo os domínios-chave que serão alvo de intervenções prioritárias:

- ✎ **Qualificações:** (i) a taxa de abandono escolar precoce (19,9%, em 2019) é bastante superior a média nacional e à média da UE a 27; (ii) a taxa de participação de adultos em ações de ALV (9,4%, em 2020), situa-se em patamares muito próximos dos níveis de participação nacional e da União Europeia, enquanto a taxa de escolaridade do nível do ensino superior (33,8%, em 2020) se encontra ainda aquém das “performances” nacional e da UE27.
- ✎ **Emprego:** (i) a taxa de emprego em 2020 com valor ligeiramente superior (74,8%) ao das taxas nacional e da UE27; (ii) taxa de desemprego superior (8,4%, em 2020) e expressivamente mais elevada no caso dos jovens (29,1%); (iii) outros indicadores apontam para níveis de rotação elevados no emprego e uma reduzida taxa de desemprego de longa duração; e (iv) percentagem de jovens NEET (12,8%) cerca de 4pp superior no Algarve face ao País.
- ✎ **Inclusão Social:** (i) desigualdade de rendimento ligeiramente mais baixa no Algarve; (ii) indicadores de pobreza superiores no Algarve, sendo de destacar a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores (11,2%), acima das performances de Portugal e UE27, num contexto em que o EUROSTAT não regista indicadores de impacto das políticas públicas na redução da pobreza.

O *Compromisso Social do Porto*, assinado no encerramento da Cimeira Social integrada na Presidência do Conselho da União Europeia, posiciona-se como referência orientada para cumprir as metas do *Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais* e concretizar as políticas de inclusão, sustentabilidade e criação de emprego. Entre as grandes metas para 2030, com particular relevância para enquadrar as intervenções prioritárias em matéria de Qualificações, Emprego e Inclusão para o Algarve, salientam-se as seguintes:

- a recuperação do mercado de trabalho e a **criação de empregos de qualidade**, enquanto pedra angular do desenvolvimento económico e social, no intuito de cumprir o objetivo para 2030 de alcançar uma taxa de emprego mínima de 78%, o que implica reduzir pelo menos para metade as disparidades de género no emprego;

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

- o **investimento nas competências, na aprendizagem ao longo da vida e na formação**, de modo a responder às necessidades económicas e sociais e a cumprir os objetivos, definidos também para 2030, de ter pelo menos 60% dos europeus a participarem todos os anos em formações e pelo menos 80% das pessoas entre 16 e 74 anos com competências digitais básicas, assim fomentando a aquisição de competências, a requalificação, a empregabilidade e a inovação; e
- uma **inclusão social** adequada e políticas de proteção social que, até 2030, reduzam a população a viver em situação de pobreza ou de exclusão social em pelo menos 15 milhões de pessoas (por comparação com os números de 2019), incluindo 5 milhões de crianças, com especial empenho em quebrar o ciclo geracional da pobreza e em aumentar a mobilidade social.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

A2. Quadro estratégico e operacional - uma visão de conjunto

A arquitetura do Quadro Síntese adota uma solução linear que passa por uma matriz simples onde se cruzam vertentes e dimensões.

A tabela simples seguinte organizam um Quadro síntese das orientações europeias, nacionais e regionais sistematizadas, sobretudo nos anteriores pontos A2 a A4 e têm por objetivo fixar o conjunto de referenciais de orientações/prioridades a ter presente na delimitação do exercício de programação das intervenções para as Qualificações, o Emprego e a Inclusão Social.

Domínios de intervenção	Orientações estratégicas e operacionais
Qualificações	Orientações Europeias: • Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado, capaz de prevenir riscos para a saúde; • Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional.
	Orientações Nacionais: • Combater o abandono e insucesso escolar e desenvolver competências adequadas à sociedade atual e potenciadoras de transformações sociais; • Alinhar a qualificação inicial dos jovens com as novas especializações económicas, dando particular atenção às competências digitais, e à promoção da inserção profissional dos jovens; • Promover a formação contínua e a ALV, incluindo a elevação dos níveis de qualificação e a melhoria e reconversão de competências dos ativos, dando particular atenção às competências digitais e às novas competências alinhadas com as novas profissões; • Aumentar o número de jovens a frequentar o ensino superior e promover o sucesso/ conclusão deste nível de ensino (garantindo o aumento da taxa de progressão dos estudos até à aquisição do respetivo diploma), com foco nas competências alinhadas com as novas especializações económicas; • Promover a formação avançada de recursos humanos em todas as áreas do conhecimento, dando particular atenção aos domínios e áreas alinhados com novas especializações económicas e as necessidades do mercado de trabalho, assim como às competências digitais.
	Orientações Regionais: • Estruturar as redes de qualificação, públicas e privadas, de nível médio e superior, por forma a reforçar as sinergias e complementaridades e alimentar as necessidades emergentes nos Domínios de especialização e Desafios sociais da RIS3 2.0; • Promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população por forma a acelerar a transição digital da economia e a afirmação da região no quadro da sociedade do conhecimento;

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Domínios de intervenção	Orientações estratégicas e operacionais
<i>Emprego</i>	Orientações Europeias: • Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos, em especial os jovens, para os desempregados de longa duração, os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e as pessoas inativas; • Promover o emprego por conta própria e a economia social; • Modernizar as instituições e os serviços do mercado de trabalho no sentido de avaliar e antecipar necessidades de competências e garantir uma assistência individualizada e apoio a ações tendentes a adequar a oferta e a procura no mercado de trabalho e a favorecer as transições e a mobilidade; Orientações Nacionais: • Promover a empregabilidade e a qualidade do emprego, em particular de jovens, criando condições para o aumento da natalidade; • Promover a gestão ativa dos fluxos migratórios e a integração de imigrantes, de modo a contribuir para a sustentabilidade demográfica e territorial; • Promover o envelhecimento ativo. Orientações Regionais: • Potenciar os fatores de atratividade de jovens e profissionais altamente qualificados, tendo em vista a reversão da tendência demográfica negativa e a melhoria dos fatores de competitividade regional; • Investir na qualidade do emprego, ajustando a uma região que promove padrões elevados de qualidade de vida.
<i>Inclusão Social</i>	Orientações Europeias: • Favorecer a inclusão ativa (...) e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos; • Promover a integração socioeconómica dos nacionais de países terceiros, incluindo os migrantes; • Promover a integração social das pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social, incluindo as pessoas mais carenciadas e as crianças; • Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo crianças, e adotar medidas de acompanhamento que apoiem a sua inclusão social. Orientações Nacionais: • Promover o emprego, a empregabilidade e a inclusão de todos; • Promover a criação do próprio emprego, de empresas e o empreendedorismo social; • Promover a inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade; • Promover o combate à pobreza e exclusão social. Orientações Regionais: • Promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população por forma a acelerar a transição digital da economia e a afirmação da região no quadro da sociedade do conhecimento; • Promover respostas flexíveis para o envelhecimento ativo e saudável acautelando a diversidade de perfis; • Elaboração de estratégia regional para captação e integração de migrantes, apoiada em planos locais; • Alargamento dos serviços e respostas da economia social.

B- DIAGNÓSTICO DOS CONSTRANGIMENTOS E DESAFIOS

B1. Mercado de Trabalho Regional

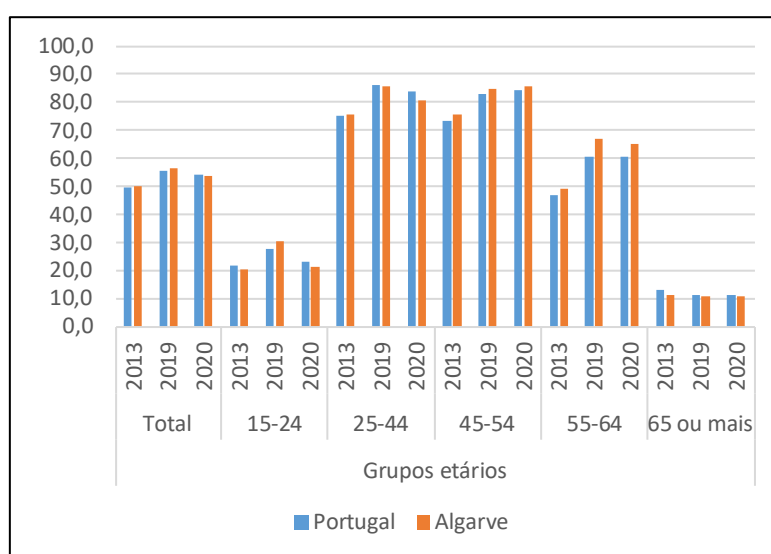
1.1 Qualificações dos ativos- sazonalidade e precariedade

A Estratégia Regional *Algarve 2030* reconhece o dinamismo da economia e do mercado de trabalho regional, com implicações positivas, e ao mesmo tempo preocupantes, sobre a capacidade de a região apresentar respostas mais fortes aos ciclos económicos, aproveitando de forma mais dinâmica os momentos favoráveis, mas reagindo de forma mais negativa que o país em momentos de retração, em termos de PIB, emprego e condições de vida das famílias.

As vulnerabilidades económicas regionais resultantes de uma forte especialização económica em torno do setor turístico e afins, com concentração na faixa litoral central, a par da baixa densidade demográfica e empresarial nos restantes territórios, marcam um modelo de desenvolvimento regional que motiva inevitavelmente um dinamismo económico desequilibrado, com **diferentes níveis de atratividade e de empregabilidade, influenciados pela flutuação e sazonalidade superiores a outras regiões do país.**

Os serviços têm no VAB e no emprego do Algarve uma expressão relativa maior que no país, tendo suporte num tecido empresarial pouco diferenciado, assente em atividades económicas intensivas em trabalho e/ou de menor valor acrescentado, afunilando a oferta de trabalho em torno de empregos disponíveis com fraca qualidade e atratividade, ou pouco ajustada ao perfil de desempregados inscritos, com baixas qualificações. O **elevado dinamismo do mercado de trabalho regional** era visível na situação de partida do anterior período de programação, com uma taxa de emprego da população entre os 20 e os 64 anos em torno dos 66,3%, o segundo valor mais elevado das NUT II portuguesas, a par da taxa de desemprego mais elevada do país (17%, em 2013). Aquela taxa de emprego alcançou 78,1%, em 2019, acompanhada de uma igualmente superior taxa de atividade no segmento entre os 15 e 64 anos (78,2%), “performances” mais elevadas que as médias nacional e europeia. As fragilizações da crise pandémica que fez recuar a taxa de atividade para 74,8% em 2020, em linha com o país, revelam a debilidade destas “performances”.

Taxa de Emprego por grupos etários (%)



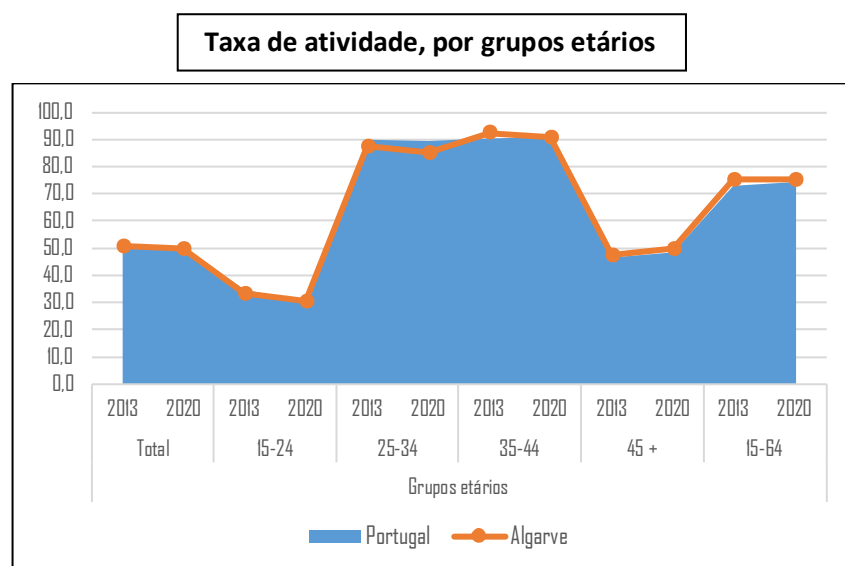
FONTE: PORDATA

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

A **taxa de emprego da população ativa** do Algarve partia numa posição favorável em relação ao país em 2013, mas terminaria abaixo da média nacional, em 2020, com perda da vantagem inicial, depois de ter atingido em 2019 a mais forte expressão do país, em torno dos 56,6%.

Os grupos etários que mais cresceram, foram os que sofrem as maiores perdas: os jovens com menos de 25 anos, mais penalizados na região do que no país (com uma forte expressão em 2019, fruto da vitalidade da atividade turística regional) e os de 25-44 anos, que diminuem cinco pontos percentuais na respetiva taxa de emprego em apenas um ano (2020), enquanto os adultos acima dos 55 anos se revelam mais resistentes à crise pandémica em matéria de emprego pois são, em regra, os mais estáveis em termos de relações contratuais e em linha com a tendência observada no país.

À semelhança da crise anterior, também a crise pandémica induz um ritmo de quebra do emprego superior ao do aumento do desemprego, aprofundando a tendência nacional para a **subutilização do trabalho**, com forte aumento da inatividade dos recursos humanos, fruto combinado do envelhecimento da população ativa e do desencorajamento induzido nos jovens e adultos pouco qualificados na procura de emprego, num contexto de rarefação agravada de oportunidades de regresso ao mercado de trabalho.



FONTE: INE, *Anuário Estatístico de Portugal*.

De 2013 para 2020, a **população ativa da região Algarve** diminuiu em cerca de 6.300 pessoas (depois do crescimento em quase 3.000 pessoas, até 2019) perdendo, no espaço de apenas um ano, cerca de -8.600 ativos (-3,7%), de acordo com o INE. As quebras de atividade foram superiores à observadas no país, especialmente entre os 25 e os 44 anos de idade, sendo que na parte superior deste intervalo o comportamento registado regionalmente se afirmou em contraciclo com o do país, nesse período: por cada 100 empregados no Algarve, havia 109,4 inativos contra 106,5 do país¹, em 2020; esta desvantagem não existia em 2013, quando a região e o país apresentavam o mesmo valor, em torno de 116 inativos.

A população e as atividades económicas regionais concentram-se maioritariamente no litoral, em torno do setor terciário² onde a **sobre especialização mais acentuada das atividades turísticas**, nomeadamente o alojamento e hotelaria e associadas (imobiliárias e comércio), ditam uma **forte sazonalidade** traduzida na flutuação de pessoas, da economia regional e do mercado de trabalho, este último marcado por **elevados níveis de precariedade**.

¹ INE, *Anuário Estatístico de Portugal 2013 e 2020*.

² A densidade das empresas (não financeiras) por km² cresceu 50% entre 2013 e 2019 (de 10,9 para 15,4), superando por larga margem a média nacional e de qualquer uma das suas regiões, resultado do aumento de 41% no número de empresas no Algarve, com destaque para o alojamento/restauração (+105%), os transportes (+68%) e as atividades imobiliárias: (+63%). Fonte: PORDATA.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Trabalhadores por conta de outrem (empresas) (%)								
Âmbito Geográfico	Tipo de contrato							
	CT termo/prazo		CT tempo indet		CT termo		CT s/ termo	
	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018
Portugal	26	32	0,1	0,1	1	3	72	64
Norte	24	30	0,1	0,1	1	3	74	67
Centro	25	31	0,0	0,0	1	3	73	66
AM LX	27	33	0,2	0,1	2	5	70	62
Alentejo	28	36	0,0	0,1	1	1	70	62
Algarve	41	52	0,0	0,0	1	2	58	46

FONTE: **PORDATA**

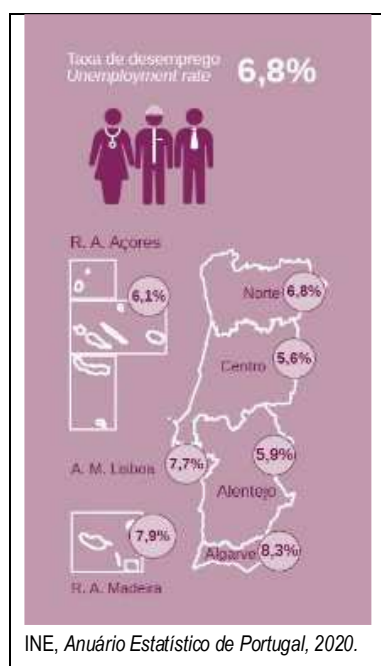
O forte crescimento da contratação a prazo no Algarve, num ritmo e expressão muito superior ao país e restantes NUT II, ultrapassa os 52% em 2018, a uma distância de 20 pontos percentuais acima do país, bem mais expressiva que a observada em 2013, de acordo com os *Quadros de Pessoal das Empresas* (GEP/MTSSS). Em contrapartida, a queda dos contratos sem termo, registou no Algarve um decréscimo substancial, entre 2013 e 2018, bem acima da registada no país, apesar da intensificação da aposta no estímulo à contratação sem termo, pelas empresas e outras entidades privadas, promovida e apoiada pelas políticas ativas de emprego ao longo deste período. O Algarve era, aliás, a única região em que esta modalidade de contratação não era maioritária nos TCO em 2018, o que explica em parte o comportamento do desemprego face à crise pandémica, atingindo valores mais elevados do que no país, em particular o desemprego dos jovens³.

A significativa recuperação do mercado de trabalho regional do Algarve, a partir de 2015, refletira-se numa descida do desemprego superior à do país, mas em finais de 2019, ainda antes da incidência da pandemia, a perda de postos de trabalho voltou a atingir níveis mais elevados que o todo nacional e em contraciclo (ascendente) com as restantes NUT II, situação que viria a agravar-se com a pandemia, atingindo o desemprego valores ao nível dos registados em 2013.

A retoma da atividade turística após a crise das dívidas soberanas não se revelou suficiente para compensar as perdas do mercado de trabalho na baixa atividade em torno do final do ano, revelando algum **esgotamento do mercado de trabalho regional**, dependente duma sobre especialização económica agravada na última década e da influência desta na intensificação da degradação dos padrões de emprego e relações contratuais no Algarve.

³ A apresentação de valores de 78% dos TCO do Algarve com contratos sem termo pelo INE no Anuário Estatístico de Portugal 2020, apenas confirma que as empresas da região, à semelhança do restante país, para beneficiarem dos apoios de emergência à manutenção do emprego em interrupção de atividade, desde logo, dispensaram os trabalhadores com contratos a termo, em regra mais jovens e mais recentes nas empresas.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)



Dado que a crise pandémica afetou sobremaneira os países e regiões mais expostas às atividades diretas ou associadas ao turismo, **o Algarve apresentava, no final de 2020, os níveis mais elevados de desemprego da crise anterior (registados em 2013), ao contrário do país.** As mulheres viram aumentar o seu peso relativo face aos homens (estes, mais penalizados na crise anterior pela travagem da construção civil e atividades imobiliárias), por influência de uma maior intensidade do impacto sobre atividades e serviços diretos e de apoio ao alojamento, hotelaria, restauração e comércio (p. ex., cozinha, limpezas, lavandarias e jardinagem), na linha do agravamento de +147% do desemprego no 2º semestre de 2019, maioritariamente por despedimento e por não renovação de contratos de trabalho a termo.

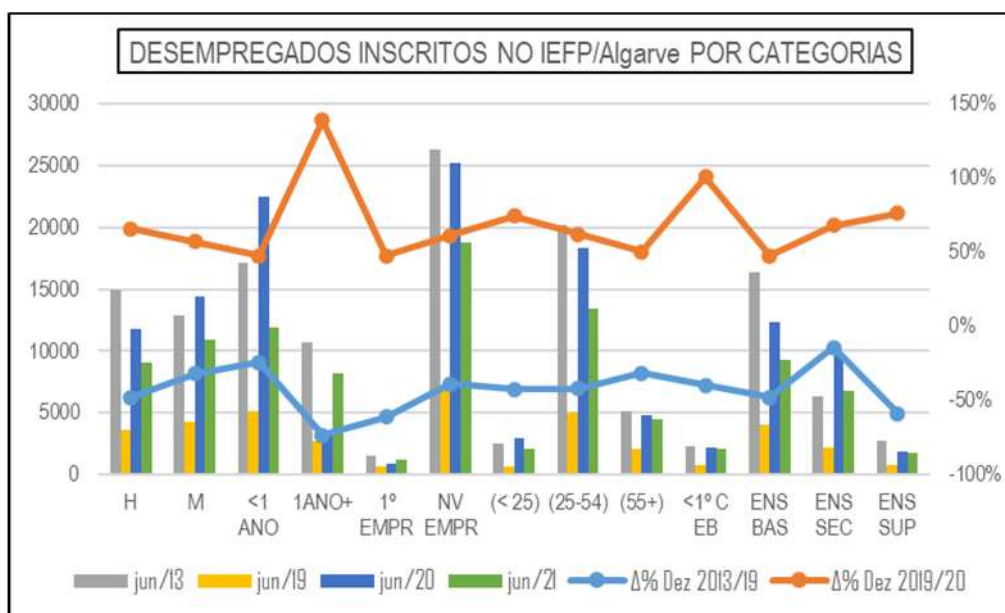
Ainda que em junho de 2021 se registe um considerável recuo dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego no Algarve, com um forte decréscimo (-36%) face ao final do ano (recuperando algum do crescimento de +34% no mesmo período de 2020), as mulheres mantiveram inalterável

a sua preponderância no conjunto dos desempregados (em torno dos 55%), enquanto que o **Desemprego de Longa Duração (DLD)** quase duplica o seu peso desde o final do ano (agora com 41%, quando representava apenas 14% em junho de 2020, situação que tenderá a agravar-se, atendendo a que os desempregados à procura de 1º emprego duplicaram de 3% para 6% o seu peso no espaço de 1 ano), ultrapassando o peso relativo homólogo de 2013, o que indicia alguma dificuldade em recuperar regionalmente parte dos empregos recentemente destruídos⁴.

Em termos etários, os jovens figuram entre os mais atingidos pela crise pandémica, pesando em meados de 2021 mais do que em 2013 (11% contra 9% do total de desempregados), da mesma forma que os inscritos com idades acima dos 55 anos (23%, em junho de 2021) representavam apenas 19% em junho de 2013. A **precariedade laboral dos jovens na entrada no mercado de trabalho regional** (contratos a prazo e sazonais) justifica serem eles um dos segmentos mais afetados pela crise atual.

⁴ São reiteradas as recomendações da OIT aos países para que concebam políticas públicas que apostem na qualidade do emprego, com base no pressuposto de que a recuperação da pandemia não se situa apenas no plano da saúde, mas também de economia e de sociedade, exigindo um esforço para acelerar a criação de empregos decentes e para apoiar a recuperação dos setores mais atingidos.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)



FONTE: Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego, Estatísticas por Centros de Emprego e Estatísticas por Concelhos, IEFP.

O crescimento recente do desemprego (mas tendencialmente de longo prazo), bastante acentuado entre os menos escolarizados, nomeadamente sem o 1º CEB (Ciclo do Ensino Básico), que representam 11% dos desempregados inscritos (eram 8%, em junho de 2013), posiciona este segmento entre os mais penalizados pela crise pandémica e mais ainda os que **têm o Ensino Secundário** (34%, em 2021, contra 23%, em 2013). Esta categoria já tinha crescido bastante em 2019 face a 2013, sendo um dos grupos responsáveis pelo contraciclo do desemprego algarvio no final de 2019 e é acompanhada pelo reforço do peso dos **desempregados com Ensino Superior** (9%, em junho de 2021) face ao decréscimo que vinham manifestando em resistência, nos anos de 2019 e 2020.

Os trabalhadores oriundos da construção representam agora 7% no desemprego registado, contra 23% em 2013, enquanto os estabelecimentos de alojamento e restauração, que nessa altura contribuíam com 23% para o volume de desemprego, representam 36% em 2021.

DESEMPREGADOS À PROCURA DE NOVO EMPREGO, REGISTADOS NO IEFP (DR ALGARVE) NO FINAL DO MÊS, POR ATIVIDADE ECONÓMICA DE ORIGEM, EM PESO RELATIVO							
ATIVIDADE ECONÓMICA	jun-2013 (%)	dez-2013 (%)	jun-2019 (%)	dez-2019 (%)	jun-2020 (%)	dez-2020 (%)	jun-2021 (%)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	3%	3%	6%	2%	3%	3%	4%
Indústria, energia, água e construção	29%	21%	14%	7%	8%	7%	10%
- Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	2%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
- Construção	23%	17%	10%	5%	5%	5%	7%
Serviços	67%	75%	79%	91%	87%	88%	84%
- Comércio por grosso e a retalho	16%	13%	18%	10%	12%	12%	16%
- Transportes e armazenagem	2%	2%	2%	3%	2%	2%	2%
- Alojamento, restauração e similares	21%	31%	26%	48%	43%	47%	36%
- Ativs imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio	8%	9%	9%	9%	10%	10%	10%
- Adm Publ, educação, saúde e apoio social	7%	6%	6%	3%	3%	3%	4%
- Outras atividades de serviços	9%	11%	13%	15%	14%	13%	13%
Sem Classificação	1%	1%	1%	0%	2%	2%	2%

FONTE: Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego, IEFP.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

O comércio continua com um elevado peso na dispensa de postos de trabalho em plena época alta de 2021, ao nível da crise anterior, tendo assumido valores relativos mais expressivos no final de 2019, ainda antes da crise pandémica, indiciando uma menor dinâmica deste conjunto de atividades na economia regional.

DESEMPREGO REGISTADO NO IEFP (DR ALGARVE) NO FINAL DO MÊS, POR GRANDES GRUPOS DE PROFISSÕES, EM PESO RELATIVO							
GRANDES GRUPOS DE PROFISSÕES	jun-2013 (%)	dez-2013 (%)	jun-2019 (%)	dez-2019 (%)	jun-2020 (%)	dez-2020 (%)	jun-2021 (%)
2. Especialistas das atividades intelectuais e científicas	6%	6%	8%	4%	5%	5%	6%
3. Técnicos e profissionais de nível intermédio	10%	8%	9%	5%	6%	6%	7%
4. Pessoal administrativo	11%	10%	12%	9%	10%	9%	10%
5. Trabs dos serviços pessoais, vendedores, de proteção e segurança	24%	30%	21%	34%	33%	35%	29%
6. Agricultores e trabs qualificados da agricultura, pesca e florestas	5%	4%	3%	2%	2%	2%	3%
7. Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	19%	15%	8%	4%	5%	5%	7%
8. Operadores de instalações e máqs e trabalhos da montagem	6%	5%	4%	5%	5%	4%	5%
9. Trabalhadores não qualificados	19%	22%	32%	34%	33%	33%	31%

FONTE: Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego, IEFP.

Os **trabalhadores não qualificados dos vários setores e os dos serviços pessoais, proteção, segurança e vendedores** são agora as **categorias profissionais mais penalizadas entre os desempregados** (os primeiros cresceram mais de 10% face à crise anterior, tendência que já se sentia antes da pandemia, em finais de 2019), enquanto os trabalhadores qualificados da indústria e construção, tal como os técnicos e profissionais de nível intermédio são agora mais resistentes ao desemprego do que aconteceu em 2013.

A evolução do número de **ofertas de emprego em carteira no IEFP** revelou, nos últimos tempos, alterações nos mecanismos de ajustamento entre oferta e procura no mercado de trabalho regional, nomeadamente em matéria de sazonalidade e na emergência de outros agentes de regulação para além do SPE, como as empresas de trabalho temporário, as redes sociais e as plataformas digitais de relação direta entre os agentes do mercado.

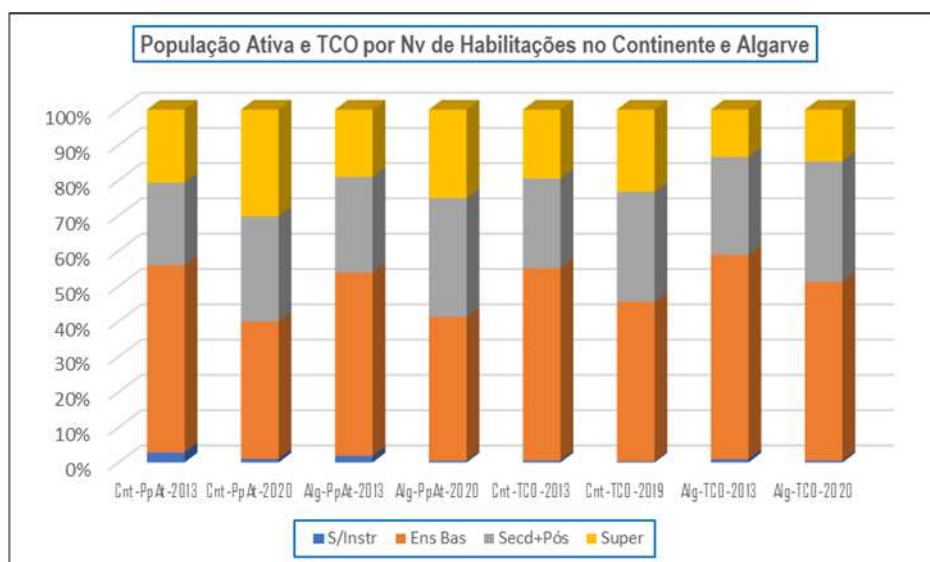
Entretanto, o número de ofertas de emprego em carteira no final de junho de 2021 cresceu 235% face ao valor do mês homólogo de 2020, revelando alguma recuperação do mercado de trabalho regional no curto prazo, assente nas atividades do alojamento, restauração e similares em 50% da carteira, seguidas das atividades imobiliárias, administrativas e dos serviços de apoio, para além da construção e do comércio. Tais ofertas destinam-se maioritariamente a profissionais dos serviços e cuidados pessoais, de proteção e segurança e vendedores, para além de trabalhadores da limpeza e assistentes na preparação de refeições.

O facto de este ser o valor mais elevado observado nos últimos anos, resultado em parte do forte dinamismo do mercado, recuperando e superando os valores de 2013, indicará também a persistência de sinais de alerta sobre o **desempenho e funcionamento do mercado de trabalho** aos quais conviria prestar atenção: i) resistência dos desempregados à aceitação de ofertas de emprego pouco qualificado, temporário e com remunerações pouco aliciantes; ii) desajustamento entre as qualificações dos desempregados e as exigências dos empregos oferecidos; iii) efeito de desencorajamento dos desempregados na procura e aceitação de emprego, face à incerteza sanitária e laboral e face aos apoios sociais e ao emprego. A existência de muitas ofertas de emprego por satisfazer decorre também da sua curta duração; num contexto de desemprego prolongado, a aceitação não confere acesso a Subsídio de Desemprego, sendo mais compensador manter os apoios extraordinários.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Os **trabalhadores menos vulneráveis e afetados pelo desemprego pandémico** foram, até agora, os que têm apenas a escolaridade básica por nível de instrução⁵, nomeadamente os imigrantes oriundos de países terceiros absorvidos pelas atividades agrícolas e pela construção, e os portadores de habilitações de nível superior, evidenciando uma **forte segmentação do mercado de trabalho regional**. O nível de escolaridade e qualificação profissional afetam o emprego como resultado da pandemia, pois mesmo com o aumento da exposição ao desemprego, os trabalhadores com instrução de nível superior continuam a apresentar uma menor probabilidade de tal acontecer, quando comparados com indivíduos com a mesma idade, sexo e sector de atividade.

O Algarve figura entre as regiões da União Europeia com mais **baixas qualificações**; apesar dos avanços conseguidos relativamente a 2013, a **população ativa** continua a deter, em mais de 40%, apenas o Ensino Básico como habilitação completa e 75% da mesma não ultrapassa o nível do Ensino Secundário (dados de 2020).



Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal.

A evolução recente dos **níveis de escolaridade da população ativa e dos TCO** (Trabalhadores por Conta de Outrem), de 2013 para 2020, mostra:

- **Aumento da distância do Algarve em relação ao país nos níveis superiores de instrução escolar da população ativa**, representando apenas 25,1%, contra 30% no Continente, com um ganho de 6 pp da região, face a um avanço de 10 pontos no Continente. A desvantagem regional é ainda mais acentuada nos trabalhadores por conta de outrem (TCO), onde o nível superior de habilitações está presente apenas em 14,5% do total, a uma larga distância do Continente (23,2%) em 2020, que progrediu 4 pontos percentuais face a 2013;
- Naqueles que não foram além do **Ensino Básico**, tanto na população ativa como nos TCO, observa-se no Algarve um ritmo mais lento de diminuição do seu peso relativo, com um decréscimo de 12 pp na região, contra um recuo de 14 pontos no Continente, entre 2013 e 2020;
- A **taxa de escolarização dos ativos**⁶ (69,1%) continua favorável ao Algarve em 2020 face ao país (66,5%), mas com perda de ritmo desde 2013, já que avançou apenas 10 pp naquele período, face aos ganhos de 13 pontos do país.

Os constrangimentos regionais quanto às habilitações da população ativa refletem-se no **perfil dos desempregados inscritos no IEFP Algarve**: em junho de 2021, 57% não ultrapassavam a escolaridade básica, e apenas 34% completara o ensino secundário, sendo de notar que **11% não terminou o 1º ciclo da escolaridade básica, isto é, não tinham habilitações escolares certificadas em 2020 (8%, em junho de 2013)**, condicionando a resposta regional de adaptação aos desafios colocados pelas novas exigências,

⁵ Na linha da tendência observada de a mão-de-obra pouco qualificada ter conseguido, em 2019, mais emprego em Portugal do que a média europeia, segundo o Relatório “Estado da Educação - 2019”, do Conselho Nacional de Educação, edição de 2020.

⁶ Percentagem de ativos com pelo menos a escolaridade obrigatória no total da população (25-64 anos).

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

nomeadamente a emergência de necessidades de competências pessoais no mercado de trabalho (domínios da autonomia e da responsabilidade individual), cuja relevância a pandemia veio expor.

Os **níveis de qualificação dos trabalhadores por conta de outrem (TCO) e a ocupação por profissões**⁷ refletem, em boa parte, a respetiva estrutura de habilitações escolares, sendo de notar:

- os *Quadros Médios e Superiores*, que mantiveram no país a sua posição inalterada em torno dos 14% (entre 2013 e 2019), viram a sua importância relativa diminuir no Algarve de 10,3% para 9,9% entre os dois períodos, aumentando a divergência regional em sentido desfavorável;
- em contrapartida, os *Profissionais Qualificados e Altamente Qualificados* cresceram ligeiramente de 47,2 para 48% na região entre 2013 e 2019, mantendo-se inalterados no país, com uma diferença de 3 pontos percentuais sobre a região;
- a sobre representação regional dos *trabalhadores não qualificados e semiquualificados* em 2019 (42,1%), contra um valor bem mais baixo de 35,6% em Portugal, quase não sofreu alteração desde 2013, no Algarve, revelando a influência das características da mão de obra migrante no mercado de trabalho regional;
- as profissões que absorvem *TCO não qualificados* aumentaram o seu peso no Algarve (de 17,5%, em 2013, para 20%, em 2019), um peso muito superior ao do país, onde tal categoria representa 14,4% entre os TCO; as profissões que empregam *técnicos com qualificações de nível intermédio*, diminuíram no Algarve de 7,5 para 6,8%, entre 2013 e 2019;
- o grupo de profissões mobilizador de *especialistas de atividades intelectuais e científicas*, ainda que crescendo de 4,4 para 6,8% no Algarve, revela em 2019 uma considerável distância do país, o qual avançou para 9,9% (4,3%, em 2013).

O INE confirma alguns dos valores apontados, através dos Anuários Estatísticos, p. ex., no que se refere à percentagem de quadros superiores e especialistas no total de empregados, que representava 23,8% no Algarve em 2020 (20% em 2013), mais distante do país, que passou de 22,4% para 27,9%, no mesmo período.

A **persistência de um défice crónico de qualificações dos ativos (empregados e desempregados) na região**, condiciona as estratégias de enfrentamento de novos desafios do futuro como a digitalização das organizações e da economia, penalizando igualmente os esforços de retoma do emprego na recuperação da crise pandémica e limitando a competitividade do território na captação de novos investimentos, pois o envelhecimento demográfico continuará a influenciar as tendências de diminuição do volume da força de trabalho disponível, independentemente da evolução da sua estrutura de qualificações.

As fragilidades dos **elevados níveis de precariedade do mercado de trabalho regional** combinadas com a **insuficiente qualificação**, permitem observar efeitos diretos com tradução nos baixos salários e também nos níveis de participação em ações de ALV (Aprendizagem ao Longo da Vida), comprometendo a médio e longo prazo os índices de produtividade do trabalho e o potencial de atração de IDE pela economia regional, expressando parte da maior vulnerabilidade do desemprego regional em situações de crise como a pandémica, com menor incidência amortecedora de medidas como o *layoff* face ao país.

Os **níveis de participação dos adultos em ações de ALV**, enquanto formação contínua de melhoria e elevação dos níveis de qualificação escolar e profissional, não podem deixar de suscitar preocupação, atendendo ao envelhecimento crescente e baixos níveis de regeneração da população em idade ativa a nível regional, pois quanto mais avançada a idade, menor tende a ser a proporção de indivíduos a participar em ações de ALV⁸. Apesar de alguns progressos alcançados neste indicador, desde 2013, continuam a ser residuais as apostas claras na formação contínua.

⁷ Dados dos *Quadros de Pessoal*, 2019 e 2013, GEP-MTSS.

⁸ De acordo com o relatório “*Estado da Educação - 2019*”, do Conselho Nacional de Educação, edição de 2020 e o Relatório da Fundação José Neves, “*Estado da Nação: Educação, Emprego e Competências em Portugal*”, 2021.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

No panorama nacional, a taxa de participação de adultos (25 a 64 anos) em ALV cresceu ao longo dos últimos anos, para 10,5% em 2019 e 10,0% em 2020⁹ (9,4%, no Algarve) e revela-se mais expressiva dentro do grupo de pessoas com formação superior, mas diminuindo consideravelmente entre os detentores de níveis mais baixos de instrução escolar e de qualificação profissional, semelhante às tendências nacionais, nesta matéria.

1.2. Empregabilidade dos jovens - elementos de segmentação

Indicadores recentes sobre a evolução do desemprego na região, revelam algumas preocupações a ter em conta relativamente a determinadas categorias de desempregados, tanto no que se refere à particular incidência da crise pandémica sobre as mesmas, como do ponto de vista mais estrutural, face ao comportamento que evidenciam relativamente à anterior crise económica e financeira, com forte impacto nessas categorias.

O Algarve viu o seu mercado de trabalho bastante afetado pela crise pandémica, com um desemprego mais persistente que o observado no país, que afeta especialmente os **jovens e os jovens adultos**, cujos **níveis de desemprego** ultrapassaram mesmo os observados em finais de 2013, numa tendência oposta à do país.

Perante a crise pandémica, **os jovens voltam a estar mais expostos e vulneráveis ao desemprego** que os restantes

EVOLUÇÃO DE ALGUMAS CATEGORIAS DO DESEMPREGO						
CATEGORIAS	ALGARVE			PORTUGAL		
	jun/13 dez/13	jun/21 dez/20	(Δ%)	jun/13 dez/13	jun/21 dez/20	(Δ%)
< 25 anos	2498	2104	-15,8%	81631	40958	-49,8%
	3677	3697	0,5%	89490	48388	-45,9%
(25-34 anos)	6065	4675	-22,9%	153666	77102	-49,8%
	7302	8106	11,0%	148011	85608	-42,2%
1º Emprego	1580	1231	-22,1%	57065	32677	-42,7%
	1912	1106	-42,2%	70693	33842	-52,1%
Ensino Secundário	6397	6828	6,7%	158299	115820	-26,8%
	8128	11677	43,7%	161354	126342	-21,7%
Ensino Superior	2782	1776	-36,2%	85588	49230	-42,5%
	3224	2343	-27,3%	93409	55613	-40,5%
Total desemprego	27842	20030	-28,1%	689933	377872	-45,2%
	32443	31313	-3,5%	690535	402254	-41,7%

FONTE: Estatísticas do IEFP.

grupos etários¹⁰, devido à persistência da sua concentração em atividades económicas de natureza sazonal, pelas relações contratuais mais instáveis, pela sobre representação entre os trabalhadores que possuem contratos a tempo parcial ou de duração curta e definida¹¹. Como o aumento da taxa de emprego dos jovens, nos anos da retoma a partir de 2015, assentou em grande parte no crescimento das atividades do turismo e dos serviços com ele relacionados (comércio, alojamento e restauração), foram estes os primeiros setores a sofrer os efeitos devastadores dos confinamentos, nos níveis de emprego, devido à sua exposição ao contato direto e pessoal.

Os jovens, nomeadamente os que procuram o primeiro emprego, deparam-se no Algarve com uma maior dificuldade de inserção profissional ativa na transição para o mercado de trabalho, por comparação com o país, mesmo entre aqueles que têm habilitações de nível superior. A categoria dos desempregados que possuem o ensino secundário, apresenta um crescimento substancial e bastante preocupante desde 2013 (ao invés da forte diminuição nacional) e persiste inclusive na época alta do turismo regional, período com maior dinâmica do mercado de trabalho.

⁹ Cf. Tabela sobre o “Quadro dos indicadores de monitorização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, em anexo.

¹⁰ O INE indica que o efeito do 1º confinamento no desemprego foi quatro vezes superior entre os jovens (+34% até aos 35 anos), do 1º Trimestre de 2020 para o 1º Trimestre de 2021.

¹¹ Relatório “Covid 19: Sair da Crise - emprego, apoios sociais e saúde”, Conselho Económico e Social, agosto 2020.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Os Estágios financiados pelo IEFP, enquanto medida ativa de emprego para a inserção profissional, a partir do nível secundário de escolaridade, dando um contributo importante, têm vindo a diminuir desde 2013 quando abrangiam 2.179 jovens na região (mais 403 através do Passaporte Emprego, no âmbito da medida Impulso Jovem), até aos 1.353 apoiados em 2019. A diminuição em -48% no volume de jovens abrangidos pelas medidas de inserção profissional, no Algarve, muito acima da quebra de -18% observada no Continente, pode ainda assim refletir a diminuição do volume de diplomados do ensino superior e do crescimento do abandono escolar precoce no Algarve. Da mesma forma, os apoios do IEFP à contratação e colocação de desempregados e jovens à procura do primeiro emprego, com forte impacto na sequência dos estágios profissionais de transição para a vida ativa, enquanto complemento dos mesmos, beneficiando 1.787 pessoas em 2013 reduziu a sua incidência em -82% em 2019, beneficiando apenas 316 pessoas no Algarve, acompanhando com bastante maior intensidade a tendência continental, onde a redução ocorrida entre as mesmas datas naquele apoio foi de -49%.

A **perda de intensidade das medidas ativas de emprego de promoção da empregabilidade dos jovens** é tanto mais preocupante quanto o documento da Estratégia Portugal 2030 destaca a empregabilidade dos jovens enquanto uma das suas prioridades, através do aperfeiçoamento dos instrumentos de facilitação da transição entre o sistema de educação-formação e o mercado de trabalho, nomeadamente os Estágios Profissionais e a promoção da qualidade do emprego e combate à precariedade, em particular dos jovens, através do reforço dos estímulos à contratação permanente, direcionando os apoios à contratação para a criação de emprego sustentável.

No Algarve beneficiaram de Apoios à Contratação, cerca de 3.209 pessoas, enquanto 3.611 foram abrangidas por Estágios Profissionais, segundo os dados apurados até junho de 2021¹². Do ponto de vista da execução financeira do Programa CRESC Algarve 2020, no recurso à medida Estágios (incluindo também os destinados à Administração Pública, da qual beneficiaram os municípios da região) e aos Apoios à Contratação, foram executados até agora 88,3% das verbas comprometidas com os promotores, no âmbito do Eixo Investimento regional no emprego, promovendo a qualidade deste.

INFORMAÇÃO DE EXECUÇÃO DO CRESC ALGARVE 2020 - REPORTADA A 15-08-2021									
Eixo	OT	PI - PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO	Nº OP	TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES	Programado FEDER	Programado FSE	Execução Fundo	Tx Compromisso (%)	Tx Execução (%)
05 - INVESTIR NO EMPREGO	08 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral	08.01 - Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores;	15	(1) Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral - Estágios Profissionais + PEPAL; (2) Integração de jovens e/ou adultos no mercado laboral - Apoios à Contratação; (3) Estágios para Adultos; (4) Apoios à Contratação para Adultos;	- €	19 845 000,00 €	17 523 967,03 €	104,35	88,3

FONTE: CCCR ALGARVE

A problemática da empregabilidade dos jovens na região revela-se, igualmente, delicada pelas dificuldades que acarreta à capacidade de atração e retenção regional de jovens quadros qualificados, como ainda pela degradação das qualificações da população jovem e maior exposição ao risco do desemprego que decorre das **elevadas taxas de abandono precoce de educação e formação** (em torno dos 20% em 2019¹³, o valor mais elevado em todo o território nacional) e que quase duplica o valor nacional de 10,6% no mesmo ano. Apesar da evolução positiva do indicador, desde 2014, o mesmo apenas beneficiou de um decréscimo de 5 pp na região até 2019, enquanto o ritmo de descida do país atingiu 12,4 pp, expressão a que não serão alheios

¹² Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia – Portugal 2020, nº 25, 30 de junho de 2021, AD&C.

¹³ INE, *Inquérito ao Emprego*. Estatísticas complementares da PORDATA com base no Recenseamento Escolar do Ministério da Educação, apontam uma semelhança de comportamento entre a região Algarve e o país no que toca a taxas de retenção e desistência no Ensino Secundário no caso dos Cursos Profissionais e Tecnológicos, substancialmente mais baixas face aos Cursos Gerais.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

o peso e a influência de alguma informalidade nas atividades económicas do turismo e afins, pressionando as opções de abandono precoce de educação e formação.

As maiores **dificuldades regionais de transição dos jovens para a vida ativa**, comparativamente ao país, são igualmente confirmadas pela **elevada taxa de jovens com idade entre os 16 e os 34 anos que não se encontram empregados e que também não estão na educação ou na formação**, valor que atingia os 16,7% em 2020 no Algarve¹⁴, o mais elevado de todo o território nacional, a grande distância do valor do país (11,6%). A observação de um crescimento desta taxa em 0,8 pp no Algarve, desde 2014, piora a **situação regional dos jovens NEET**, ao contrário da tendência nacional (melhoria em -3,6 pp, no mesmo período).

O crescimento dos jovens NEET na região significará, por certo, um desencorajamento dos mesmos face às ofertas do sistema-educação, mas igualmente face ao funcionamento e oportunidades do mercado de trabalho, marcado por uma forte especialização em torno das atividades económicas do turismo e afins, com **perfis de trabalho e de remuneração que não valorizam de modo satisfatório as qualificações dos jovens e dificultam a sua fixação no território**. Aliciados por ofertas de trabalho pontual e precário nas atividades turísticas e associadas (elevando a expressão dos NEET a cada 1º trimestre anual), os jovens ficam mais vulneráveis, pela fraca qualificação do trabalho desenvolvido e pela insuficiente aposta na melhoria de qualificações durante os períodos de baixa atividade económica.

Esta insuficiência deve ser analisada à luz do **grau de flexibilidade e da capacidade de ajustamento da oferta regional de educação-formação disponível**, da inexistência de ofertas aliciantes para os jovens, ou por algum **fracasso persistente do esforço de ajustamento da oferta formativa dos operadores regionais face às características específicas de funcionamento do mercado de trabalho regional**.

O Conselho Económico e Social (CES) conta-se entre as várias entidades que têm vindo a chamar a atenção para a **problemática dos jovens NEET**¹⁵, que voltam a ser prejudicados pela crise, em termos de empregabilidade, vendo-se arredados da possibilidade de adquirir experiência no mercado de trabalho formal, bem como a melhorar a sua instrução e qualificação, excluídos dos tradicionais mecanismos de proteção social (como o Subsídio de Desemprego) e, dos rendimentos do trabalho a que têm dificuldade em aceder, ainda que oriundos de percursos de formação vocacional de nível secundário, sobre os quais a crise pandémica aumentou substancialmente os riscos de desenvolver percursos profissionais curtos e precários. O CES considera que as respostas oferecidas pelo **Programa Garantia Jovem**, diretamente financiado pela Comissão Europeia, com uma orientação para o apoio a estágios e para a formação profissionalizante de curta duração, não se mostraram suficientes para resolver o **problema da empregabilidade dos jovens** de forma sustentável, abrindo a oportunidade ao desenho de mecanismos de reforço ou de complemento às medidas nacionais e comunitárias, no âmbito dos PO Regionais.

As consequências têm expressão nas taxas de escolarização e nos níveis de qualificação superiores, pois a população residente no Algarve com **idade entre os 30 e os 34 anos apresentava em 2020 a taxa de escolarização ao nível do ensino superior (33,8%)**, mais baixa do país (39,6%), tendo evoluído 8,5 pontos percentuais na década passada, abaixo do crescimento de 12,9 pontos que o país observou, segundo o Inquérito ao Emprego do INE.

A **taxa de escolarização com nível superior nos jovens com idades entre os 18 e os 22 anos residentes no Algarve**¹⁶ (18,4%, em 2019) representa metade do valor nacional (36,4%), uma diferença que se manteve desde 2013, levando a região a avançar muito pouco neste indicador e continuando a alargar o fosso para o nível nacional. A mesma tendência e proporção de diferença se observa no **número de diplomados no Ensino**

¹⁴ INE, *Inquérito ao Emprego*. No grupo etário entre os 15 e os 24 anos, a diferença era, em 2020, de 12,8% para o Algarve (crescendo de 12,3% em 2014) contra 9,1% no país (que baixou dos 12,3% em 2014), de acordo com a Tabela sobre o “*Quadro dos indicadores de monitorização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais*”, em anexo.

¹⁵ Relatório “*Covid 19: Sair da Crise - emprego, apoios sociais e saúde*”, Conselho Económico e Social, agosto 2020.

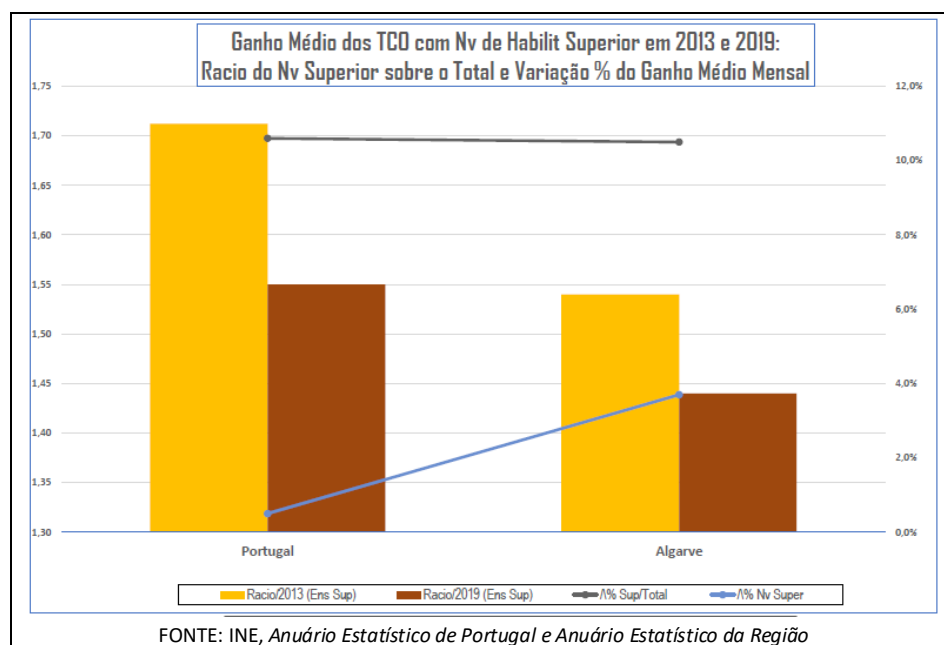
¹⁶ INE, *Anuário Estatístico de Portugal e Anuário Estatístico da Região do Algarve*.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Superior por 1.000 habitantes: no Algarve eram 34,8 diplomados em 2019 (abaixo dos 42,6, em 2013), contra 74,7 no país. O crescimento da economia e a expansão do mercado de trabalho regional de 2015 até 2019, facilitou a empregabilidade de muitos jovens que, aliciados pelo mesmo, foram desviados do prosseguimento dos estudos de nível superior, após ou mesmo antes de concluído o nível secundário de instrução escolar. O retorno salarial oferecido pelo mercado de trabalho regional revela-se pouco aliciante para os jovens, já que o **ganho médio mensal dos TCO nos estabelecimentos económicos do Algarve** situava-se 180 € abaixo do Continente em 2019, isto é, representava apenas 85% deste último, desvantagem que não diminuiu desde 2013, antes aumentou ligeiramente. Por setor de atividade, tais disparidades no ganho médio mensal eram quase insignificantes no Algarve em 2019 (0,9%), bem abaixo da disparidade Continental (5,0%), situação que se mantém sem grandes alterações desde 2013¹⁷, fruto da concentração da atividade económica regional em torno do turismo e ramos afins.

A disparidade das remunerações dos TCO por idades, apresenta uma categoria bastante penalizada no Algarve, que são **os jovens que entram muito cedo no mercado de trabalho, com menos de 18 anos de idade**. No Continente esses mesmos jovens com menos de 18 anos, recebiam menos 65 € face à média dos TCO, mas no Algarve eles ficavam a 225 € aquém da mesma média dos TCO na região, em 2019¹⁸. Comparando a mesma categoria de jovens TCO (com menos de 18 anos), eles recebiam no Algarve, menos 304 € de remuneração base mensal do que no Continente, em 2019.

No que respeita à **influência do nível de habilitações literárias nas remunerações dos TCO**, verifica-se uma disparidade no ganho médio mensal regional, a qual, ainda que substancial (20,3% em 2019), se posiciona a uma distância bastante elevada dos valores do Continente (32%), tendo tal distância diminuído apenas ligeiramente face a 2013. Tal indicará que **a diferença salarial, que tende a decorrer dos benefícios da aposta na elevação dos níveis de educação e formação, continua a ter um efeito bem maior no Continente do que no Algarve**, sem alterações nessa desvantagem regional ao longo dos últimos anos.



As remunerações dos TCO com habilitações superiores eram 1,7 vezes superiores à média, no Continente, em 2013, enquanto no Algarve eram apenas 1,5 vezes; ambas as realidades cresceram de forma semelhante até 2019, no valor do ganho médio do conjunto dos TCO (em torno dos 11%), mantendo as diferenças salariais no geral.

O Algarve recupera alguma da diferença inicial face ao Continente, pela maior valorização salarial regional dos TCO com habilitações de nível superior, crescendo 3,7% face a 0,5% do Continente, entre 2013 e 2019, conduzindo assim a uma diferença menos expressiva entre as duas realidades, em 2019, no que respeita às disparidades salariais dos mais habilitados escolarmente face ao conjunto.

¹⁷ INE, Anuário Estatístico de Portugal e Anuário Estatístico da Região do Algarve.

¹⁸ Quadros de Pessoal, GEP-MTSS sobre as remunerações base médias.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

A **valorização salarial dos diplomados com um nível de ensino superior** perdeu vantagem, no conjunto dos TCO, entre 2013 e 2019, sendo de 1,6 vezes no país e de 1,4 vezes no Algarve, em 2019, acompanhando a tendência nacional de forte quebra salarial (17%) dos jovens licenciados entre os 24 e os 35 anos na década passada, ao longo da qual se reduziram os ganhos salariais decorrentes da aposta na educação¹⁹. Todavia, a crise pandémica veio confirmar que ter mais educação protege a posição dos jovens no mercado de trabalho em situações de crise, facilitando a transição dos diplomados do ensino superior para o mercado de trabalho, expondo-os menos ao desemprego, embora com diferenças significativas entre áreas de estudo.

A isso não será alheio o facto de uma boa proporção de jovens TCO diplomados pelo ensino superior estarem inseridos em profissões pouco qualificadas, numa situação de **sobre qualificação do mercado de trabalho que pressiona em baixa os salários** em Portugal, com maior incidência em setores como o turismo e, em territórios onde o mesmo mais se afirma na economia regional, como o Algarve.

Tal indicador apontará para que as competências adquiridas por estes jovens não encontrem valorização adequada no mercado de trabalho, revelando a urgência de um maior alinhamento entre as necessidades deste e as respostas fornecidas pelo sistema de educação-formação. O contexto de pandemia reavivou de forma agravada uma nova crise de emprego e de oportunidades para os jovens, que estarão arredados do mercado de trabalho e da aquisição de experiência profissional do mesmo, ou não estarão a melhorar a sua educação e competências profissionais, criando os *pandemics*²⁰.

¹⁹ Cf. Relatório da Fundação José Neves, “Estado da Nação: Educação, Emprego e Competências em Portugal”, 2021.

²⁰ São aqueles que ficam irremediavelmente marcados no seu futuro pelo impacto de longa duração desta pandemia, de acordo com o relatório “Global Risks Report 2021”, divulgado em jan/2021 pela Marsh&McLennan Companies e Zurich Insurance Group.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

1. 3. Imigração económica e dinamização do mercado de trabalho

As dificuldades de recrutamento de trabalhadores nas áreas da hotelaria e restauração, agricultura, comércio, nomeadamente nos picos da procura, condicionados à sazonalidade de algumas atividades económicas do Algarve, ou da concretização de projetos de investimento regional ou externo, resultantes em boa parte dos constrangimentos à mobilidade intrarregional assente numa rede intermunicipal de transportes de insuficiente cobertura e regularidade de serviço, às dificuldades de alojamento a preços acessíveis e à desvalorização social de algumas profissões associadas a tais setores pelos residentes jovens, justificam uma parte da crescente atração de imigração económica pela região, para além da pressão da degradação demográfica.

Depois de um forte crescimento populacional nas duas décadas de 1991 até 2011, a **década passada veio revelar uma perda de intensidade do crescimento demográfico no Algarve**, apesar de ainda ser um dos raros territórios nacionais a ver aumentar o número de residentes. O crescimento é bastante assimétrico no interior da região, sendo os ganhos dos concelhos do litoral bastante inferiores aos da década 2001-2011 e, menos expressivos do que as perdas dos concelhos do interior: -13,6% a perda de residentes em Alcoutim e de -9,6% em Monchique.

Confirmando as **tendências de litoralização populacional** instaladas, outros indicadores do INE revelam, desde 2013, a persistência de saldos e taxas de crescimento natural negativos no Algarve, compensados por **saldos e taxas de crescimento migratório positivas** que permitiram manter e aumentar o distanciamento do Continente no que se refere ao agravamento do índice de envelhecimento até 2020²¹, em benefício da região.

Taxa de variação da população residente por concelho (%)			
	1991-2001	2001-2011	2011-2021*
Algarve	15,7	14,1	3,7
Albufeira	50,5	29,4	8,2
Alcoutim	-17,5	-22,6	-13,6
Aljezur	5,6	11,3	2,8
Castro Marim	-3	2,3	-4,6
Faro	14,3	11,2	3,9
Lagoa	23	11,3	3,2
Lagos	17,9	22,3	7,9
Loulé	26,9	19,4	3,1
Monchique	-4,5	-13,3	-9,6
Olhão	10,8	11,2	-1,7
Portimão	15,4	24,1	7,7
SBAIportel	33,2	6,3	5,7
Silves	2,7	9,7	1,9
Tavira	0,5	4,7	5,2
Vila do Bispo	-7,1	-1,7	8,8
VRSAntónio	24,6	6,7	-1,7

* dados preliminares

FONTE: INE, Recenseamento 2021, (Dados preliminares)

Merece reparo a inversão das tendências de alguns dos concelhos que, talvez pelo condicionamento da dimensão territorial (ainda que não sendo interiores), sofrem fortes revezes no volume de população residente, depois das fortes taxas de crescimento observadas nas décadas passadas. São os casos de VRSA e de Olhão, que tinham experimentado taxas de crescimento populacional de 6,7% e 11,2% em 2011, respetivamente e, assistem agora à diminuição de -1,7% na sua população, em ambos os casos.

O **índice de envelhecimento no Algarve**, em torno dos 149,2 idosos por cada 100 jovens, em 2020, é elevado e preocupante e condiciona a dinâmica de renovação populacional, logo, também as dinâmicas do mercado de trabalho da região, onde o número de inativos por 100 empregados é superior aos valores do Continente (109,4 contra 106,8), resultado de uma tendência de diminuição da população ativa mais acentuada regionalmente e de um aumento da população inativa, em contraciclo com o comportamento do território continental, entre 2013 e 2020.

A **tendência de diminuição e envelhecimento da população ativa** no Algarve, dificilmente dispensará na presente década o **contributo do saldo migratório** para alimentar um mercado de trabalho a braços com escassez sistemática de mão de obra intensiva e sazonal para as atividades turísticas, comércio, construção, agricultura e pescas, para além de outros setores emergentes como a saúde e bem-estar, a economia do mar e o agroalimentar.

²¹ INE, *Anuário Estatístico de Portugal*.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Ressalvando que a imigração residencial possa pesar mais que a económica nos saldos migratórios e tal justifique, em parte, a diminuição relativa da população ativa da região, a **população estrangeira ganhou relevância na economia, demografia e mercado de trabalho do Algarve**: entre os 50 municípios nacionais onde, em 2019, a população estrangeira residente apresentava maior peso face ao volume de residentes, contavam-se todos os municípios algarvios, variando entre 6,1% em Alcoutim, e 37,2 % em Vila do Bispo ou 35,7% em Albufeira, os dois concelhos que encabeçam o “ranking” nacional.

Em **2019, o distrito de Faro era o segundo distrito do país com mais população estrangeira** (acolhendo 16,7% dos estrangeiros residentes em território nacional), apenas ultrapassado por Lisboa, e observando um crescimento de quase 20% face a 2018²² e mais forte ainda face a 2013, se conjugarmos várias fontes de informação. Na lista dos 10 municípios nacionais com maior número de estrangeiros residentes, em 2019, encabeçada por Lisboa, contam-se Loulé (17.452) e Albufeira (14.813), representando, respetivamente, 3% e 2,5% dos valores nacionais.

População estrangeira com estatuto de residente segundo as principais nacionalidades (%)										
Nacionalidades	TOTAL	Brasil	Ucrânia	Cabo Verde	Roménia	Angola	Guiné Bissau	Reino Unido	Moldávia	China
2013										
Continente	389 178	89 769	40 498	41 642	33 833	19 884	17 486	15 510	9 898	17 937
(%)	100%	23,1	10,4	10,7	8,7	5,1	4,5	4	2,5	4,6
Algarve	58 743	8 640	7 454	2 346	7 086	670	984	9 971	2 717	1 420
(%)	100%	14,7	12,7	4	12,1	1,1	1,7	17	4,6	2,4
2019										
Continente	576 540	149 342	29 376	36 839	30 782	22 529	18 703	33 003	5 060	27 198
(%)	100%	25,9	5,1	6,4	5,3	3,9	3,2	5,7	0,9	4,7
Algarve	92 558	13 609	5 817	2 084	7 627	585	1 174	17 851	1 563	1 845
(%)	100%	14,7	6,3	2,3	8,2	0,6	1,3	19,3	1,7	2,0

Fonte: INE, Anuário Estatístico de Portugal.

De forma diferente do Continente (onde os residentes brasileiros reforçam o seu peso relativo de 2013 para 2019), no Algarve são os nacionais do Reino Unido a predominar,

com um peso de quase 20%, mais 3 pontos percentuais do que em 2013, quase duplicando o seu volume absoluto. Os **brasileiros** também cresceram substancialmente em volume (crescimento acima dos 57%) e mantêm-se como segunda origem dos estrangeiros residentes, representando quase 15% do conjunto. Tal só confirma a perceção de que a imigração residencial poderá ter um peso mais expressivo que a económica, na região, havendo que descontar aqui a sua não influência direta sobre o mercado de trabalho regional.

O terceiro maior contingente de estrangeiros na região é o dos **Romenos** (com 8%), mas perdendo bastante importância face a 2013, tal como acontece com os ucranianos, estes em clara regressão, na mesma linha dos moldavos. Algum aumento de residentes da **Guiné-Bissau e China** em valor absoluto face a 2013, merece destaque, mas perderam posição no conjunto regional.

Da consulta aos *Quadros de Pessoal do GEP do MTSSS relativos a 2013 e 2019, por grandes grupos de profissões*, verificamos no tocante aos **trabalhadores estrangeiros** que no Algarve:

- os **trabalhadores não qualificados são os mais representativos entre os TCO estrangeiros em 2019** (37%), muito acima do Continente, tendo mais que duplicado a sua expressão em valores absolutos e aumentado a sua importância relativa no conjunto dos TCO estrangeiros, desde 2013, em contraciclo com o todo nacional;
- idêntico comportamento podemos observar no mesmo período para a categoria de profissões que agrega os **serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores**, que representam 34% dos TCO estrangeiros, a seguir aos trabalhadores não qualificados, o que significa que estas duas categorias enquadram mais de 70% do conjunto;
- os **trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices** representam 9,9% em 2019, ligeiramente acima dos 9,1% de 2013, enquanto que o bloco de profissões dos **agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta**, mais que duplicando os valores absolutos,

²² Cf. “Indicadores de Integração de Imigrantes – Relatório Estatístico Anual 2020”, Observatório das Migrações, 2020.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

tal como na categoria anterior, ainda que nesta última o crescimento seja apenas de 6,0% para 6,5% em termos relativos entre as duas datas;

- nos grupos de profissões que exigem **maiores níveis de qualificação**, como os **dirigentes**, onde se enquadram os diretores da hotelaria e da restauração, observa-se um maior crescimento no Continente do que na região, onde se regista uma pequena oscilação entre 2013 e 2019, vindo por isso o seu peso relativo cair de 3,1% para 1,6% no conjunto dos TCO estrangeiros no Algarve.
- o mesmo acontece com o grupo dos **especialistas das atividades intelectuais e científicas** (baixam de 2,3% para 1,7%, em contraciclo com o Continente), e com os **técnicos e profissões de nível intermédio**, os quais, igualmente em contraciclo com o nível nacional, reduzem o seu peso de 3,1% para 2,4% na região, ficando, as duas últimas categorias fortemente sub-representadas na região, face ao peso das mesmas no contexto nacional.

A realidade regional parece seguir a tendência nacional quanto à **inserção laboral dos estrangeiros no mercado de trabalho**, os quais tendem a continuar a estar mais representados que os nacionais nos grupos profissionais de base, nem sempre usando na plenitude as suas habilitações e competências profissionais nas funções que exercem no mercado de trabalho (mesmo entre os que têm estudos superiores), persistindo por isso desequilíbrios nas remunerações base médias, as quais tendem a ser globalmente mais baixas para os trabalhadores estrangeiros²³, para o que contribui o grau de aprendizagem da língua portuguesa, enquanto fator de integração social e laboral de boa parte dos imigrantes, entre outros fatores.

A **vulnerabilidade e exposição aos riscos do mercado de trabalho é elevada para os trabalhadores estrangeiros** nos grupos profissionais menos qualificados, tendencialmente os mais precários nas relações laborais e com remunerações mais baixas, mas também os migrantes mais qualificados encontram frequentemente dificuldades de transposição da equivalência de qualificações e reconhecimento de competências adquiridas (nomeadamente as informais) nos países de destino. A fluência da língua de acolhimento, o desconhecimento do mercado de trabalho e dos procedimentos por parte das entidades empregadoras, contam-se ainda entre as dificuldades com que se debatem os imigrantes, os quais, sendo necessários ao mercado de trabalho regional, forçam a inevitabilidade do reforço de processos de integração que assegurem princípios de igualdade e de não discriminação.

Em junho de 2021, o número de **estrangeiros desempregados no Algarve** tinha crescido 13% face ao mês homólogo de 2013, no pleno da última crise de emprego (havendo a descontar em atenuante um crescimento de 58% do volume de residentes estrangeiros na região no período em comparação), refletindo também a importância da **imigração residencial** no total da imigração regional, pela forte inatividade da mesma. Por outro lado, na sequência das alterações da estrutura da imigração, ocorridas na última década e da influência da crise pandémica sobre o desemprego de imigrantes na região, destaca-se um **peso de europeus (32%) no conjunto dos desempregados** bem abaixo dos níveis da crise anterior (na qual a construção civil foi bastante afetada). Talvez também por isso, **os africanos** pesam agora menos na estrutura do desemprego (13% contra 20% anterior) e os oriundos da **Europa de Leste** são agora menos de metade em volume absoluto de desemprego do que em 2013, estando em regressão entre o conjunto dos residentes estrangeiros no território.

²³ Cf. “Indicadores de Integração de Imigrantes – Relatório Estatístico Anual 2020”, Observatório das Migrações, 2020 e Relatório da OIT, “Disparidades salariais dos migrantes: análise das diferenças salariais entre os migrantes e os cidadãos dos países de acolhimento”, 2020.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Os **Romenos** revelam elevados níveis de integração no mercado de trabalho regional, pois mantendo estável o volume de residentes, apresentam um decréscimo no volume de desempregados na ordem dos 55% face à crise económica de 2013.

NACIONALIDADE	jun/13		dez/13		jun/19		dez/19		jun/20		dez/20		jun/21	
	V.A.	(%)	V.A.	(%)	V.A.	(%)	V.A.	(%)	V.A.	(%)	V.A.	(%)	V.A.	(%)
EUROPA	2309	58%	2989	58%	478	51%	1667	36%	2084	29%	2532	29%	1430	32%
União Europeia	1131		1461		336		948		1142		1370		731	
Bulgária	179		198		39		116		151		177		109	
Reino Un	94		139		44		128		150		193		0	
Roménia	609		774		115		328		387		485		269	
Europa Leste	1167		1518		138		705		927		1147		544	
Moldávia	242		319		22		107		150		208		86	
Ucrânia	836		1068		109		556		707		858		407	
ÁFRICA	781	20%	845	16%	145	15%	668	14%	903	12%	1112	13%	566	13%
Cabo Verde	336		362		58		219		282		353		160	
Guiné-Biss	177		184		28		203		273		332		136	
AMÉRICA	802	20%	1125	22%	245	26%	1436	31%	2652	37%	3336	38%	1784	40%
Brasil	760		1073		225		1368		2518		3140		1682	
OUTROS PAÍSES	105	2%	168	3%	77	8%	879	19%	1608	22%	1732	20%	726	16%
TOTAL	3 997	100%	5 127	100%	945	100%	4 650	100%	7 247	100%	8 712	100%	4 506	100%

FONTE: Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego, IEF.

Em sentido contrário, observamos os **desempregados oriundos da América**, cujo peso relativo agora duplicou entre os imigrantes estrangeiros (40%), em especial os **brasileiros** dispensados pelo turismo e atividades associadas (a nacionalidade brasileira duplicou e triplicou a sua expressão no desemprego face a 2013, respetivamente em junho/2021 e em dezembro/2020), bem como os outros países (maioritariamente **asiáticos**), os quais passaram de uma insignificante expressão de 2% para 16%, afetados pela interrupção e retração das atividades turísticas e comerciais associadas, mais do que o verificado na atividade agrícola.

1. 4. Vetores de mudança

1. 4. 1. Empreendedorismo, capacitação e acolhimento empresarial

Os jovens qualificados do ensino superior representam uma das categorias com potencial de identificar e explorar de forma inovadora oportunidades regionais de negócio que capitalizem complementaridades aos setores dominantes como o turismo e o comércio, por exemplo no domínio da componente agroalimentar, ou em torno da saúde humana, bem-estar e ciências da vida, TIC e indústrias culturais e criativas (ICC), mediante a valorização dos recursos endógenos do território, que preservam as identidades locais, a partir de **iniciativas de empreendedorismo de base local**, incluindo no interior/ territórios de baixa densidade.

Para a afirmação de projetos de empreendedorismo de sucesso será importante a cobertura da rede de espaços de acolhimento, sendo que o Algarve observa uma oferta genérica crescente de **infraestruturas de acolhimento e estímulo ao talento e empreendedorismo**, o que inclui uma rede de incubadoras que abrange toda a região, espaços de co-working, ninhos de empresas e ainda parques e áreas de acolhimento empresarial, com o suporte de uma **rede de gabinetes de apoio ao empreendedor**, sobretudo de base municipal, como destaca o documento da Estratégia Regional Algarve 2030. Um levantamento na região, em 2017 dava conta então da existência de 15 espaços “Centros de Incubação” com tipologias variadas: centros de negócios, co-working, ninhos de empresas, incubadora de empresas, incubadora de base tecnológica, pré-incubação, distribuídos por 7 concelhos (Albufeira, Castro Marim, Faro, Lagoa, Loulé, Portimão e Tavira), três de gestão municipal, dois apoiados por entidades públicas, e os restantes resultando de investimentos de promotores privados.

Nos 3 anos seguintes, até 2020, foram criados mais 25 novos espaços para empresas e empreendedores (7 espaços de coworking, 5 escritórios/cowork, 11 incubadoras, 1 incubadora/cowork e 1 incubadora/centro de negócios), na sua maioria fruto de investimentos privados, distribuídos pelo território e acrescentando mais 4 concelhos à anterior lista: Alcoutim, Lagos, Olhão e São Brás de Alportel. Em 2021, é possível identificar 51 espaços, cobrindo 15 dos 16 concelhos do Algarve.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Boa parte das últimas iniciativas neste domínio insere-se na estratégia de criação de condições tecnológicas para o trabalho à distância no mundo rural, com a finalidade de atrair recursos humanos da Administração Pública para fora das grandes Áreas Metropolitanas, disponibilizando uma Rede de Espaços coworking no interior, enquanto espaços de trabalho comum que sirvam igualmente a outros profissionais (trabalhadores independentes e do setor privado), mas não indo além disso em matéria de acolhimento empresarial ou de capacitação ao empreendedorismo.

Este **dinamismo assimétrico na oferta de infraestruturas de acolhimento empresarial** concentra-se significativamente em Faro e Loulé, deixando ainda 8 concelhos sem áreas relevantes para o empreendedorismo (a não ser espaços coworking que terão valências limitadas no âmbito do acolhimento à iniciativa empresarial) na Costa Vicentina, na Serra e no Baixo Guadiana: Aljezur, Vila do Bispo, Monchique, Silves, São Brás de Alportel e Alcoutim e Casto Marim, Vila Real de Santo António. Fruto dessa concentração e pela predominância da iniciativa privada de construção das infraestruturas, os municípios da região reclamam a **qualificação das restantes Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) do território**, visando a atração de novas procuras específicas, nomeadamente nos territórios de baixa densidade, cobrindo o potencial de atividades ligadas à valorização económica da Serra e do Barrocal e dos seus produtos.

Ainda que se tenha observado a requalificação de algumas infraestruturas no âmbito do projeto REVIT (Lagos, Tavira e Vilamoura) e, se verifique um aumento da capacidade da rede na resposta aos perfis da procura das TIC e das ICC, estimulando o empreendedorismo de base digital, o reforço das componentes de serviços qualificados e a expansão de AAE existentes, em termos de acessos, infraestruturização básica e virtual, equipamentos de apoio e serviços a disponibilizar diretamente ou em apoio (apoio técnico à montagem e desenvolvimento de iniciativas, creches e jardins de infância,...) revelam-se essenciais para a **revitalização das Áreas Empresariais do Algarve**, com vista a reforçar a sua competitividade na captação de empresas e na capacitação e promoção das instaladas, melhorando o desempenho económico e a competitividade e atratividade territorial dos municípios da região.

As propostas de investimento dos municípios da região, elencadas no âmbito dos contributos para o PRR, encontram algum acolhimento na componente 7 do mesmo (infraestruturas), que apoia a requalificação em “upgrade” das AAE existentes para uma nova geração de espaços mais resilientes, mais verdes e mais digitais, nomeadamente nas soluções de eficiência energética e de cobertura de comunicações de banda larga rápida (5G) nos territórios de baixa densidade. De fora do PRR ficam as restantes propostas, que incluíam a construção de uma Plataforma Logística (Tavira), uma ZIL, um Parque Empresarial do Cluster do Mar, a reconversão do Porto Comercial de Faro e o desenvolvimento do Porto Comercial de Portimão.

A extensão e dinamização de estruturas de gestão interna das AAE, para além dos Gabinetes Municipais de Apoio ao Desenvolvimento Económico e em articulação com estes, assume uma importância decisiva, enquanto rede de animação territorial, na captação seletiva de investimento e de empresas, na animação do potencial empreendedor de suporte ao aproveitamento dos recursos endógenos diferenciados e com potencial de inovação de mercado, nomeadamente se em estreita articulação com as ADL's, o IEFP e as IES regionais. Uma **rede regional qualificada de animação de iniciativa empresarial e de negócios**, pode potenciar iniciativas agroalimentares em cadeia curta entre os mercados locais e pequenos produtores especializados de proximidade, que explorarão oportunidades no âmbito do turismo comercial e residencial, mas também do *e-commerce*, que desenvolverão com apoio e suporte técnico.

A dinamização do **pequeno empreendedorismo de base local** a partir de estruturas técnicas de apoio, em rede regional, junto dos vários espaços de acolhimento empresarial e de negócios, faz igualmente sentido no estímulo à **exploração de iniciativa inovadora em áreas e setores menos convencionais**, mas com potencial de fixação de jovens qualificados no território (dada a oferta regional de qualificação superior), como sejam os cuidados de saúde, bem-estar e pessoais (face a um turismo residencial mais ativo e com disponibilidade financeira) e, a economia azul (turismo costeiro, aquicultura, biotecnologia marinha, transformação de

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

pescado). Em ambos os casos, para além do setor agroalimentar, faz sentido a criação ou adaptação de **áreas de incubação e acolhimento empresarial** dedicadas ou de **Parques de Inovação e Tecnologia**, com potencial de clusterização, assegurando espaços de instalação, de incubação, de trabalho coletivo e partilhado, logística, apoio técnico e científico, com associação às IES, e outras valências a partilhar com vantagem.

Algumas das iniciativas que preenchem os espaços de acolhimento ao empreendedorismo são apoiadas pelos instrumentos de Apoio à Criação de Emprego e Empresas para desempregados, pelo IEFP, cuja dinâmica decresceu, na região, de 243 postos de trabalho apoiados em 2013 para 178 em 2019, tendo a maior descida ocorrido na área do Centro de Emprego de Loulé, mas também na zona do Barlavento e de Faro, os territórios mais dinâmicos na procura destes apoios, nos anos referidos. Sendo a maior parte dos apoios do IEFP à criação de emprego concedidos aos beneficiários de subsídio de desemprego, **os jovens não beneficiários desse apoio não têm a vida facilitada quanto ao financiamento dos seus projetos**, seja no âmbito da medida Investe Jovem ou da Linha de Apoio à Criação de Empresas e Emprego, devido à avaliação de risco no âmbito do recurso a crédito bancário.

Os apoios ao empreendedorismo, à criação do próprio emprego e de empresas, bem como à qualificação dos espaços e áreas de acolhimento empresarial, ou ainda à contratação de quadros altamente qualificados, pontualmente necessários ao suporte de especificidades de modernização e expansão empresarial, encontram-se distribuídos pelos dois eixos do CRESC Algarve 2020, dedicados ao investimento do emprego e na promoção da qualidade do mesmo, bem como à coesão social e territorial.

INFORMAÇÃO DE EXECUÇÃO DO CRESC ALGARVE 2020 - REPORTADA A 15-08-2021									
Eixo	OT	PI - PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO	Nº OP	TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES	Programado FEDER	Programado FSE	Execução Fundo	Tx Compromisso (%)	Tx Execução (%)
05 - INVESTIR NO EMPREGO	05 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral	08.03 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;	29	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas;	- €	642 000,00 €	90 849,66 €	268,37	14,15
		08.08 - A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;	43	(1) Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos; (2) Apoio à produção nacional de base local; (3)	4 100 000,00 €	- €	281 915,00 €	50,73	6,88
		08.09 - A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade;	42	Promoção de microempreendedorismo; (4) Formação de empresários e trabalhadores para a inovação empresarial; (5) Contratação de Recursos Humanos altamente qualificados para a qualificação e internacionalização do tecido empresarial.	9 000 000,00 €	- €	3 521 877,49 €	106,71	39,13
06 - AFIRMAR A COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL	06 - Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação	09.06 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	112	Desenvolvimento socioeconómico de base local: (1) Apoio ao empreendedorismo - promoção do trabalho em rede; (2) + Coesão Emprego Empreendedorismo Social;	- €	6 700 000,00 €	192 968,46 €	132,1	2,88
		09.10 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;	46	Desenvolvimento socioeconómico de base local.	3 716 900,00 €	- €	1 404 888,19 €	52,98	37,8

FONTE: CCDR ALGARVE

As intervenções destinadas à **criação de emprego por conta própria, sustentada em financiamento apenas da componente FSE** (com maiores dificuldades de financiamento de equipamentos e instalações), revela uma procura expressiva nas aprovações recentes e taxas de execução, ainda, baixas. O mesmo acontece com os apoios ao empreendedorismo de promoção do trabalho em rede e ao empreendedorismo social, apesar dos recursos financeiros disponíveis, sem que a procura tenha ganho relevância na execução mas podendo constituir uma janela de oportunidade para o **reajustamento dos apoios à criação de emprego e empresas às especificidades dos contextos regionais** dos territórios de baixa densidade.

De forma diferente, observa-se que as tipologias de intervenções financiadas pela componente FEDER, têm uma procura mais substancial, nomeadamente no que se refere aos apoios à expansão e modernização de empresas, incluindo a transição digital, ou a promoção do micro empreendedorismo. Ainda assim, deixa bastante a desejar a valorização dos recursos endógenos pelos agentes públicos, nomeadamente autarquias,

que para além de alguns projetos no âmbito da promoção e valorização da dieta mediterrânica, da construção de ciclovias e de alguma incipiente requalificação da rede de mercados locais, não explorou satisfatoriamente a dotação da PI em matéria de desenvolvimento de viveiros de empresas, nomeadamente associada à **revalorização dos mercados locais e dos produtos endógenos do território**.

1. 4. 2 Envelhecimento ativo e saudável numa economia de longevidade e bem-estar

Os **índices de envelhecimento e de dependência de idosos** são mais preocupantes no interior do território algarvio e menos expressivos nos concelhos do litoral, que cresceram em população na década passada (caso de Albufeira). Para tal terá também contribuído, para além da imigração económica, importante para o mercado de trabalho regional em várias atividades como o turismo (e derivados, como o comércio) e agricultura, a imigração residencial oriunda do norte da Europa (e nacional), que tem na região um peso significativo, ambas com alguma responsabilidade da recomposição demográfica do território.

Tais movimentos de atração regional que os Censos de 2021 (INE) registam como intensos nas categorias de jovens (mais nacionais, com caráter sazonal e temporário) e de reformados (mais estrangeiros, com caráter permanente), são influenciados pela componente turismo, em ambos os casos, abrindo caminho a um modelo de aprofundamento da ancoragem regional da **economia grisalha e de longevidade** que não só poderá incentivar o segmento de turismo residencial sénior de saúde e bem-estar, como estimulará oportunidades no desenvolvimento de condições de suporte favoráveis ao **envelhecimento ativo e saudável**, de nacionais e estrangeiros.

A afirmação deste perfil demográfico regional representa um manancial de oportunidades emergentes na promoção de formas de envelhecimento ativo e na criação de novos serviços e qualificações territoriais que conduziram ao reconhecimento do **Algarve como espaço de referência para o envelhecimento saudável**, estimulando o segmento da economia grisalha, de longevidade e bem-estar e potenciando fatores de inovação e complementaridade entre os setores da saúde humana e do turismo.

Envelhecer hoje, com melhores condições de saúde do que nas décadas anteriores, desafia a inovação quanto às tradicionais respostas sociais para os públicos seniores, no que respeita à atividade a estimular por uma rede mais alargada de parceiros e atores regionais, no âmbito da **exploração de oportunidades de participação cívica voluntária ou em consultadoria** em iniciativas de interesse humano e comunitário, ambientais e climáticos, culturais e desportivos, saúde e bem-estar, património cultural e gastronomia, empreendedorismo, sem descartar a aposta na continuidade da participação em ações de ALV que favoreçam o prolongamento da atividade na vida, com benefícios para a economia.

O **empreendedorismo social e o voluntariado dos maiores de 55 anos** dispensados e com dificuldades de reingresso ao mercado de trabalho, poderá estimular o emprego e a melhoria da prestação de cuidados pessoais das entidades da economia social, num território onde se identificam lacunas na cobertura das respostas sociais ao crescente envelhecimento demográfico, em áreas como o apoio domiciliário ou a animação cultural e de lazer, e outras. O envolvimento contínuo dos seniores nos processos produtivos do território, nas atividades educativas-formativas das gerações mais jovens, as participações empenhadas em atividades socioculturais, de voluntariado humano, social e ambiental, são igualmente importantes quanto a atividade física e mental, para um envelhecimento saudável.

O crescente interesse académico pela multiplicidade de **fatores associados ao desenvolvimento saudável** dá conta que, apesar da relativização valorativa entre culturas, para além dos fatores físicos valorizados nos modelos tradicionais de envelhecimento, várias outras componentes sociais, comportamentais, ambientais e espirituais do envelhecimento saudável são destacadas pelos idosos, como a resiliência, o sentido e o significado da vida, a solidão, a intensidade e qualidade das relações sociais e a religiosidade.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Os mais elevados **níveis de sucesso e satisfação no envelhecimento** tendem a andar associados a uma maior resiliência (capacidade de adaptação a adversidades ou mudanças na vida), maior bem-estar espiritual, melhor qualidade de vida, maior envolvimento social e menos solidão.

Na tentativa de entender o que gera **prazer e felicidade para os idosos**, diversas investigações têm vindo a apontar a importância do **envolvimento e participação social** na construção significativa de utilidade social e comunitária, revelando o quanto os idosos sentem a necessidade de participar em atividades que deem algum sentido e propósito à sua vida, pelo que, na linha da literatura e dos organismos internacionais como a ONU que apontam o **trabalho voluntário** como uma das principais ferramentas de construção do sentido da vida, abrem-se oportunidades regionais no domínio do voluntariado social, alimentar, de saúde, ambiental, de lazer, que possa diminuir os efeitos de isolamento de muitos outros idosos em meio rural, no suprimento das suas várias necessidades.

Os vários agentes do território, com intervenção coordenadora das autarquias locais, entidades da economia social e as ADL's, têm um papel importante na organização e dinamização de **iniciativas que envolvam socialmente os seniores nas comunidades locais**, evitando o sentimento de marginalização, fraca inclusão social e inutilidade que frequentemente experimentam, proporcionando condições para que envelheçam com saúde, com mais tranquilidade e felicidade.

O modelo das Academias Seniores, ainda com margem de aprofundamento em termos de atividade, constitui um dos exemplos que tem vindo a afirmar-se através de experiências interessantes em várias regiões do país, embora menos robustas no interior, mas que poderá constituir uma das várias âncoras culturais de uma dinâmica de intensificação de atividades sénior no mundo rural da baixa densidade, em torno da aquisição e ativação de competências no âmbito da cultura e do património do território, associando a saúde e o bem-estar, bem como de animação da economia grisalha dos residentes estrangeiros na região.

Por isso, desenvolver estratégias regionais para o **envelhecimento ativo e saudável de uma imigração residencial estrangeira sénior e dos nacionais**, constitui um fator de competitividade territorial atrativo e, uma oportunidade de aproveitamento de competências sociais, profissionais e de vida de segmentos de uma população, cuja ativação parcial nos mais diversos domínios, acarretará benefícios para a coesão económica e social regional.

Do ponto de vista **do mercado de trabalho**, estando os profissionais ativos maiores de 55 anos entre os mais afetados pelo processo de destruição de postos de trabalho causada pela crise pandémica que acelerou a automação e a transformação digital dos empregos (que tem uma implementação rápida durante as recessões económicas e permanece para além delas), criando um panorama de dificuldade acrescida ao seu reingresso no mercado de trabalho, parece ainda assim ser impensável desvalorizar o contributo destes trabalhadores seniores perante o desafio da superação das consequências económicas da crise, dada a larga experiência e conhecimentos acumulados de que dispõem na gestão de situações extremas e de incerteza.

Num quadro de **recuperação económica pós-Covid19, a experiência e competências acumuladas pelos profissionais seniores poderão constituir ferramentas importantes para enfrentar novas situações**, pois já passaram por outras, semelhantes e variadas ao longo da sua vida ativa, podendo vir a ser de grande ajuda e utilidade na superação da crise pandémica e recuperação social e económica da mesma. Os perfis profissionais seniores também incorporam o hábito à resolução de problemáticas geradas pelas mudanças produzidas no seu contexto, detendo um conjunto de **competências importantes e úteis para a situação atual**: capacidade analítica, pensamento crítico, adaptação à mudança, tomada de decisão e solução de problemas a partir de novas perspetivas, serenidade, temperança e normalidade...

Num contexto de continuidade da manifestação sistemática de dificuldades na satisfação das necessidades de mão de obra intensiva e sazonal na região, seja para as atividades igualmente sazonais do setor turístico, ou para a emergência e afirmação de novas, complementares e diversificadas atividades económicas com diferente intensidade tecnológica, a promoção de **maiores índices de atividade entre os trabalhadores**

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

seniores ganha relevância nas necessárias estratégias de transição faseada ou de retenção dos mesmos no mercado de trabalho por mais anos. A OCDE recomenda mesmo para várias regiões e países com fraca natalidade e que se confrontam com penúria de mão de obra, o aumento das taxas de atividade dos seniores como uma das soluções, dada a tendência para o aumento da longevidade destes em condições saudáveis²⁴. Também o *Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho* (versão de junho de 2021) sugere, nas linhas de orientação para as políticas públicas sobre este tema, a **promoção do envelhecimento ativo no quadro do mercado de trabalho**, em resposta às profundas transformações demográficas das últimas décadas, reforçando os **instrumentos de inclusão dos trabalhadores mais velhos** (incluindo a formação ao longo da vida e a requalificação profissional e a adequação dos tempos de trabalho às fases do ciclo de vida), apostando em regimes laborais parciais e flexíveis e alocação a tarefas mais leves, nos últimos anos da carreira contributiva, num **prolongamento da vida ativa** e transição faseada do mercado de trabalho para a reforma. Sugere-se ainda que, após a reforma, possam os cidadãos seniores definir projetos de vida abarcando múltiplas formas de trabalho que mobilizem a sua disponibilidade de tempo ao serviço da comunidade.

A *Agenda de Competências* da União Europeia contempla entre as suas 12 ações, o desenvolvimento **competências para a vida**, apoiando a educação-formação de todos, incluindo os adultos seniores, em questões como a alfabetização mediática e digital, as competências cívicas e financeiras, ambientais e de saúde, completando as experiências e competências acumuladas ao longo da vida, as quais há que manter ativas e mobilizáveis para a vida comunitária e para a economia, capacitando-os para desenvolverem uma intervenção mais proativa no processo de permanente aprendizagem ao longo da vida (e em todas as etapas desta, como estabelece o ODS 4 da *Agenda 2030 da ONU*, para o desenvolvimento sustentável).

As gerações seniores contam-se assim entre as categorias de **novos clientes das políticas públicas emprego**, com necessidades específicas e novos tipos de exclusão, face às mudanças em curso na demografia, na longevidade, na economia, na sociedade e nos mercados de trabalho.

²⁴ As recomendações da OCDE para a Alemanha (por exemplo), nesta matéria, estendem-se à adoção do princípio da obrigação de procurar emprego, mesmo para os mais idosos, acompanhado de medidas favorecendo os programas de formação continuada em ALV.

B2. Inclusão social - qualificações de base e integração socioeconómica

A crise pandémica agravou os **níveis de desigualdade social** em várias dimensões do domínio socioeconómico, penalizando os que têm baixos níveis de qualificação, os seniores acima dos 55 anos, os jovens, os imigrantes económicos e as mulheres, todos eles com dificuldades de assegurarem uma inserção laboral digna num **mercado de trabalho regional marcado pela precariedade e altamente segmentado**, bloqueando um maior efeito que o “layoff” poderia ter tido na mitigação regional dos impactos da crise pandémica, da qual resultou um substancial aumento do desemprego jovem e, do DLD, fatores que contribuem para o agravamento da fragilização e exposição regional a situações de pobreza e exclusão social. As categorias socioeconómicas mais vulneráveis que viram agravado o risco de pobreza e exclusão social (seniores acima dos 55 anos, os jovens, os imigrantes económicos e as mulheres), não só apresentam **défices de competências escolares e profissionais** em consequência da interrupção ou insuficiente desenvolvimento de percursos escolares e profissionais, mas também são os mais afetados pela precariedade e sazonalidade com elevada rotatividade laboral em condições muitas vezes informais ou salarialmente discriminantes, que resultam em dificuldades de inserção no mercado de trabalho regional, refletido em valores de rendimento e períodos de Subsídio de Desemprego aquém do necessário face às prestações laborais, **agravando as desigualdades sociais e a discriminação** já existentes, em boa medida por incapacidade de acompanhamento das políticas públicas no domínio da inserção social e laboral.

Estas desigualdades, que já eram preocupantes antes da crise pandémica, ganham relevância num contexto de aprofundamento e aceleração das **tendências de digitalização que tenderão a agravar a situação**, castigando mais os já antes fragilizados face ao mercado de trabalho, o mesmo sendo válido para os territórios. Algumas estimativas divulgadas pela Universidade Católica em julho/2021 davam conta que 400.000 pessoas possam ter sido atiradas para a pobreza em Portugal, devido à pandemia, sendo o Algarve a região mais afetada do território nacional, resultado de uma combinação de fatores como os baixos salários, o desemprego (com menores valores e proteção no Subsídio de Desemprego), a sazonalidade do mercado de trabalho, o envelhecimento populacional e o isolamento nos meios rurais.

A partir da revisão de alguns indicadores de natureza económico-social já elencados, do quadro de indicadores de monitorização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais²⁵ e de uma bateria de indicadores complementares, é possível apresentar uma súmula **das vulnerabilidades sociais regionais** diretamente associadas às características do mercado de trabalho e do tecido produtivo regional, à data mais próxima que a informação estatística disponível permite.

As vulnerabilidades sociais regionais decorrem da conjugação de vários fatores, com destaque para a verificação de valores médios anuais de prestações da Segurança Social bem distantes dos observados no país, seja no caso das pensões e dos subsídios de desemprego, resultado da incidência de salários igualmente mais baixos, seja na tendência crescente para uma maior incidência da doença no fator trabalho, ou ainda no aumento do recurso à subsídio assistida por via do RSI. As consequências desta conjugação de fatores, resultam em indicadores de pobreza e desigualdade agravados para a região, particularmente espelhada pela mais elevada taxa de risco de pobreza, mesmo após as transferências sociais.

²⁵ “Quadro dos indicadores de monitorização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, em anexo e Carta Social: Rede de Serviços e Equipamentos – Relatório de 2018, do GEP/MTSSS.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

BATERIA DE INDICADORES SOCIAIS						
INDICADORES	PORTUGAL			ALGARVE		
	2013	2019	2020	(2013)	(2019)	(2020)
PRESTAÇÕES SOCIAIS DA SEGURANÇA SOCIAL:						
✓ Valor médio anual das pensões (€)	4 928	5 684	5 811	4 430	5 146	5 278
✓ Valor médio anual dos subsídios de desemprego (€)	3 716	2 984	3 147	3 239	2 127	2 911
✓ N° médio de dias de subsídios de desemprego	224	170	179	203	130	178
✓ N° médio de dias de subsídios de doença	54	53	63	51	54	66
BENEFICIÁRIOS DE PRESTAÇÕES SOCIAIS:						
• Pensionistas da SS (Total de pensões em 31/12)	2 914 743	2 859 703	2 869 492	110 752	110 536	111 395
• Beneficiários de subsídios de desemprego da SS:	654 933	352 415	432 212	38 278	26 151	34 585
(< 25 anos)	5%	6%	8%	6%	8%	9%
(25-39 anos)	39%	34%	37%	41%	39%	41%
(40-54 anos)	37%	36%	34%	37%	34%	33%
(55 e + anos)	19%	25%	22%	16%	19%	17%
• Beneficiários de RSI da SS:	360 355	267 403	257 939	13 336	7 501	8 829
(< 25 anos)	48%	41%	41%	45%	44%	44%
(25-39 anos)	20%	16%	16%	20%	17%	18%
(40-54 anos)	23%	23%	22%	23%	20%	21%
(55 e + anos)	11%	20%	21%	12%	19%	17%
INDICADORES DE POBREZA E DESIGUALDADE:						
○ Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	19,5%	17,2%*	16,2%**	-	18,7%*	17,7%**
○ Beneficiários do SD da SS no total de beneficiários	7,4%	3,0%	4,3%	8,8%	5,3%	7,7%
○ Beneficiários do RMG/RSI da SS no total de benefic.	8,6%	5,6%	5,4%	6,9%	3,0%	3,7%
FONTE: INE (Anuário Estatístico de Portugal) e PORDATA. (*) 2018 (**) 2019 (*) 2018 (**) 2019						

As entradas seguintes sistematizam as principais linhas de leitura do posicionamento do Algarve no contexto nacional, desde 2013:

Igualdade de oportunidades face ao mercado de trabalho:

- *Educação, competências e ALV:*
 - taxas de abandono precoce de educação e formação a uma enorme distância do país, duplicando os valores nacionais;
 - níveis de participação de adultos em ações de ALV inferiores ao país;
 - taxas de escolarização no ensino superior, com significativo atraso face aos níveis nacionais;
 - elevado défice em competências digitais para acesso à tecnologia, mas também nas restantes competências necessárias ao exercício de uma cidadania mais ativa e responsável;
- *Igualdade de género:* vantagem regional face ao país nas disparidades de género no emprego (-1,5 pp%) e, na disparidade salarial entre sexos no ganho mensal e nos TCO (2/3 da tx% do país), ainda que a disparidade salarial entre géneros continue transversal a todos os níveis de ensino, qualificação e área de atividade. O CRESC Algarve 2020 apoiou várias (9) operações técnicas para elaboração e implementação de planos para a igualdade e não discriminação, com vista à mudança de mentalidades e atitudes preconceituosas, face àqueles que são os papéis das mulheres e dos homens na sociedade em que nos inserimos, a desenvolver pelos municípios, mas apenas em 2023 (em dossier de saldo) se poderá avaliar a sua execução;
- *Condições de vida:*
 - taxa de risco de pobreza ou exclusão social 2 pp% acima do país ou 1,5 pp% acima após transferências sociais, estando entre as mais elevadas do território nacional, afetando de forma preocupante também a população empregada;
 - taxa de privação material severa 50% acima do país;

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

- *Juventude*: agravamento do desemprego jovem com a crise pandémica e peso dos jovens NEET muito mais elevado que no país, em contraciclo ascendente na região.



Mercado de trabalho e rendimentos:

- *Desemprego*:
 - o taxa de desemprego em crescimento e superior à do país, ainda antes da crise pandémica;
 - o desemprego de longa duração elevado e preocupante acima dos 55 anos, nomeadamente nos menos escolarizados, agravado pela pandemia, que aumentou a dificuldade de regresso ao mercado de trabalho, especialmente às profissões e atividades anteriores;
- *Número médio de dias de subsídios de doença* é mais elevado no Algarve que no país, sendo o valor mais elevado dos territórios nacionais (66 dias/ano);
- *Duração média do SD* no Algarve era o valor mais baixo dos territórios nacionais em 2019, com menos 40 dias anuais do que o país, tendo eliminado essa diferença com o efeito da pandemia, em 2020, incluindo a vantagem que, em 2013 manteve sobre o país, fruto da maior vitalidade ou regularidade de funcionamento do seu mercado de trabalho, ou da maior informalidade e precariedade do mesmo que tendem a persistir;
- *Valor médio anual dos Subsídios de Desemprego* da região corresponde hoje a 93% da média nacional, tendo subido dos 87% em 2013, com uma diminuição menor na região (-10%) tal como no país (-15%), entre os dois anos de referência. Em 2020, o valor médio na região era de 2.911€, sendo um dos valores mais baixos no território nacional, deixando apenas o Alentejo atrás;
- *Beneficiários do subsídio de desemprego (SD) no total de beneficiários ativos* revela que, em 2020 o Algarve se aproximou dos valores de 2013, sendo a NUT II do país que experimentou maior intensidade nessa regressão e aquela onde o peso do SD no conjunto dos apoios sociais é bem mais expressiva que no restante território nacional, refletindo o quanto o Algarve sofreu em perda de postos de trabalho com a crise pandémica;
- *Beneficiários do subsídio de desemprego (SD)*: entre 2013 e 2019 diminuíram 34% no país e apenas 10% no Algarve, com a pandemia a fazer disparar em 32,2% os mesmos em 2020, na região, bem acima dos +22,6% que o país registou, tendo os jovens com < 25 anos e o grupo dos 25-39 anos um peso regional maior do que no país, em 2020.



Proteção social e inclusão social:

- *Políticas públicas e subsídios da SS*:
 - o *Total de pensionistas da SS* cresceu (0,5%) no Algarve entre 2013 e 2020, ao contrário do que se verificou no país (-1,5%). O mesmo aconteceu com o número de pensionistas da SS/1000 habitantes em idade ativa entre 2014 e 2019 (-3,9% em Portugal), período no qual o Algarve cresce 2,6%, sendo o único território nacional em contraciclo ascendente. Ainda assim, o valor médio anual do total das pensões cresceu ligeiramente mais no Algarve (+20%) do que no país (+18%), entre 2013 e 2020;
 - o *Beneficiários do RMG e do RSI no total de beneficiários ativos*, revela uma quebra (de 6,9% para 3,0%) muito maior do que no país, entre 2013 e 2019, mostra igualmente uma recuperação de 18% com a pandemia, em 2020, ao contrário do país e dos seus territórios, todos eles em trajetória descendente. Crescimento do número de indivíduos em situação de risco e exclusão social, indiciado pelo aumento de requerentes do RSI, onde os jovens (< 25 anos) continuam a ser os maiores beneficiários (44% em 2020 contra 45% em 2013), com maior peso regional que no país onde o seu peso tem perdido relevância, sendo entre os 25-39 anos e entre os 40-54 anos que se verificou o maior crescimento por força da pandemia, respetivamente +28% e +21%;
 - o Insuficiente dinamização e inserção dos beneficiários de RSI em atividades socialmente úteis em benefício da comunidade, por via da economia social;

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

- *Serviços de apoio à infância, aos seniores e a pessoas com deficiências:*
 - Taxa de cobertura do Algarve em residências para pessoas idosas em 2018 (7,8% para pessoas com mais de 75 anos, nas quais a desigualdade na qualidade de vida é, em Portugal, maior do que em qualquer outra idade), revela lacunas significativas de serviços e equipamentos de resposta ao nível do apoio aos idosos, do envelhecimento ativo, tal como a outros grupos específicos, na área da saúde mental, da deficiência, entre outros, o que acarreta impactos no risco de pobreza e exclusão social;
 - Taxa de cobertura do Algarve em creche em 2018 (40%), revela insuficiente oferta de estruturas de acolhimento e educação pré-escolar para crianças (muito abaixo nos níveis nacionais), dificultando o acesso a melhores níveis de conciliação entre a vida profissional e familiar.

O PRR contempla na sua Componente 3 (Respostas Sociais) o apoio a reformas dos equipamentos e respostas sociais, inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidades (PDCI) e combate à pobreza. Trata-se de apoiar o reforço de cuidados prestados em ERPI, na promoção de respostas sociais inovadoras ao desenvolvimento de um modelo de apoio domiciliário inovador que aposte simultaneamente na proximidade e flexibilidade do apoio a prestar, promovendo o adiamento da dependência e necessidade de institucionalização, para alargamento da cobertura a pessoas em situação de isolamento social e da capacidade de resposta da rede de equipamentos ao nível da infância.

As respostas sociais do PRR vêm assim ao encontro das várias debilidades do território elencadas acima, bem como ao levantamento exaustivo promovido pelo ***Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2020-2024 (PDSSA)***, elaborada no contexto da AMAL com envolvimento dos municípios e de diversas entidades parceiras (nomeadamente, Segurança Social, IEFP, DGESTE e AR Saúde).

O PDSSA estabelece relações de coerência e articulação com documentos estratégicos de âmbito nacional e regional em diferentes domínios, tendo sido estruturado em torno de seis eixos estratégicos no âmbito dos quais foram identificados *problemas prioritários*, sintetizando a tabela seguinte os que têm articulação mais direta com as intervenções prioritárias em matérias de Qualificações, Emprego e Inclusão Social.

<i>Eixos Estratégicos</i>	<i>Problemas Prioritários</i>
✓ <i>Desafios Demográficos</i>	○ Desertificação de alguns concelhos da Região; ○ Envelhecimento populacional; ○ Isolamento social e físico/geográfico de pessoas idosas; ○ Condições de vida (de trabalho e habitação) precárias em alguns grupos de pessoas imigrantes.
➤ <i>Coesão Social e Territorial</i>	• Desajustamento entre a oferta de habitação e as necessidades da procura; • Dificuldades na mobilidade interurbana com particular destaque para a mobilidade entre os territórios de baixa densidade e o litoral, promovendo um maior isolamento dos primeiros; • Deficit de condições para a autonomia, participação e inclusão social das pessoas idosas e de pessoas com deficiências ou com incapacidades.
➤ <i>Qualificação de pessoas, organizações e territórios</i>	▪ Desvalorização da escola por parte dos/as jovens e níveis de insucesso escolar e de abandono superiores à do país; ▪ Ensino profissional com fraca capacidade para a promoção de novas áreas de criação de emprego; ▪ Economia fortemente dependente de alguns setores e mercado de emprego atravessado por precariedades de natureza vária sofrendo consequências graves em momentos de crise;

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

<i>Eixos Estratégicos</i>	<i>Problemas Prioritários</i>
	▪ Desadequação de algumas das respostas e serviços prestados face às atuais (e futuras) necessidades das pessoas mais velhas e aos novos perfis do envelhecimento; ▪ Lacunas na cobertura das respostas sociais, sobretudo ao nível dos Serviços de Apoio Domiciliário (SAD); ▪ Falta de preparação de profissionais para problemas específicos na área do envelhecimento, nomeadamente problemas do foro mental
➤ <i>Riscos sociais e ambientais</i>	- o Grande vulnerabilidade à pobreza de famílias com crianças; - o Insuficiência de respostas ao nível da saúde mental e, em particular, na saúde mental infantil; - o Existência de grande volume processual nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; - o Dificuldades na autonomia dos jovens no seu processo de transição para a idade adulta, particularmente entre os/as jovens em acolhimento institucional.
➤ <i>Cidadania e Igualdade</i>	• Persistência de assimetrias de género em vários domínios da vida na sua dimensão pública e privada; • Persistência de preconceitos em relação à orientação sexual; • Insuficiência de práticas de promoção da participação social de crianças e de pessoas idosas.

A pandemia e os decorrentes confinamentos, acarretaram efeitos severos nas empresas, no emprego, nos rendimentos, nas condições de vida, ampliando as vulnerabilidades sociais da região e deixando ainda mais expostos às suas consequências os grupos ou segmentos mais fragilizados, devido às **persistentes lacunas no trabalho e na proteção social, acentuando a discriminação** (nomeadamente salarial, que afeta as mulheres, jovens e imigrantes) e a desigualdade de oportunidades de empregabilidade, em prejuízo das mesmas categorias, face à transição digital e ambiental.

A PI do CRESC Algarve 2020 dedicada à inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade, contempla um conjunto de intervenções para as quais o PO reservou uma parcela de financiamento FSE superior a 20 M€; com uma taxa de compromisso de 112% (fruto do peso elevado das aprovações recentes), até agora menos de 60% desse montante aprovado foi executado. Entre as tipologias de intervenções, contam-se:

- (1) *Inclusão ativa de grupos vulneráveis (trabalho socialmente necessário)*

A discriminação e a desigualdade de oportunidades quanto aos vários grupos vulneráveis, são matérias em que parece não se ter avançado o suficiente no anterior período de programação ao nível regional, durante o qual se mobilizaram instrumentos de apoio à inserção laboral como os **Contratos Emprego-Inserção (CEI e CEI+)** com vista a facilitar o regresso ao mercado de trabalho dos desempregados a receber Subsídio de Desemprego ou Rendimento Social de Inserção (RSI), mas a níveis bem distantes dos de 2013, por parte do IEFP.

O volume de desempregados abrangidos na região por **medidas de inserção profissional (trabalho socialmente necessário através de CEI e CEI+)** foi de 1.124 em 2019, representando 34% do volume de 2013, ao passo que os apoios à inserção e **colocação de pessoas carenciadas e vulneráveis perante o mercado de trabalho por incapacidades físicas ou outras**, abrangeram 438 pessoas em 2019, representando um crescimento de 46% face a 2013, em medidas como o apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação, estágios de inserção para PDCI e CEI+ específicos.

Ao longo do período de 2014 a 2021, o PO regional CRESC Algarve contabilizou 3.595 participantes em ações de trabalho socialmente necessário, que absorveram mais de 6M € no âmbito do FSE, mas

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

as mudanças introduzidas nos regulamentos de execução das medidas CEI e CEI+, a sua limitação e condicionamento aos desempregados abrangidos por Subsídio de Desemprego, o qual tem na região Algarve períodos de duração mais curta e intermitente, poderá ter limitado em alguma medida o alcance do seu potencial;

- (2) *Intervenções integradas em territórios vulneráveis (TEIP, PIEF, CLDS)*

A **redução do abandono escolar** constituiu uma forte preocupação do PO CRESC Algarve 2020, o qual alocou às intervenções em **TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária)** cerca de 4,3 M€, dos quais está até agora executado 66% desse montante, destinado à realização de ações de redução do insucesso e combate ao abandono escolar, por Agrupamentos de Escolas da região, promovendo o sucesso/melhoria dos resultados escolares, assim como a inclusão de todos os alunos. Os resultados regionais não são os melhores em termos de progressão do indicador de abandono escolar dado também o quadro de crise pandémica que poderá deixar um rasto ainda mais agravado. Assim, importa atender à necessidade de atuar sobre outros fatores que poderão estar a contribuir para bloquear a eficácia das intervenções desenvolvidas.

Também os **Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)**, criados em 2007 e coordenados pelo ISSS, procuram **promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores níveis de fragilidade social**, mobilizando para o efeito a ação integrada de diversos agentes e recursos localmente disponíveis, constituindo-se como um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parcerias locais que, abrangendo 15 dos 16 concelhos do Algarve, desenvolvem ações no âmbito: i) do emprego, formação e qualificação; ii) familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; iii) promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa; iv) auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetados por calamidades e/ou capacitação e desenvolvimento comunitários.

Enquanto instrumento de reforço da Rede Social local dos territórios, os elevados níveis de realização dos projetos parece terem produzido **pouco impacto sobre a pobreza e a coesão territorial**, segundo os relatórios de avaliação disponíveis, pela rigidez da formatação nacional do programa que obstaculiza a adequação das intervenções aos problemas específicos de cada território, tornando as mesmas largamente insuficientes e fracamente impactantes face à dimensão dos problemas dos territórios mais vulneráveis do Continente.

Em consequência, **as evidências de sustentabilidade das intervenções CLDS não são particularmente fortes**, segundo as avaliações do Programa, esgotando-se os serviços e as atividades desenvolvidas com o fim do mesmo, em boa parte pela fraca inovação das intervenções quanto à abordagem dos fatores estruturais da pobreza. Assim, persiste uma lógica tradicional de assistência social, centrada na promoção das mudanças de atitude dos destinatários, mais do que na transformação das suas condições de vida, nomeadamente a promoção da inclusão no mercado de trabalho, o fortalecimento do tecido associativo local e o estímulo do *empowerment* das comunidades, ou a transformação das lógicas de intervenção dos serviços públicos locais, os quais continuam bastante enquistados e condicionados à matriz rígida de formato organizacional nacional, fatores a estimular mais durante o próximo período de programação.

Os financiamentos das intervenções integradas nos territórios são avultados na aprovação do CRESC Algarve 2020, mas apenas 7 dos 15 projetos aprovados revela ter já alguma execução financeira, a maior parte na ordem dos 10%, sendo que apenas uma das intervenções revela uma execução superior, em torno dos 20% do valor aprovado, o que não deixa de ser preocupante, ao momento.

- (3) *Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas (Programa Escolhas, Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante)*

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

O **Programa Escolhas**, que já vai na 8ª geração, visa a integração social de crianças, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, a participação cívica e o reforço da coesão social, destinando-se a crianças e jovens provenientes de contextos com vulnerabilidade socioeconómica. O combate à discriminação, promovendo a inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas no âmbito do programa é desenvolvido pelos municípios, através de intervenções nos domínios: i) Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação; ii) Emprego e Empreendedorismo; e iii) Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania.

A **prevenção da delinquência juvenil, a redução do abandono escolar precoce e na promoção do empreendedorismo responsável e inclusivo**, são alguns dos contributos do Programa Escolhas apontados para resultados conseguidos no país, havendo registo de atividade do Programa nos municípios de Faro, Olhão e Loulé, enquanto ações de inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas. O funcionamento do **CNAIM do Algarve** (Centro Nacional de Apoio ao Imigrante), localizado em Faro, desde 2009, enquanto intervenção no âmbito da inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa (apoiado no âmbito do CRESC Algarve), procura apoiar, esclarecer e encaminhar as pessoas migrantes para os serviços competentes e prestar um serviço de atendimento e aconselhamento em diversas áreas.

- (4) *Projetos de inovação e experimentação social*

Um lote significativo de projetos (34) para a **inovação e experimentação social**, promovidos por IPSS, entidades da economia social, ADL's, apoiado no âmbito do PO regional, permitiu desenvolver intervenções com bastante interesse em diversos domínios, na região: acesso a medicação por carenciados económicos; capacitação escolar, profissional e para a cidadania de jovens em risco; envelhecimento ativo com inclusão pela arte e da valorização do património cultural, prevenção das demências e depressão dos idosos; empreendedorismo social; promoção da saúde mental na infância e da adolescência; capacitação ativa de pessoas com deficiência intelectual e outros públicos vulneráveis (hortas sociais urbanas); promoção da alimentação saudável; literacia na saúde; integração de pessoas em situação de sem abrigo.

INFORMAÇÃO DE EXECUÇÃO DO CRESC ALGARVE 2020 - REPORTADA A 15-08-2021										
Eixo	OT	PI - PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO	Nº OP	TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES	Programado FEDER	Programado FSE	Execução Fundo	Tx Compromisso (%)	Tx Execução (%)	
05 - INVESTIR NO EMPREGO	08 - Promover a qualidade do emprego	08.04 - Igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual;	9	Igualdade de género e da conciliação da vida profissional e privada - Apoio técnico à elaboração, monitorização de execução e avaliação de planos para a igualdade;	- €	175 000,00 €	- €	142,26	0	
		09.01 - Inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;	67	(1) Inclusão ativa de grupos vulneráveis (trabalho socialmente necessário CEI e CEI+); (2) Intervenções integradas em territórios vulneráveis (TEIP, PIEF, CLDS); (3) Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas (Programa Escolhas, Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante); (4) Projetos de inovação e experimentação social.	- €	20 789 211,00 €	12 355 168,92 €	117,58	59,43	
		09.03 - Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades;	11	Combate às discriminações e aos estereótipos: (1) Formação de públicos estratégicos; (2) Combate à violência de género/doméstica - Instrumentos específicos de proteção das vítimas;	- €	976 600,00 €	173 213,15 €	95,95	17,74	
		09.04 - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;	10	(1) Formação de Profissionais do Setor da Saúde; (2) Formação de Técnicos e Outros Profissionais das CPCJ; (3) Modelos de apoio à vida independente (MAVI); (4) Serviços e redes de intervenção social e de saúde - Ações de sensibilização e campanhas.	- €	4 840 000,00 €	1 120 293,20 €	62,02	23,15	
		09.07 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos;	13	(1) Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde;	7 500 000,00 €	- €	2 610 481,52 €	112,77	34,81	
06 - AFIRMAR A COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL	09 - Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação	09.08 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais;	6	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas: (1) Reabilitação urbana - comunidades desfavorecidas;	2 000 000,00 €	- €	93 438,99 €	51,5	4,67	

FONTE: CCDR ALGARVE

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

A **luta contra a discriminação e a promoção da igualdade de oportunidades através do combate às discriminações e aos estereótipos**, traduzida em várias tipologias de intervenções (1) Formação de públicos estratégicos; (2) Combate à violência de género/doméstica, encontra alguns projetos financiados no âmbito do CRESC Algarve 2020, mas que revelam ainda fracos níveis de execução financeira.

No âmbito da melhoria do acesso a serviços sustentáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral, destaca-se pelo volume de financiamento (mais de 2 M€) do CRESC, o apoio a 2 projetos de instituições atuantes no domínio da deficiência, no âmbito de um programa pioneiro na área da deficiência, **Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI)**. Enquanto projeto piloto desenvolvido no território do Algarve, dá às pessoas com deficiência ou incapacidade o apoio de um assistente pessoal pelos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), criando as condições para que as mesmas possam decidir e fazer escolhas sobre realização de atividades da sua vida diária e de mediação que estas, em razão das limitações decorrentes da sua interação com as condições do meio, não possam realizar por si próprias.

O programa MAVI tem como objetivo específico constituir-se como instrumento de garantia às pessoas com deficiência ou incapacidade (PDCI) das condições de acesso para o exercício dos seus direitos de cidadania e para a participação nos diversos contextos de vida em igualdade com os demais e insere-se na ENIPD, **Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência** (república em agosto/21 para 2021-2025), assentando em 8 eixos estratégicos: 1) «Cidadania, igualdade e não discriminação»; 2) «Promoção de um ambiente inclusivo»; 3) «Educação e qualificação»; 4) «Trabalho, emprego e formação profissional»; 5) «Promoção da autonomia e vida independente»; 6) «Medidas, serviços e apoios sociais»; 7) «Cultura, desporto, turismo e lazer»; 8) «Conhecimento, investigação, inovação e desenvolvimento».

No âmbito do FEDER, os apoios do CRESC às **infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde**, incluíram várias estruturas e equipamentos para apoio à infância, de saúde em geral, bem como os mais vocacionados para a demência e saúde mental, enquanto as intervenções de **regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas** permitiram a vários municípios a regeneração urbana de espaços públicos em várias zonas mais degradadas. Esta última dimensão de intervenção, ficou muito aquém em procura de financiamento, dos 2 M€ que o PO regional disponibilizava, guardando-se expectativas de que a **componente 2 do PRR, na procura de resposta aos desafios da habitação** possa permitir aos municípios a cobertura de uma parte das necessidades sentidas pelos públicos mais vulneráveis, entre outros, os sem-abrigo e imigrantes, ou as pessoas afetadas pela crise pandémica.

Num quadro de relativa estabilidade e condicionamento territorial da composição e funcionamento das principais medidas ativas de emprego, de inclusão social e de apoio ao rendimento, de formato nacional, as pessoas mais desfavorecidas foram, pois, as mais afetadas pela crise pandémica e, muitas delas já se encontravam entre os desfavorecidos antes da mesma, nomeadamente os **trabalhadores da economia informal** (com elevada incidência junto de jovens e imigrantes), mais expostos aos riscos do desemprego, desproteção social e quebra de rendimentos.

B3. Tendências e Dinâmicas Territoriais na qualificação do capital humano

3.1. Dinâmicas regionais da Oferta de Qualificações

A 30 de junho de 2021²⁶, os PO Regionais do Continente registavam uma taxa média de compromisso (104%) e de execução (50%) inferiores ao PT 2020 (respetivamente 115% e 64%). A taxa de compromisso do PO Algarve 2020 era de 102% à data, e a taxa de execução correspondia a 49%. Em contrapartida, o PO Inclusão

²⁶ Segundo o Boletim Informativo dos Fundos da União Europeia – Portugal 2020, nº 25, 30 de junho de 2021, AD&C.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Social e Emprego, com uma taxa de execução nacional de 61%, encontra no Algarve uma expressão de realização em torno dos 87% em meados de 2021, a mais elevada do Continente e, o PO Capital Humano, com uma taxa de execução de 97% tem no Algarve, a par de Lisboa, o mais elevado desempenho do Programa no território nacional (68% no país) – cf. Boletim Informativo nº 25 da AD&C.

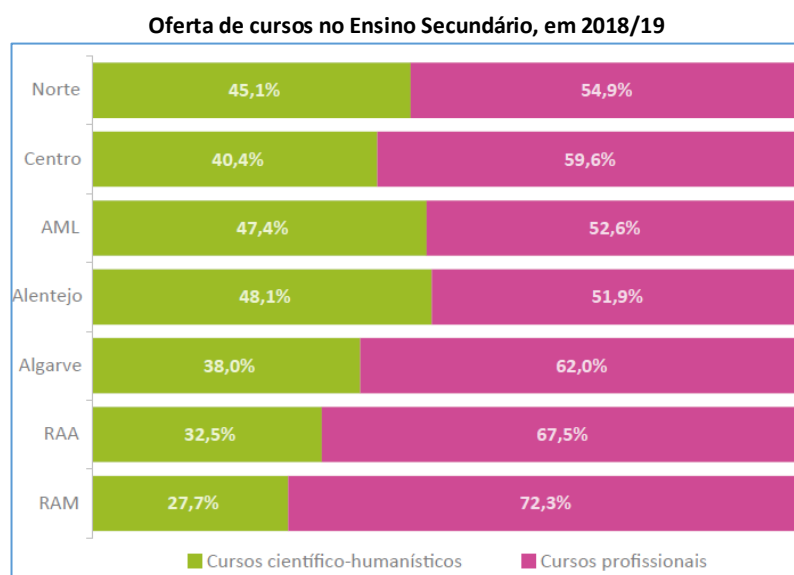
Algumas notas de avaliação dispersas dão conta de **estrangulamentos pontuais contributivos para os níveis de desempenho do PO Regional CRESC Algarve 2020**, nomeadamente o desajustamento de alguns dos beneficiários sinalizados para certas tipologias de intervenções no âmbito do FSE que, com divergências inultrapassáveis face ao previsto na regulamentação específica do Programa, condicionaram a execução dessas tipologias e o alcance previsto para os resultados.

Por outro lado, a falta de preparação organizacional de alguns beneficiários para responderem de forma adequada e atempada às regras e procedimentos burocráticos do FSE e às plataformas de gestão das candidaturas como o SIFSE, impediu alguns organismos como as estruturas escolares do Ministério da Educação, de um contributo maior para a execução de operações como os TEIP e as atividades dos Centros Qualifica, apesar do reforço de dotação das mesmas, nos anos finais do PO regional, com vista a reforçar o apoio à qualificação de adultos, tendo em conta os persistentes défices de qualificações observáveis na população regional.

Atingir bons níveis de execução do PO Regional do Algarve no período de 2014-2020 revela-se importante no aproveitamento de recursos financeiros disponíveis em direção à consolidação dos setores económicos dominantes (turismo, alojamento e restauração e imobiliário), mas também na diversificação da base económica regional que acentuou a sobre especialização em torno daqueles setores, para o que é fundamental assegurar uma forte dinâmica na oferta e produção de qualificações necessárias ao bom funcionamento do mercado de trabalho e ao apoio a novos investimentos produtivos diversificados e mobilizadores de inovação, tecnologia e de competências mais exigentes.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

➤ OFERTA DE FORMAÇÃO INICIAL INTERMÉDIA DE DUPLA CERTIFICAÇÃO E SUPERIOR



FONTE: Relatório "Estado da Educação - 2019", CNE, 2020

A oferta educativa para os jovens, no ensino secundário, apresenta-se fortemente polarizada em torno dos cursos (gerais) científico-humanísticos e dos cursos profissionais, sendo o Algarve uma das regiões do país que no ano letivo de 2018/19 disponibilizava mais cursos profissionais face aos cursos gerais, ainda que a procura, por parte dos alunos possa não preencher a totalidade da oferta disponível²⁷.

Entre 2013 e 2018, é significativo o crescimento do número de alunos que optam pela oferta de cursos profissionais no ensino secundário no Algarve, acima da tendência nacional.

Alunos matriculados no ensino secundário em modalidades de educação e formação orientadas para jovens															
Âmbito Geográfico	Modalidade de educação-formação de nível secundário														
	Total		Ens. Regular Cursos Gerais		Ens. Regular Cursos Tecn.		Ensino Artístico		Cursos Profissionais		Cursos de Aprendizagem		C. Educação e Formação		
	Anos	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018	2013	2018
Portugal		363 245	351 223	200 860	207 684	4 458	3 570	2 529	2 703	117 699	115 981	35 400	20 860	1 920	435
(%)		100%	100%	55,3%	59,1%	1,2%	1,0%	0,7%	0,8%	32,4%	33,0%	9,7%	5,9%	0,5%	0,1%
Algarve		14 312	14 195	7 974	8 373	0	0	46	30	4 838	5 355	1 304	428	79	3
(%)		100%	100%	55,7%	59,0%	0,0%	0,0%	0,3%	0,2%	33,8%	37,7%	9,1%	3,0%	0,6%	0,0%

FONTE: INE, Anuário Estatístico de Portugal

FONTE: INE, Anuário Estatístico de Portugal

No entanto, haverá que atender ao facto de a oferta regional de cursos profissionais de nível secundário (no ciclo (2018-2021) que enquadrava os alunos matriculados, se concentrava em 85,7% nos estabelecimentos da responsabilidade dos **Agrupamentos e Escolas Secundárias do Ministério da Educação** (ministrando 96,6% dos cursos) e apenas 14,3% da oferta era protagonizada pelas Escolas Profissionais (ministrando apenas 4,4% dos cursos).

O mesmo crescimento não aconteceu com outras modalidades de oferta de formação inicial de dupla certificação escolar e profissional, como é o caso dos **cursos de Aprendizagem**, os quais, sofrendo uma fortíssima redução de oferta a nível nacional face à vertente profissional do ensino secundário, experimentaram iguais reflexos no Algarve (uma oferta de apenas 10 cursos em 2018/19, do IEFP ou entidades externas associadas ao mesmo), de forma mais intensamente redutora, passando de 9,1% para 3,0% a proporção de jovens inscritos nos mesmos, entre 2013 e 2019.

A maior parte da oferta de cursos de Aprendizagem concentra-se em Portimão (CEFP do Barlavento do IEFP), Faro e Vila Real de Santo António (CEFP de Faro do IEFP), nas áreas do turismo, hotelaria e restauração, dos serviços pessoais, desporto e farmácia. Enquanto entidade externa selecionada pelo IEFP para promoção de cursos nesta modalidade, o Núcleo Empresarial da Região do Algarve (NERA) oferece em 2021 um curso na área da informática, em Instalação e Gestão de redes.

²⁷ Um dado de informação que contribui para questionar a adequação da oferta de natureza profissional das escolas secundárias do Algarve, prende-se com o relatório de junho/2021 do ISCTE/IESE/PPLL, sobre a *Empregabilidade dos Cursos Profissionais*, na linha de avaliação dos resultados do POCH entre 2014 e 2019, indicando que estes tiveram um papel decisivo na trajetória de redução da taxa de abandono escolar precoce dos jovens, em Portugal (facilitando igualmente, de forma substancial, a transição para o mercado de trabalho e as remunerações mais aliciantes), o que parece não ter produzido o mesmo efeito no Algarve, apesar da maior componente de oferta profissional disponibilizada face aos cursos gerais.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

O FOR-MAR, Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar, de âmbito nacional e com polos de formação em Portimão e Olhão, estendendo a sua atividade a Quarteira, Lagos e Vila Real de Santo António, apresenta oferta formativa em Cursos de Aprendizagem nas áreas da Aquicultura, Construção Naval/Embarcações, Controlo de Qualidade Alimentar, Informação e Animação Turística, Logística, Refrigeração e Climatização, mas sem registo de realização de formação nesta modalidade, no Algarve.

Para além da debilidade da oferta formativa em Aprendizagem, que é aquela que se revela mais próxima e com maior participação das empresas, também as **Escolas Profissionais** (apenas 3 na região) se apresentam enfraquecidas na oferta de cursos profissionais de nível secundário, deixando aos estabelecimentos escolares da rede do ME, as Escolas Secundárias e os Agrupamentos onde se inserem, a esmagadora parcela da oferta, concentrada geograficamente em Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e Portimão.

As tendências da **oferta de opções profissionais de nível secundário pelas Escolas Secundárias**, não mudaram muito entre ciclos letivos, pois a elevada concentração notada em 2017/2018 nas áreas associadas à especialização da economia regional²⁸, repetia-se no ciclo seguinte de oferta (2018-2021) e (cf. tabela ao lado), na programação para o ano letivo 2021/2022, predominantemente associada ao setor dos serviços, nomeadamente ao turismo, hotelaria e restauração, desporto, informática e lazer.

Um vasto leque de possibilidades continua por explorar ao nível da **diversificação e do reforço deste tipo de oferta**, que corresponda quer à expectativa da procura social, quer a necessidades concretas do

OFERTA DE CURSOS PROFISSIONAIS NO ENSINO SECUNDÁRIO NO ALGARVE - Ano Letivo 2021/2022		
CURSO/QUALIFICAÇÃO	Escolas Secundárias	Escolas Profissionais
Ação Educativa/Apoio à Infância	●	○
Ambiente		○
Análise Laboratorial	●	
Animação Sociocultural		○
Artes do Espectáculo e Música	●	
Audiovisual/Multimídia/Design Gráfico	●	○
Comércio / Vendas / Distribuição	●	○
Desporto / Juventude	●	
Eletromecânica/Mecatrónica/Manufatura	●	
Eletricidade	●	
Eletrónica / Automação	●	
Energias Renováveis	●	
Farmácia / Análise Laboratorial	●	
Gestão	●	
Hotelaria e Restauração	●	
Informática	●	
Jardinagem e espaços verdes	●	
Marketing/comunicação/publicidade	●	○
Proteção Civil	●	
Qualidade Alimentar	●	
Saúde e Bem estar	●	○
Secretariado/administração	●	
Segurança/salvamento meio aquático	●	
Serviços Pessoais	●	
Turismo	●	○
Turismo ambiental e rural	●	

Fonte: Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)

tecido económico e empresarial local, nas áreas da saúde e bem-estar, do apoio social e dos cuidados à população sénior, mas também à infância e a jovens, à manutenção e reparação automóvel e de embarcações náuticas, à manutenção industrial e de equipamentos e infraestruturas de apoio à atividade empresarial ou ao setor social (mecatrónica, automação, controlo, energias renováveis, sistemas de refrigeração...), logística e transportes, a que se acrescenta a ausência de oferta direcionada para a agricultura, produção e transformação alimentar e produção de plantas (horticultura, floricultura, viveiros ...), ou para as atividades em torno da economia do mar, algumas delas identificadas pelo referido estudo da AMAL, em 2018, ainda antes da crise pandémica.

Os municípios reconheciam também, através do “Contributo da AMAL para a Estratégia Regional Algarve 2030” (março/2020), a necessidade de proceder a **melhorias na oferta de modalidades de formação secundária vocacional**, consideradas essenciais para recuperar jovens fora do sistema e evitar o aumento do abandono e do insucesso escolar, com um ensino profissional mais atrativo para os jovens e relevante para

²⁸ Cf. “Qualificações no Algarve - Estudo de Antecipação de Necessidades”, AMAL, Maio de 2018.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

o mercado de trabalho regional, que promova contributos mais elevados para o sucesso escolar no Algarve do que aquilo que tem vindo a acontecer, em contraciclo com a tendência nacional.

As entidades formadoras, nomeadamente as **Escolas Secundárias, debatem-se com constrangimentos** organizativos e operacionais na disponibilização da oferta, que vão para além das necessidades de renovação de equipamentos e recursos técnico pedagógicos, ou da insuficiência de matérias primas e utensílios para a formação prática, estendendo-se à dificuldade de operacionalização de referenciais de formação atualizados e ao recurso a práticas pedagógicas mais tradicionais, mais escolarizadas (corpo docente dominante recrutado no seio da Escola) e pouco associadas, ajustadas e envolvidas com o território ou com os contextos profissionais do mesmo, com vista a motivar mais o sucesso das aprendizagens, por dificuldade de mobilização de formadores técnicos especializados, ficando aquém das expectativas dos empregadores quanto à qualidade da formação de base e à solidez da formação técnico-profissional na respetiva área.

Dos **operadores do turismo, hotelaria e restauração**, é notada a debilidade da oferta formativa na qual as Escolas Profissionais são residuais e a regressão da oferta de formação dual do IEFP (valorizando bastante as experiências decorridas com aqueles dois operadores do sistema de educação-formação), reivindicando a ampliação e reforço daquele tipo de oferta de formação inicial de médio prazo, nomeadamente na modalidade de ensino profissional dual (**Cursos de Aprendizagem**), que consiga fixar na região os jovens, durante e após a qualificação profissional, por ser aquela onde ocorre mais prolongado contacto com as empresas e envolvimento destas no processo formativo, através de formadores do contexto de trabalho.

A flexibilidade que é possível encontrar naquele tipo de oferta, para combinar de forma articulada com as empresas os períodos de permanência na mesma para formação em contexto de trabalho e para formação geral e tecnológica, em função das cargas de trabalho da empresa, com apoios à mesma e aos formandos, mas garantindo a ambos contrapartidas durante todo o ano que **evitem o abandono dos formandos e o aliciamento pelo mercado de trabalho durante a época sazonalmente alta do turismo**, em áreas como a hotelaria e restauração, golfe, agências de viagens, turismo náutico e turismo de natureza, parece ser um contributo a não desvalorizar. Nos domínios da mecânica, eletricidade, eletrónica e automação, manutenção e reparação automóvel e de equipamentos, em que a componente oficial e prática de formação assume um peso mais relevante, o potencial de contributo para o sucesso escolar e para a empregabilidade regional poderá ser ainda mais relevante.

A sazonalidade da atividade turística que pressiona os jovens inseridos nas ofertas do ensino de nível secundário (geral ou profissional) ao abandono dos cursos, antes do término do ano escolar em que se inicia a época alta no turismo regional, precisamente o momento escolhido pelas entidades formadoras (Escolas Secundárias) para a realização das práticas em contexto de trabalho, não abonam em favor do combate ao abandono escolar, sendo que no âmbito da gestão da sazonalidade da atividade das empresas e sua conjugação com a organização da formação, garantindo apoio monetário aos formandos e uma relação de proximidade com as empresas no âmbito da formação em contexto de trabalho, a Aprendizagem, em sistema dual, parece levar vantagens sobre a oferta de qualificação profissional em ambiente escolar.

O estudo de Antecipação de Necessidades de Qualificações para o Algarve, AMAL, identificava em 2018 a necessidade, que se mantém atual, de promover o **planeamento regional e a concertação da rede de ofertas de formação inicial de dupla certificação**, entre os diferentes operadores do sistema de educação-formação, num quadro de articulação e rentabilização de infraestruturas e recursos disponíveis. Estas devem ser partilhadas entre os vários agentes do território, nomeadamente equipamentos e instalações, mas também um corpo permanente e consolidado de formadores com relevante experiência profissional, cuja dinâmica sazonal do mercado de trabalho dificulta a sua fixação e valorização profissional, individualmente, valendo a pena equacionar o recurso aos seniores maiores de 55 anos, numa perspetiva de prolongamento ativo da ocupação dos mesmos.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Apesar do referido estudo destacar a coerência, articulação e relevância para o mercado de trabalho das ofertas de dupla certificação inicial de nível 4 entre os operadores regionais, a forte aposta da oferta das Escolas da rede do Ministério da Educação nas áreas do turismo/hotelaria e restauração, parece tender a acarretar alguma **duplicação de oferta** nas áreas geográficas de influência da rede do Instituto de Turismo de Portugal, constituída por três **Escolas de Hotelaria e Turismo (EHT)**, especializadas e vocacionadas exclusivamente para aqueles setores, localizadas em Portimão, Faro e Vila Real de Sto. António, onde são ministrados vários cursos de dupla certificação escolar e profissional de nível secundário a jovens.

As EHT também desenvolvem os **Cursos de Especialização Tecnológica (CET)**, de nível pós-secundário não superior, suprimindo necessidades do tecido empresarial, ao nível de quadros intermédios, com uma qualificação de nível 5 do QNQ e permitindo o prosseguimento de estudos superiores. Em matéria de integração e continuidade entre os níveis 4 e 5 da oferta de qualificação inicial, as ofertas encontram-se alinhadas entre os operadores regionais do sistema de educação e formação, mas na prática esta oferta de formação de nível 5 que é apresentada pelas EHT escapa em muito às opções de preferência dos alunos do ensino profissional regional, os quais sentem e expressam que as aprendizagens realizadas não correspondem às expectativas construídas e apresentadas sobre o grau de especialização e de inovação deste nível de oferta²⁹.

No ano letivo de 2018/19, o Algarve dispunha de uma oferta de 13 cursos CET, a qual incluía, para além das áreas do turismo e lazer, hotelaria e restauração, cozinha e pastelaria das 3 EHT, também a contabilidade e fiscalidade, as aplicações informáticas, bem como o exercício físico associado aos ginásios e “health clubs”. No âmbito do CRESC Algarve 2020, foram aprovadas 9 operações na tipologia de ações de Ensino Profissional para Jovens (CET), sendo 8 promovidas pelas Escolas de Hotelaria e Turismo da região e uma pelo IEFP (Faro e Portimão), absorvendo menos de 30% dos mais de 3 M€ programados.

Através dos Anuários Estatísticos nacionais e regionais, o INE dá conta de uma descida de 60% no volume de alunos matriculados na modalidade CET de ensino pós-secundário não superior, entre 2013 e 2018, no Algarve, passando de 603 alunos para 240, tal como aconteceu no país (-54%), sendo a excessiva burocracia e arrastamento temporal na aprovação das propostas feitas pelas entidades promotoras de educação-formação não superior, um dos obstáculos frequentemente referidos, a par da emergência dos CTeSP.

Os **Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP)**, entre as vias de formação pós-secundária alternativas de acesso ao ensino superior, ministrados apenas em escolas do ensino politécnico, têm uma índole regional, sendo as áreas de formação definidas pelas IES Politécnicas. Tendo em conta as necessidades de formação da região onde se inserem, os CTeSP constituem uma solução de proximidade aos estudantes oriundos de percursos profissionalizantes no nível secundário, o que reforça as suas vantagens e a **necessidade de articulação vertical da oferta regional de educação-formação** nos patamares e modalidades profissional, aprendizagem, CTeSP e superior.

Essa afigura-se como uma das fórmulas de base recomendadas no contributo para fixar jovens no interior do país e desenvolver a economia local, encadeando as opções dos mesmos, que se pretende sejam uma maioria, pela continuidade dos estudos na mesma IES da região onde frequentam o CTeSP e onde já adquiriram créditos académicos, em articulação com as empresas e usufruindo de um estágio de formação em contexto de trabalho, o que contribuirá para facilitar a inserção no mercado de trabalho regional e a continuidade dos estudos superiores, preferencialmente na mesma área e na região.

A informação disponível³⁰ aponta para um volume de alunos inscritos em CTeSP em torno dos 300 no ano letivo de 2017/18, no Algarve, subindo para 307 no ano de 2018/19, um crescimento menos expressivo que

²⁹ Cf. “Qualificações no Algarve - Estudo de Antecipação de Necessidades”, AMAL, Maio/2018.

³⁰ Relatório “Estado da Educação - 2019”, CNE, 2020.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

o nacional; no país observou-se no mesmo período um crescimento de +2.643 alunos, atingindo um patamar de 15.423 estudantes nesta modalidade.

A oferta nacional de CTeSP em 2020/21, compreendia 425 cursos em 68 concelhos, disponibilizando 10.756 novas vagas.

No Algarve, existem 11 cursos com 285 vagas disponibilizadas pela Unidade de Ensino Politécnico da Universidade do Algarve (o Instituto Superior de Engenharia), com a oferta de cursos CTeSP concentrada em torno das Áreas tecnológicas, e das engenharias: i) construção civil; ii) design, modelação digital, tecnologias multimédias; iii) eletricidade, domótica e automação; iv) qualidade alimentar; v) segurança e higiene alimentar; vi) sistemas e tecnologias de informação; vii) tecnologia e manutenção automóvel. Acrescem as áreas de administração (contabilidade e secretariado); marketing digital; e animação turística.

Para além de um **Instituto Superior Universitário** e de um **outro Politécnico, privados**, o **Algarve conta com uma Universidade pública**, composta por 8 Escolas/Faculdades, dispersas por 3 *campi* (2 em Faro e 1 em Portimão), que asseguram os percursos académicos dos seus alunos em várias áreas, nas quais se concentra a esmagadora oferta de formação superior regional:

❖ **UNIVERSIDADE DO ALGARVE (UA)g):**

FCBS - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas:

- Arqueologia, História e Património;
- Artes;
- Educação, Linguagem e Literatura;
- Psicologia.

FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia:

- Agronomia e Bioengenharia;
- Arquitetura paisagista;
- Biologia, Bioquímica e Biotecnologia;
- Biologia Marinha e Gestão Marinha e Costeira;
- Ciências Farmacêuticas;
- Engenharia Informática;
- Matemática aplicada à economia e à gestão.

FE - Faculdade de Economia:

- Economia, Gestão de Empresas e Sociologia.

FMCB - Faculdade de Medicina e Ciências Biomédicas:

- Medicina.

ESEC - Escola Superior de Educação e Comunicação:

- Educação, Comunicação e Desporto.

ESGHT - Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo:

- Gestão e Gestão Hoteleira;
- Marketing;
- Turismo.

ESS - Escola Superior de Saúde:

- Ciências Biomédicas Laboratoriais, Radioterapia e Farmácia;
- Dietética e Nutrição;
- Enfermagem;
- Fisioterapia.

ISE - Instituto Superior de Engenharia:

- Engenharia Alimentar;

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

- Engenharia Civil;
- Engenharia Eletrotécnica e de Computadores;
- Engenharia Mecânica.

❖ **INSTITUTO SUPERIOR MANUEL TEIXEIRA GOMES (ISMAT):**

- Arquitetura;
- Desporto;
- Direito;
- Gestão de Empresas, do Turismo e de Recursos Humanos;
- Informática, Ciências de Dados;
- Psicologia;
- Tecnologias Criativas, Design de Comunicação.

❖ **INSTITUTO POLITÉCNICO JEAN PIAGET DO SUL - Escola Superior de Saúde Jean Piaget do Algarve:**

- Enfermagem, Fisioterapia e Osteopatia.

A **qualificação de profissionais com habilitações de nível superior** pelas IES do Algarve, diminuiu em cerca de 20%, entre 2013 e 2019, ainda que, o número de alunos matriculados não tenha sofrido oscilação significativa. As quebras evidenciadas nos diplomados, ocorreram de forma generalizada em todas as áreas, à exceção das ciências, matemática e informática (com um crescimento regional acima da expressão nacional) e da agricultura, mas esta com números absolutos residuais³¹.

Diplomados no ensino superior por área de educação e formação																		
AMBITO GEOGRÁ- FICO	Áreas de educação e formação																	
	Total		Educação		Artes e Humanidades		C.Sociais, Comércio, Direito		Ciências, Matemática e Informática		Engenh., Indúst. Transformadoras e Construção		Agricultura		Saúde e Protecção Social		Serviços	
Anos	2013	2019	2013	2019	2013	2019	2013	2019	2013	2019	2013	2019	2013	2019	2013	2019	2013	2019
Portugal	80 899	83 193	6 208	3 466	7 478	8 254	24 385	26 291	5 627	6 909	15 555	15 946	1 267	1 958	15 184	14 963	5 195	5 368
(%)	100,0%	100,0%	7,7%	4,2%	9,2%	9,9%	30,1%	31,6%	7,0%	8,3%	19,2%	19,2%	1,6%	2,4%	18,8%	18,0%	6,4%	6,5%
Algarve	1 972	1 566	154	75	158	106	644	478	162	178	320	204	12	27	330	331	192	167
(%)	100,0%	100,0%	7,8%	4,8%	8,0%	6,8%	32,7%	30,5%	8,2%	11,4%	16,2%	13,0%	0,6%	1,7%	16,7%	21,1%	9,7%	10,7%
FONTE: PORDATA																		

FONTE: PORDATA

A diminuição significativa do número de diplomados no ensino superior nas áreas das engenharias, indústrias transformadoras e construção, em contraciclo com o país entre 2013 e 2019, é agravada pelo facto de o número de matriculados naquelas áreas de formação ter igualmente diminuído nesse período, persistindo uma **trajetória menos positiva no tocante à qualificação do capital humano regional em áreas necessárias ao processo de desenvolvimento e transformação económica e social do Algarve**.

➤ **OFERTA DE FORMAÇÃO CONTÍNUA E A ALV**

A **Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV)**, sempre em modo de formação contínua, seja de empregados que melhorem, aprofundem ou completem as suas competências, de desempregados requalificados por via do aperfeiçoamento e reforço de competências para a empregabilidade, ou por via da reconversão profissional para novas profissões e tarefas, em setores emergentes ou carenciados de mão de obra, é preferencialmente configurada em **modalidades de dupla certificação (escolar e profissional)**, concretizando-se em cursos de **Educação e Formação de Adultos (EFA) e na Formação Modular Certificada (FMC)**, permitindo intercalar os

³¹ O aumento do abandono dos jovens estudantes oriundos dos meios sociais e económicos mais frágeis, nos CTES, Licenciaturas e restantes graus de ensino superior, foi uma constante durante a pandemia, agravando as desigualdades já existentes antes, manifestas nas condições e exigências do ensino à distância e da desmotivação causada pelo mesmo.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

períodos de atividade laboral com os percursos formativos que se completam pela consolidação do conjunto de módulos, em processos de RVCC.

Alunos matriculados em modalidades de educação/formação orientadas para adultos, nos anos letivos de 2013/2014 e 2018/2019								
Unidade Geográfica	Ensino básico - 3º Ciclo				Ensino secundário			
	Total	das quais			Total	das quais		
		Ensino recorrente	Cursos EFA	Sistema RVCC		Ensino recorrente	Cursos EFA	Sistema RVCC
Portugal 2013	10 427	277	9 576	499	21 965	8 792	12 735	350
2019	18 872	195	10 066	8 326	48 153	7 078	21 489	18 986
Algarve 2013	614	0	611	0	670	155	504	0
2019	536	0	206	330	1 837	58	1 050	724

FONTE: INE, *Anuário Estatístico de Portugal*.

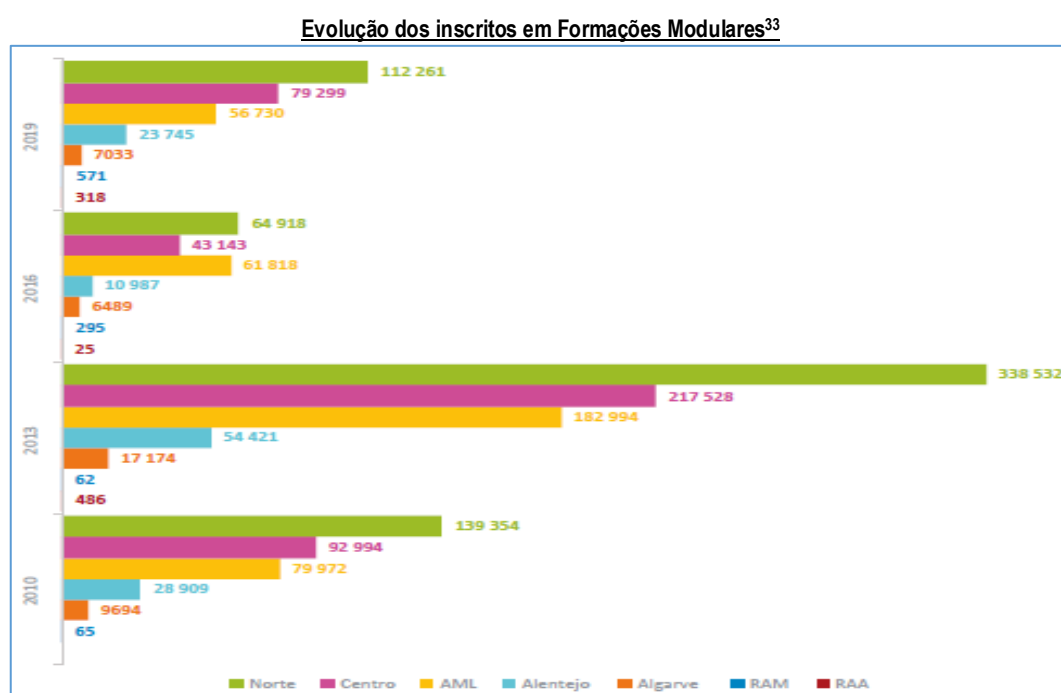
Apesar da quebra ao nível do ensino básico, em contraciclo com o país, o Algarve cresceu bastante em adultos abrangidos por cursos EFA, duplicando o volume dos mesmos entre 2013 e 2019, no nível

secundário, tal como cresceu nos inseridos em **sistema RVCC**, modalidade que apenas ficou operacional em pleno a partir de 2016 com os **Centros Qualifica**. O número de entidades formadoras com ofertas educativas e formativas para adultos sofreu uma forte quebra no Algarve, entre 2010 e 2019³², baixando de 62 para 35, o que se refletiu no forte decréscimo dos adultos inscritos em cursos EFA entre os dois momentos, enquanto percursos completos, em parte pela dificuldade de terminar o mesmo em territórios onde o mercado de trabalho tem fortes picos de sazonalidade, como é o caso do Algarve.

Refletindo a tendência de **flexibilização de organização da formação contínua em módulos de curta duração** cuja frequência permitirá completar os percursos EFA e obter a dupla certificação por via dos processos RVCC no âmbito dos Centros Qualifica, com maior conciliação entre os períodos de trabalho temporário e os percursos formativos, o CRESC Algarve 2020 apenas contou com três entidades enquanto promotoras de cursos EFA ao longo da sua vigência, sendo que duas delas públicas: o IEFP e o CFPSA.

³² Relatório “Estado da Educação – 2019”, CNE, 2020.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)



Em contrapartida, o volume de entidades candidatas ao desenvolvimento de formação em modalidade de **Formações Modulares Certificadas**, para trabalhadores de micro e pequenas empresas e para desempregados, em ambos casos, na tipologia de formação de ativos para a empregabilidade, visando a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, ascendeu a 16: muitas delas entidades e empresas da área da consultadoria e formação, mas também associações e clubes empresariais regionais e nacionais, como a ANJE, CEAL, AEQV, CEDA, AHETA, NERA, ISQ.

Ainda assim, o forte aumento dos abrangidos em Formações Modulares até 2013, contrasta com o declínio seguinte a partir do qual os vários territórios do país ainda não recuperaram, incluindo o Algarve, que decresceu de mais de 17.000 adultos abrangidos em 2013, para pouco mais de 7.000 em 2019 (quebra de cerca de 60%), com consequências nos níveis de ALV e na qualificação dos adultos, certificada.

Para além das FMC, o CRESC Algarve 2020 financiou e, no âmbito da prioridade de adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, outras intervenções no domínio da formação de ativos para a empregabilidade e a medida **Vida Ativa para desempregados**, cujos beneficiários foram o IEFP e os CFP de Gestão Participada INOVINTER e CFPSA, absorvendo cerca de 3,5 M€.

Na modalidade de formação de ativos, acresce o **Cheque Formação**, destinado a ativos empregados que poderão optar pela formação que desejam frequentar, de entre a oferta disponibilizada pelos operadores, instrumento gerido pelo IEFP que abrangeu 1.174 pessoas, em 2019.

³³ Relatório “Estado da Educação – 2019”, CNE, 2020.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

INFORMAÇÃO DE EXECUÇÃO DO CRESC ALGARVE 2020 - REPORTADA A 15-08-2021									
Eixo	OT	PI - PRIORIDADE DE INTERVENÇÃO	Nº OP	TIPOLOGIA DE INTERVENÇÕES	Programado FEDER	Programado FSE	Execução Fundo	Tx Compromisso (%)	Tx Execução (%)
05 - INVESTIR NO EMPREGO	06 - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar	08.05 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança;	38	Formação de ativos para a empregabilidade: (1) Formação Modular para trabs de micro e pqs empresas; (2) Vida Ativa para desempregados; (3) Formação-Ação;	- €	10 260 000,00 €	4 433 852,61 €	74,07	43,21
		10.01 - Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	59	(1) Redução do abandono escolar (TEIP, PIEF, CEF-J); (2) Qualidade dos sistemas de ensino e formação de nível não-superior (Intervenções inovadoras para melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação/formação de âmbito regional; Formação contínua de professores, formadores e outros agentes de formação); (3) Desenvolvimento de Recursos Didáticos Digitais Inovadores, para o Ensino e Formação Profissional.	- €	7 681 429,00 €	3 605 835,85 €	83,8	46,94
07 - REFORÇAR AS COMPETÊNCIAS	08 - Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida	10.03 - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas;	36	Aprendizagem ao longo da vida: (1) Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA); (2) Centros Qualifica;	- €	9 240 000,00 €	3 301 803,65 €	107,81	35,73
		10.04 - Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem;	9	Ensino Profissional para Jovens: Cursos de Especialização Tecnológica (CET)	- €	3 160 000,00 €	930 728,41 €	114,28	29,45
		10.05 - Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	52	Infraestruturas de ensino básico e secundário	17 686 894,00 €	- €	7 779 448,35 €	107,14	43,98

FONTE: CCDR ALGARVE

A **rede de Centros Qualifica** que desenvolvem os processos RVCC, é constituída por 12 pontos no Algarve, cobrindo 9 dos 16 concelhos (Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, Silves e Vila Real de Santo António), sendo 8 deles promovidos por Agrupamentos e Escolas, mais dirigidos à certificação escolar e desvalorizando a componente profissional, sem que se observe qualquer envolvimento de empresas regionais ou parceiros sociais (associações empresariais e sindicais), ou mesmo de associações de produtores e Associações de Desenvolvimento Local (ADL), ou de entidades da economia social (à exceção da ASMAL, vocacionada para PDCI), na promoção e dinamização destas estruturas de ALV, enquanto elemento de uma estratégia de suporte à valorização e fixação de recursos humanos nas empresas e na região, para além do papel que desempenham na melhoria na qualidade do emprego e na empregabilidade, na linha da Agenda de Competências da União Europeia que apela à criação de um pacto para as competências, mobilizando todos os parceiros, públicos e privados.

O **declínio do envolvimento de adultos ativos em processos de formação contínua e ALV ao longo da década passada, no Algarve**, sendo parcialmente compreensível à luz de uma recuperação mais pujante dos níveis de emprego face ao país, não explica o **insuficiente aproveitamento da oportunidade dos momentos de inatividade dos ativos** (jovens e adultos) para reforçar, aperfeiçoar, requalificar ou mesmo reconverter as suas qualificações, pelas empresas e, mais ainda pelos operadores de formação. Os mecanismos de FMC e de realização de cursos EFA em permanência, coordenados pelos Centros Qualifica, permitiriam, nos setores de atividade mais afetados pela sazonalidade (como o turismo e a agricultura), melhorar de ano para ano os níveis de qualificações dos ativos e, fixar os mesmos na atividade, diminuindo a sua exposição ao desemprego, o qual cresceu é agora maior que no país.

A fraca presença e atividade do **Centros de Gestão Participada** (setoriais do IEFP) no Algarve, é mais um dos exemplos de evidência da necessidade de aumentar o envolvimento dos parceiros sociais na ALV e no combate ao défice de qualificações da região. O **FOR-MAR, Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar**, de âmbito nacional, tem polos de formação em Portimão e Olhão, estendendo a sua atividade a Quarteira, Lagos e Vila Real de Santo António, apresentando no seu catálogo um vasto leque de oferta formativa (sem evidências de vocação regionalizada) nas áreas das pescas e aquicultura, indústria

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

transformadora, construção naval, transportes marítimos e atividades portuárias, atividades marítimo-turísticas e recreio náutico, tendo por interlocutores as organizações de produtores, pescadores e armadores, empresas do setor marítimo-portuário e piscatório.

Dispõe de instalações em Portimão (com uma oficina polivalente para formação), em Olhão com oficinas e laboratórios variados no âmbito da tecnologia de pesca e processamento do pescado, garantindo resposta pontual e à medida às necessidades de qualificação identificadas e, em VRSA. No Plano de atividades pode ler-se que os **objetivos do FOR-MAR para 2021 passam pela diversificação da oferta formativa em áreas emergentes** como as energias renováveis, frio e climatização, turismo náutico e de recreio, ambiente, segurança e literacia digital, em nichos específicos como a aquicultura, a construção naval e o ambiente. Este Centro de Formação prevê para o Algarve, em 2021, o desenvolvimento de 56 ações envolvendo 628 formandos, representando respetivamente 13,4% e 11,4% do total da atividade do mesmo Centro prevista para o país.

➤ **CONTEXTO REGIONAL DA ORGANIZAÇÃO DA OFERTA DE QUALIFICAÇÕES**

A menor resistência dos jovens e ativos da região ao desemprego decorrente da crise pandémica resulta em boa medida de fragilidades na estratégia regional quanto à **formação inicial de jovens e contínua de ativos**, os quais haverá que apetrechar com as competências necessárias às mudanças cada vez mais rápidas nos seus empregos (cada vez menos estáveis), como também com a **capacidade de antecipar a mudança de emprego no mesmo setor ou de transição para os setores emergentes**, nos quais a disponibilidade de mão de obra encorajada a abraçar novos desafios é essencial, face às crescentes dificuldades de regresso de muitos aos seus antigos empregos em atividades como o turismo e o comércio, em profunda transformação, na recuperação pós-pandémica.

Procurando acompanhar tais preocupações, o CRESC 2020 priorizou a **redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino de boa qualidade**, através do apoio a intervenções tendentes à melhoria da qualidade dos sistemas de ensino e formação de nível não-superior: intervenções inovadoras para melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação/formação de âmbito regional; formação contínua de professores, formadores e outros agentes de formação (uma das componentes com bastante procura por parte das escolas do ME); desenvolvimento de Recursos Didáticos Digitais Inovadores, para o Ensino e Formação Profissional (com alguma procura pelo IEFP e Centros de Ciência Viva da região), ainda com reduzidos níveis de realização financeira.

Em contrapartida, a requalificação, **modernização e adaptação de instalações escolares e equipamentos, incluindo os de apoio à infância**, promovida pelos municípios e apoiada no PO regional pelo FEDER, apresenta elevado nível de absorção financeira do programa, melhorando as condições de acesso ao ensino e a oportunidade de igualdades perante o mesmo, na linha do Plano de Resiliência e Recuperação (PRR).

O PRR dedica às qualificações e competências uma fatia substancial do pacote financeiro, na promoção da reforma do ensino e da formação profissional, em várias componentes, entre elas a **modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional e no incentivo à qualificação de adultos**, através de investimentos que abrem oportunidade à correção regional e preenchimento de algumas lacunas identificadas:

- i) no reequipamento da **infraestrutura tecnológica dos estabelecimentos educativos com oferta de ensino profissional**, através da aquisição de equipamentos;
- ii) na dotação das **oficinas das Escolas e dos CFP da rede do IEFP com equipamentos de grande intensidade tecnológica**, para a prática educativa e formativa, incluindo o suporte à formação à distância;

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

- iii) na **requalificação e adaptação das instalações e espaços das Escolas e CFP da rede do IEFP** às exigências dos diferentes cursos;
- iv) na criação, **instalação e requalificação de Centros e polos da rede de formação setorial do IEFP**, de base protocolar, em sectores estratégicos e emergentes, e de gestão direta, para reforçar a cobertura regional: economia do mar, agricultura e agroalimentar, revitalização do polo regional do FOR-MAR, criação de um polo do CFPSA,...;
- v) no **reforço da formação e impulso da ALV, junto de adultos ativos com baixos níveis de qualificações**, empregados e desempregados: mobilizando a rede de RVCC; promovendo formações pós-graduadas de âmbito profissional; aprofundando formações curtas de âmbito superior no sistema de Ensino Superior Politécnico na conversão e atualização de competências de adultos ativos.

A dimensão de **empregabilidade e de centragem das qualificações nas pessoas** e não nos empregos, garantindo a apropriação individual e a portabilidade das competências entre os empregos (como sugere a Agenda de Competências para a Europa) será uma vertente de investimento a considerar no futuro face à aceleração da digitalização e da automação induzida pela pandemia, na medida em que deixar apenas a cargo das empresas a formação contínua dos seus ativos induz riscos de afunilamento e limitação das competências em torno do emprego do momento e não da **preparação da empregabilidade futura**.

O número de empresas a participar diretamente em processos de formação contínua dos seus trabalhadores é, por um lado, bastante escasso na região e, quando o fazem, concentram-se principalmente em competências específicas do negócio (por ex. aquando da aquisição de novos equipamentos), e pouca **ênfase em competências transversais** que aumentam a mobilidade entre empregos por serem transportáveis pelos seus detentores³⁴; por outro lado, os operadores dos sistemas de educação-formação tendem a construir e apetrechar os seus dispositivos de desenvolvimento de competências alinhados com os perfis de necessidades identificados pelos setores económicos dominantes nos territórios e, menos na perspetiva da empregabilidade e transição dos ativos entre setores, ainda que seja manifesta a **falta de recursos humanos para expansão de setores emergentes**.

A **excessiva padronização da oferta de qualificações** (em parte condicionada pela rentabilização das instalações e equipamentos adquiridos), limita em parte as opções de escolha dos jovens e ativos, ainda que estes disponham da capacidade de o fazer no âmbito de medidas de apoio como o Cheque Formação, diminuindo a capacidade de resposta ajustada e atempada à dinâmica das necessidades do mercado, pela insuficiente flexibilidade de alteração na oferta de opções que não as instaladas, extensível aos referenciais de formação ou à contratação de formadores fora do quadro residente, ou em domínios diferentes.

Outro fator que tende a condicionar o acesso dos ativos a processos de ALV e a marcar desigualdades de partida, no designado “paradoxo de qualificações” que perdura em territórios como o Algarve, são as ofertas de formação das empresas e dos promotores privados e mesmo dos sectoriais, que visam principalmente aos trabalhadores que já são mais qualificados, tornando a **frequência de formação contínua desproporcionalmente menor entre aqueles que mais precisam de elevar as suas qualificações**.

A situação é mais limitadora em territórios afetados por sobre especialização económica, neste caso o turismo, comércio e imobiliário, atividades que condicionam as oportunidades de setores emergentes, necessários a uma maior **diversificação económica e do emprego**, com mercados de trabalho muito voláteis, exigindo reflexão regional sobre os modelos de formação contínua de ativos, com vista à **manutenção de elevados níveis de empregabilidade**, face aos efeitos da crise pandémica sobre os setores dominantes.

³⁴ Cf. “Livro Verde Sobre o Trabalho”, vs para consulta pública, jun/2021.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

No Algarve, parece razoável dizer que a problemática da formação contínua é sobretudo um problema das micro e pequenas empresas, afetando a esmagadora maioria do tecido empresarial, pois salvo poucas exceções de empresas maiores que dispõem de estruturas próprias de valorização de recursos humanos, as restantes não só não desenvolvem quaisquer ações de ALV para os seus colaboradores fixos, como não os incentivam a procurá-la, sendo que tal ainda menos para acontece relativamente aos outros colaboradores temporários/sazonais e eventuais.

Neste **vazio de iniciativa de ALV**, seja dos empregadores, seja dos empregados, seja dos parceiros sociais (associações empresariais e sindicais), haverá que encontrar formas de estimular uma intervenção mais presente e liderante do SPE, mobilizando os parceiros sociais em parceria, na **elevação dos níveis de qualificação dos ativos**, através de opções de formação de dupla certificação para empregados e desempregados, flexíveis face à sazonalidade, próximas das comunidades locais e transversais face aos requisitos de empregabilidade diversificada, bem como a rede de Centros Qualifica instalados ou a criar.

Um dos setores a ter em conta, será na **área agrícola e agroalimentar**, onde as estruturas de qualificação dos recursos humanos apresentam algum défice de atividade na região, seja do lado das estruturas públicas (ex. das opções de formação inicial do ensino profissional e da Aprendizagem, bem como da formação contínua através da Formação Modular Certificada e EFA's), seja do lado privado e associativo, o que se refletirá não apenas nos níveis de rejuvenescimento, mas também na capacidade de atualização de competências dos recursos humanos, face aos desafios crescentes da integração produtiva das dimensões pecuária e florestal, da sustentabilidade hídrica do regadio, da agricultura de precisão, das tecnologias de produção e transformação, no quadro da agenda digital e da agenda verde.

Contribuindo para promover a **empregabilidade e assegurar a inserção social dos públicos desfavorecidos** e vulneráveis face ao mercado de trabalho, incluindo os imigrantes, a oferta de **formação para a inclusão**, em competências básicas, promovida pelo IEFP, permite obter competências de leitura, escrita, cálculo e tecnologias de informação e comunicação necessárias para aceder a um curso de Educação e Formação de Adultos (EFA), ou ser encaminhado para um processo de RVCC de nível básico. O volume de abrangidos por esta medida, foi de 625 pessoas em 2013, mas de apenas 307 em 2019, na região, constituindo-se como um mecanismo importante na promoção de uma cidadania mais ativa, competente e responsável, promovendo a igualdade de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida e o acesso à educação-formação inclusiva, de qualidade e equitativa, combatendo as desigualdades existentes no âmbito do acesso à formação contínua em todas as etapas da vida.

O **programa de formação Português para Todos (PPT)**, destinado à aprendizagem da língua do país de acolhimento por adultos imigrantes, tem ganho relevo no contexto das alterações do padrão de imigração e do aumento dos originários de países asiáticos, mitigando fatores de vulnerabilidade à integração no mercado de trabalho e à cidadania, à luz do aumento da imigração associada ao estudo e ao reagrupamento familiar, ou mais residencial, via reformados. Os relatórios de execução da Delegação Regional do Algarve do IEFP de 2013 e 2019 revelam uma aposta nesta dimensão de formação que cresceu substancialmente entre aqueles anos, de 218 para 769 estrangeiros abrangidos, através dos CEFEP de Faro e do Barlavento.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

3.2. Competências essenciais aos novos requisitos de empregabilidade

A Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030 dá conta do conjunto de estrangulamentos territoriais decorrentes dos fenómenos de forte litoralização e concentração urbana da população, fruto do êxodo para o litoral, que deixa a economia do interior depauperada em pessoas, nomeadamente jovens, em investimento e atratividade económica. As atividades económicas regionais concentram-se maioritariamente no litoral e no setor terciário, turístico e comercial.

Decorrente da **sobre especialização da estrutura económica regional em torno da atividade turística**, com um núcleo restrito constituído pela hotelaria, restauração, comércio e imobiliária turística a absorverem a grande parcela da população ativa e a gerarem emprego regionalmente, outras atividades económicas procuram fazer o seu caminho de afirmação e crescimento, como o **mar, a saúde, bem estar e ciências da vida, para além das atividades económicas em torno do agroalimentar, das energias renováveis, das TIC e Indústrias Culturais e Criativas (ICC)**, que apelam à inovação e à transformação industrial de alta e média intensidade tecnológica.

À semelhança das **dificuldades de atração e retenção de mão de obra suficiente à expansão** do turismo e da agricultura, também essas **atividades emergentes se debatem com a insuficiente disponibilidade de recursos humanos**, seja entre os mais qualificados que os territórios da região têm dificuldade em fixar, atraídos pelas capitais e agregados populacionais maiores, seja nos restantes, assediados pelas atividades dos setores dominantes, gerando um tecido socio-empresarial com vulnerabilidades associadas à sobre especialização nas atividades do cluster turístico-comercial-imobiliário.

DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS SEGUNDO O ESCALÃO DE DIMENSÃO (%)								
ESCALÕES DE DIMENSÃO	TOTAL	OUTUBRO 2013 e 2019						
		1 - 4 Pessoas	5 - 9 Pessoas	10 - 49 Pessoas	50 - 99 Pessoas	100 - 249 Pessoas	250 - 499 Pessoas	500 e + Pessoas
Continente - 2013	100,0	68,2	17,1	12,3	1,4	0,7	0,2	0,1
Continente - 2019	100,0	64,2	18,5	14,4	1,6	0,9	0,2	0,2
Algarve - 2013	100,0	72,0	17,2	9,5	0,8	0,4	0,1	0,0
Algarve - 2019	100,0	64,6	18,8	13,9	1,2	0,5	0,1	0,0

FONTE: Quadros de Pessoal, GEP/MTSSS

Cerca de 83,4% das empresas do Algarve têm menos de 10 pessoas ao serviço, tal como no país, com alguma alteração de estrutura.

Em 2013 representavam quase 90%, crescendo a expressão relativa dos dois escalões seguintes, nomeadamente entre as 10 e as 49 pessoas, entre os dois marcos temporais comparativos.

Estando 48,2% dos estabelecimentos da região concentrados nas atividades de comércio, alojamento e restauração, numa proporção bem superior à do Continente, é também nestas atividades que se concentram quase 48% das pessoas ao serviço dos estabelecimentos, sendo o conjunto do alojamento e restauração mais intensivo em mão-de-obra que o comércio.

As atividades da saúde humana absorvem mais de 8% das pessoas ao serviço, com apenas 4,1% dos estabelecimentos,

enquanto os 4% de estabelecimentos das indústrias transformadoras não vão além de uma mobilização de recursos humanos ao serviço em torno de 3,6%.

ESTABELECIMENTOS E PESSOAS AO SERVIÇO, POR ACTIVIDADE ECONÓMICA (%)					
OUTUBRO 2019					
ACTIVIDADES (CAE - REV.3)	NUTS	Continente		Algarve	
		Estabelec.	Pessoas	Estabelec.	Pessoas
TOTAL		100%	100%	100%	100%
A Agricultura, prod. animal, caça, florest. e pesca		4,4	2,3	3,9	3,4
B Ind. Extractivas		0,2	0,3	0,1	0,1
C Ind. Transformadoras		10,8	20,9	4,0	3,6
D Electricidade, gás, vapor, água e ar frio		0,1	0,2	0,1	0,1
E Captação, trat. dist. de água; Saneamento		0,4	0,8	0,4	1,5
F Construção		9,5	7,8	9,9	8,6
G Comércio grosso e retalho; reparação veic auto		28,0	18,8	25,2	21,0
H Transportes e armazenagem		3,8	5,0	3,9	3,8
I Alojamento, restauração e similares		11,8	8,7	23,0	26,9
J Atividades de inf. e de comunicação		1,9	3,2	0,9	0,8
K Atividades financeiras e de seguros		2,4	2,3	1,8	1,1
L Atividades imobiliárias		2,9	1,0	5,0	2,9
M Atividades de consultoria, cient., téc. e sim.		7,5	4,8	6,0	3,4
N Atividades adm. e dos serv. de apoio		2,9	9,6	4,9	8,8
O Adm. Pública e Defesa; Seg. Social Obrig.		0,2	0,4	0,1	0,3
P Educação		1,4	2,0	1,0	1,2
Q Atividades de saúde humana e apoio social		5,9	8,9	4,1	8,3
R Atividades artísticas, de espect., desp. e rec.		1,4	1,0	1,9	2,5
S Outras atividades de serviços		4,5	2,1	3,7	1,7
U Activ. dos org. internac. e out. inst. extra-territ.		0	0	0	0

FONTE: Quadros de Pessoal, GEP/MTSSS

A **diversificação da base económica regional e a expansão do emprego em torno dos setores emergentes da Estratégia Regional Algarve 2030**, nomeadamente dos valorizados e estimulados pela EREI 2030 encontra forte condicionamento na sobre especialização da base económica em torno do turismo, comércio e atividades imobiliárias, que condicionam elas próprias, a **construção e disponibilização de ofertas de desenvolvimento de competências que alimentem o mercado de trabalho** para sustentar a afirmação regional dos novos setores de atividade necessários à diversificação referida e sentida como necessária.

É neste contexto que parece fazer sentido um exercício de reflexão sobre um **quadro prospetivo de necessidades de competências pessoais e profissionais** básicas, intermédias, superiores e avançadas, induzidas pelas apostas prioritárias da Estratégia Regional Algarve 2030, que alinhe a orientação e o envolvimento dos principais operadores regionais do sistema de educação-formação, a curto e médio prazo, no contexto das recentes mas profundas transformações que a crise pandémica acarretou, alterando modos de trabalho e de funcionamento do mercado regional de emprego.

A elevada probabilidade de as crises económicas acentuarem tendências pré-existentes e exporem fragilidades estruturais, revela-se de forma mais visível no **turismo** regional, o sector mais afetado em atividade e no emprego, o qual, pressionado à diferenciação e valorização do produto, na conciliação com a preservação das identidades do território, enfrenta um quadro de recuperação de uma pandemia que acarreta **alterações e mudanças nos padrões da procura do setor**, aos quais a oferta deverá responder com a mobilização de novas e diferentes competências profissionais e pessoais dos seus recursos humanos. Variadas fontes de informação nacionais e internacionais, resultados de estudos recentes sobre o impacto da crise pandémica no sector e, testemunhos dos operadores regionais e nacionais, permitem sintetizar algumas tendências em curso e seus impactos sobre o mercado de trabalho, no curto e médio prazo.

TENDÊNCIAS EM AFIRMAÇÃO

- o Aceleração de novos padrões de consumo pela pandemia, ditando novos modelos de negócios, envolvendo um maior uso das ferramentas digitais no âmbito do *e-commerce* nas lojas, hotéis e restaurantes;
- o Consumidores com maior atenção, informação e preocupação com as dimensões da sustentabilidade, pretendendo ter um consumo com propósito e revelando uma consciência esclarecida do impacto do mesmo no mundo;
- o Dificuldades de contratação ainda na pré-pandemia e na época alta, que foram agravadas pela pandemia, devido ao congelamento prolongado do setor e consequente dispensa de muitos trabalhadores, menos qualificados, com salários mais baixos e maior precariedade laboral (sem enquadramento nas medidas de layoff), que migraram para outras atividades profissionais ou continuam desempregados, por desajustamento do perfil profissional pré-pandémico aos novos perfis exigidos pelo mercado de trabalho agora em transformação;
- o Cadeia de valor do sector turístico muito fragmentada, onde ganham peso alguns novos serviços mediados por plataformas que ligam compradores e vendedores através da internet, geralmente associadas a um elevado grau de informalidade e intermitência da mão de obra prestadora do serviço;

IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

- Reforço de competências que respondam à **aceleração da digitalização dos negócios**: digitais e tecnológicas; liderança e motivação dos trabalhadores; resposta rápida a novas necessidades e expectativas dos consumidores (ex: segurança sanitária, desinfeção de ambientes e resposta rápida a situações de crise...); resposta a novos desafios num contexto de digitalização aprofundada (ex. segurança informática, do cibercrime, da flexibilidade e segurança nas respostas à contratualização online...);
- Revisão e atualização permanente das **competências para a transição verde e para a sustentabilidade ambiental**, domínio de **novas áreas de soft skills** na relação direta com os clientes (inteligência emocional e coaching), bem como para a resposta a novas dinâmicas em instalação nas áreas da saúde e bem-estar face às alterações dos perfis de turismo (maior envelhecimento e elevação dos níveis educacionais e culturais, maior informação digital...);
- **Perfil profissional pós-pandémico valorizado pelo mercado de trabalho** (profissionais com um misto de competências técnicas, tecnológicas e comportamentais) poderá não ter sido suficientemente ajustado durante a inatividade/paragem económica da pandemia, tanto pelos empregadores, como pelos operadores do sistema de educação-formação regional, em ambos os casos parcialmente condicionados pelas exigências de competências digitais na base do desenvolvimento de processos de formação à distância e *e-learning* impostos pelos confinamentos sanitários;
- Informalidade e descontinuidade associadas a antigos e novos modelos de negócio expõe ao risco do trabalho temporário e à peça várias atividades de apoio ao turismo nas quais os **profissionais enfrentam perdas de rendimento e insuficiente proteção laboral e social**, tais como os serviços de limpeza, guias turísticos, alugueres de curta duração, transporte de passageiros, agravando riscos de desemprego, perda de rendimentos e exclusão social, já problemáticos na região...

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Ainda que com uma expressão regional inferior à do Continente, as atividades associadas à **agricultura** têm vindo a assumir uma tendência de crescimento regional, sendo o **Algarve o único território nacional a ver crescer a mão de obra mobilizada pelo setor, na última década**, especialmente a mão-de-obra não familiar³⁵, assalariada. O aumento em 378,6% do volume de produção (em €) de frutos subtropicais na região, de 2009 para 2019, ou de 95% nos citrinos, sendo a região responsável por 85,1% do volume de produção (em €) destes últimos, a nível nacional, e de 58,3% dos primeiros, certamente terá contribuído para tais volumes de mão-de-obra, a que se acrescenta o crescimento de 140% na produção de plantas industriais.

As alterações em curso na estrutura e na composição produtiva agrícola regional, ditando uma oferta mais alargada e a disponibilização de oportunidades de aproveitamento transformador no âmbito agroalimentar, merece alguma atenção face ao que poderá ser a orientação no desenvolvimento de competências profissionais num setor que tem reduzida expressão regional e, em parte por isso, insuficiente ajustamento nos perfis profissionais disponíveis em mercado de trabalho, face às necessidades do tecido empresarial que a seguir se procuram resumir.

AGRICULTURA E AGROALIMENTAR	TENDÊNCIAS EM AFIRMAÇÃO
	- o Crescente mobilização de mão de obra assalariada nas explorações agrícolas; - o População agrícola familiar revela continuidade de baixos níveis de instrução escolar e qualificação profissional; - o Forte incidência da crise económica gerada pela pandemia sobre os pequenos agricultores, tradicionais e não intensivos, virados para os mercados locais, os quais têm elevado potencial de valorização económica associada ao turismo, na fase recuperação pós-pandémica; - o Potencial de continuidade do crescimento e de geração de emprego da agricultura de ponta e de precisão em torno dos frutos vermelhos, das flores e das plantas decorativas; - o Continuidade do crescimento das pequenas indústrias agroalimentares em torno dos produtos localmente produzidos e transformados, dos produtos biológicos e da dieta mediterrânica, produções singulares e típicas da região, com favorável evolução na apreciação turística;
	IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO
	➤ Crescimento dos fluxos migratórios resultantes do crescente recurso a mão de obra estrangeira não qualificada, a necessitarem de uma gestão ativa e regulatória na região, garantindo inclusão social e proteção laboral; ➤ Emergência da necessidade de apetrechamento dos pequenos produtores isolados e independentes com competências profissionais para a valorização comercial direta do caráter saudável dos seus produtos, na construção e gestão de cadeias curtas de consumo dos mercados de proximidade; ➤ Oportunidade de desenvolvimento de competências profissionais de suporte à implementação de processos produtivos tecnologicamente inovadores no quadro de prevenção das alterações climáticas e da escassez de água (agenda verde e energética, mas também digital); ➤ Necessidade de atualização de competências variadas dos pequenos agricultores familiares e da mão de obra contratada nas pequenas explorações familiares, face aos desafios crescentes da agenda ambiental, mas também da agenda energética e da agenda digital.

Também a **economia do mar** constitui na região um setor com potencial económico de crescimento associado ao turismo (caso das rotas de pesca, do turismo científico ou da pesca desportiva), e à indústria transformadora regional, nomeadamente na componente alimentar ligada à aquacultura, ao desenvolvimento de novos produtos, novas culturas e formas de produção, novas dietas ou uma maior complementaridade em direção à sustentabilidade ambiental e económica da biotecnologia azul regional. O volume de pescadores em águas marítimas matriculados no Algarve representava cerca de 19% do país em 2019, numa região que alberga 24% das embarcações marítimas com motor registadas no país.

Uma visão mais alargada das tendências em curso, combinadas em matéria turística e industrial, com a ligação aos centros de investigação regionais da especialidade, em direção à identificação de oportunidades de desenvolvimento e exploração de novos produtos, beneficiará de uma síntese de reflexão sobre algumas das tendências em curso de afirmação e das implicações das mesmas no mercado de trabalho regional, sobre as quais haverá que procurar responder.

³⁵ INE, *Recenseamento Agrícola, Estatísticas Agrícolas de Base, Contas Nacionais*.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

ECONOMIA DO MAR	TENDÊNCIAS EM AFIRMAÇÃO
	- o Investimentos no <i>Hub Azul</i> no âmbito do PRR, dinamizando a bio economia azul com envolvimento das IES e dos Centros de Formação Profissional setoriais ligados ao mar, num conceito de <i>Blue Hub School</i>, apoiando a promoção de cadeias de valor em várias vertentes: biotecnologia, indústria alimentar, energias renováveis, engenharias robóticas, têxteis, design inovador de produtos para artes de pesca, a cosmética e a farmacêutica; - o Oportunidades decorrentes da <i>Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030</i>, na criação de novos produtos e processos de desenvolvimento de modelos de negócio, assentes numa lógica de economia circular, eficiência energética e digital, incluindo a modernização da frota de pesca; - o <i>Estratégia Economia Azul ESG Algarve 2030</i>, assente no desenvolvimento integrado das atividades da economia do mar (pescas, aquacultura, indústria naval, animação marítimo turística, ciências do mar, logística), e também a transformação de pescado;
	IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO
	➤ Fomento da interligação entre a formação de recursos humanos altamente qualificados nas atividades do mar, com as necessidades do mercado da economia do mar; ➤ Atualização de competências no ramo das pescas, que apoie as oportunidades de exploração de condições de modernização dos equipamentos, os ganhos de eficiência energética, novas condições de armazenamento e logística, a digitalização inerente aos novos processos e tecnologias produtivas e aos novos produtos a desenvolver; ➤ Novas competências azuis, viradas para o futuro, a desenvolver no âmbito da valorização e uso dos recursos aquáticos e marinhos para a aquicultura sustentável, indústrias transformadoras de peixe, produção e transformação de algas e outros recursos biológicos, na sustentação de processos de criação de empregos de alta valor e qualidade; ➤ Reforço das competências locais existentes, associadas à inovação industrial, na indústria naval (fabrico, manutenção e reparação), na digitalização e robótica, mais a biotecnologia e as ciências do mar; ➤ Aprofundamento das competências na área das energias: renováveis marinhas offshore e transportes marítimos descarbonizados;

O Algarve já evidenciava, ainda antes da crise pandémica, alguns estrangulamentos do mercado de trabalho que criavam dificuldades à expansão de setores económicos regionalmente consolidados e dominantes, como o setor turístico e atividades associadas, lutando com dificuldades de reter mão de obra suficiente à sustentação de tal expansão. A situação era ainda mais difícil ainda para os setores emergentes, com maior intensidade tecnológica, fruto de um insuficiente ajustamento dos perfis profissionais disponíveis às necessidades do tecido económico, situação que foi fortemente agravada pela crise pandémica.

Esta, não apenas veio alterar os hábitos de consumo, modos de vida, formas de prestação do trabalho, acelerar a transição digital, encurtar as cadeias de comercialização local e aproximar os produtores aos consumidores num curto espaço de tempo, como também alterar a natureza e as características das relações de trabalho e das necessidades de competências dos setores dominantes na região. Num plano global, é possível identificar algumas **tendências do trabalho emergentes com a crise pandémica** e, ao mesmo tempo, vários blocos de **competências transversais e comuns a vários setores de atividade**, que são cada vez mais apontadas pelos empregadores como essenciais à realidade pós-pandémica que sustentará a recuperação económica e do emprego.

TENDÊNCIAS EM AFIRMAÇÃO

- o Transição para as economias verde (ecologia, ambiente e clima) e digital (digitalização e automação), foi acelerada pela pandemia, transformando a maneira como vivemos, convivemos e trabalhamos, associando-se fortemente aos processos de retoma e recuperação das economias;
- o Aceleração do processo de infraestruturação digital das organizações, generalizado por imposição forçada do teletrabalho e trabalho remoto, pressionando a uma rápida adaptação à dimensão digital e às competências que se exigem, intensificando a polarização do mercado de trabalho e as bolsas de desemprego tecnológico;
- o Avanços rápidos da automação em muitos setores e atividades, que aumentam o investimento em tecnologias de automação e em processos de maior autonomia e flexibilidade do trabalho, causando significativas perdas de postos de trabalho tradicionais, a continuar durante os próximos anos;
- o Intensificação de tendências do trabalho, decorrentes da digitalização³⁶: estagnação dos salários, instabilidade profissional e da contratação laboral, incremento do trabalho em plataformas, aumento do trabalho não permanente e a tempo parcial, crescimento dos falsos trabalhadores independentes, aumento do subemprego afetando mais os jovens e os trabalhadores com baixas qualificações, percursos profissionais menos lineares;
- o Continuação do percurso na década passada de elevação da posição de Portugal na EU em atividades e emprego tecnológico e intensivo em conhecimento, envolvendo mais abstração e menos tarefas manuais, diminuindo a exposição ao risco de automação;
- o Reorganização dos modos, tempos e formas de prestação das relações de trabalho, pela aceleração dos processos de transição digital, beneficiando em flexibilidade, a conciliação dos interesses das empresas, dos trabalhadores e famílias;

IMPLICAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

- Necessidade de **modernização e flexibilização para maior atratividade dos sistemas de educação e formação**, adequados à era digital e à transição verde e ao desenvolvimento de competências digitais e ecológicas essenciais;
- Reforço da **valorização das competências digitais e tecnológicas de suporte ao teletrabalho**, ao e-learning, ao e-commerce, à digitalização, à automação, pelos empregadores, dirigentes e trabalhadores;
- Interesse pela **antecipação da evolução das competências**, nomeadamente daquelas em vias de automação e das que se pretende dispensar em outsourcing nas várias atividades, com vista à requalificação digital dos trabalhadores e à sua reconversão profissional;
- Setores e **atividades tradicionais aumentam exposição ao risco de automação e ao forte efeito de substituição de postos de trabalho**, tanto nos que recorrem a trabalhadores menos qualificados (retalho comercial e alimentar, agricultura, construção, produção fabril, pescas, transportes, armazenamento, indústria mineira) como em alguns setores mais intensivos em qualificação (setor financeiro e segurador), induzindo necessidades de requalificação e de melhoria das qualificações dirigidas ao reforço da empregabilidade³⁷;
- **Potencial de criação de emprego, no contexto da automação**, em áreas e atividades que estarão associadas à satisfação de necessidades sociais, menos expostas à concorrência global e/ou aos constrangimentos pandémicos, beneficiando da emergência sanitária, ou do distanciamento social: cuidados pessoais, serviços sociais, saúde e bem-estar, TIC, ICC...
- Necessidade de **sistemas de educação e formação inovadores e orientados para o futuro**³⁸ no apoio à empregabilidade e à competitividade, capacitados para a preparação geral dos ativos empregados e desempregados numa perspectiva de longo prazo, para a incerteza e flexibilidade laboral ao longo da vida profissional, enfrentarem e resolverem problemas que ainda não existem e para ocuparem novos, consolidando uma nova cultura permanente de aprendizagem que é exigida para um mundo em mudança onde as competências se tornam obsoletas mais rapidamente;
- **Ajustamento dos requisitos de competências para a empregabilidade e para uma cidadania mais competente e responsável**: resiliência, literacia mediática e digital, ecológica e energética, autonomia e capacidade de adaptação a formas flexíveis de trabalho e à distância, competências para a inovação e renovação industrial, cívicas, financeiras e ambientais, literacia gastronómica e de saúde alimentar, capacidade de identificar problemas e sinalizar oportunidades, abertura à mudança organizacional e de áreas de emprego a explorar em empreendedorismo autónomo;
- Consolidação de formas flexíveis e mistas de prestação de trabalho (remoto, à distância, presencial parcial...), potencialmente beneficiadores da elevação dos níveis de equilíbrio e **conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar**, exigindo o desenvolvimento sustentado de qualificações profissionais e pessoais para as novas realidades laborais emergentes (para trabalhadores, dirigentes e empresários), bem como a atualização e adaptação dos sistemas de proteção social na cobertura das novas formas de trabalho (part-time, trabalho temporário, subcontratação, trabalho remoto, ao domicílio, a termo incerto, intermitentes e descontínuos de muito curta duração, múltiplos empregadores ...);

³⁶ OCDE, *Employment Outlook*, 2019.

³⁷ Cf. McKinsey Global Institute, *"The future of work in Europe"*, jun/2020 (discussion paper).

³⁸ Na linha da *"Declaração de Osnabrück para a Educação e Formação Profissional"*, subscrita em nov/2020 pelos ministros da educação dos Estados-Membros da União Europeia.

C - OPERACIONALIZAÇÃO DO QFP 2021-2027 NA COMPONENTE FSE+

C1. Abordagem e Escolha de Objetivos Específicos

O Diagnóstico de Constrangimentos e Prioridades, levado a cabo no contexto de programação de suporte ao OP 4, enuncia de forma objetiva um conjunto de dimensões-problemas e necessidades de intervenção que fundamentam as escolhas e a repartição indicativa da dotação financeira do FSE+ no Algarve, também na interface de delimitação de fronteiras com os PO Temáticos.

Entre essas dimensões-problema e necessidades de intervenção, salienta-se as seguintes:

- *elevada expressão dos jovens NEET no desemprego regional*, agravada pelos contornos regionais da crise pandémica e o ritmo lento de recuperação social e económica da mesma;
- *níveis elevados de abandono precoce da educação e formação*, superiores às médias nacional e comunitária, com implicações no reforço da mobilização de modalidades de formação de espectro largo, dinamicamente adequadas às necessidades-tipo identificados (de curta e longa duração), e ancoradas num maior envolvimento do tecido empresarial;
- *fragilidade das dinâmicas empreendedoras de base empresarial na integração de diplomados pelas ofertas formativas* (sobretudo, de perfis intermédios e de qualificação superior) existentes na Região, menosvalorizando o investimento público, das famílias e dos jovens;
- *base estreita da oferta de competências em domínios de qualificação relacionados com a diversificação das atividades económicas e a transição digital*, abrangendo Cursos profissionais, CTeSP e formação superior e avançada, nomeadamente em alinhamento com a EREI Algarve 2030;
- *ciclo de desinvestimento prolongado no apetrechamento técnico* (instalações, equipamentos, oficinas, formadores, ...) das unidades formativas sedeadas na Região, com destaque para o Serviço Público de Emprego e Formação.
- *existência de uma dotação financeira adicional no período 2021-2027 (300 M€, dos quais 30 M€ FSE)* focada na diversificação económica que tem potencialmente associadas necessidades de apoios às Qualificações e ao Emprego e também ao Empreendedorismo de base local e tecnológica, com vista à diversificação de uma base económica regional cativa da sobre especialização em torno do turismo e atividades associadas;
- *persistência de indicadores de pobreza e exclusão social* atingindo públicos-alvo especialmente marginalizados (crianças, idosos isolados, ...) e com bolsas territoriais desfavorecidas que carecem de intervenções substantivas de apoio à inserção socioeconómica e à inclusão social;
- *aceleração das tendências demográficas, com emergência de necessidades de resposta mais exigentes e diversas em matéria de saúde, ação social e ocupação profissional*, em resposta aos desafios do acréscimo e maior longevidade de idosos, bem como a uma maior atividade social e profissional no envelhecimento, mobilizando capacidades e competências em benefício dos desafios de desenvolvimento regional.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Em síntese, este é um conjunto denso de dimensões-problema e necessidades de intervenção enquadradas no campo de Objetivos específicos do OP 4, mas onde emergem também oportunidades para uma utilização proativa e articulada, nomeadamente de delimitação de fronteiras PO Temáticos/PO Regional, de um novo ciclo de programação dos fundos estruturais numa Região em transição como o Algarve.

C2. Objetivos Específicos e Tipologias de Ação

O trabalho de Diagnóstico de Constrangimentos e necessidades de intervenção prioritária constitui a base de fundamentação das escolhas e conteúdos que integram as fichas seguintes nas quais, para cada Objetivo Específico identificado, se sinalizam: (i) a Justificação; (ii) as Prioridades de Ação regional; (iii) a Tipologia de Operações; e (iv) as principais Entidades Beneficiárias.

A delimitação de fronteiras de atuação entre os futuros PO Regional e PO Temático, nos Objetivos e Tipologias em que o Algarve possa ser abrangido, permitirá estabilizar em definitivo a arquitetura programática do FSE+ na Região.

OE 1 – Melhorar o acesso ao emprego e a empregabilidade dos jovens, promovendo a atração e sua fixação no território em empregos de qualidade e sustentáveis	
Num contexto de precariedade e segmentação do mercado de trabalho aceleradas pela crise pandémica, resposta ao desafio regional de estancar e combater as desigualdades que afetam os grupos desfavorecidos no acesso ao mesmo, nomeadamente os jovens (incluindo os NEET), os desempregados de longa duração e as pessoas inativas, assegurando um melhor acesso ao mercado de trabalho e uma inserção profissional gratificante e qualificante, que alicie a sua fixação no território e incentive a melhoria contínua das qualificações, num quadro de menor sazonalidade económica e precariedade laboral.	
➤ Prioridades da Ação Regional	Tipologia de Operações
➤ Redução das elevadas taxas de jovens NEET na região, nomeadamente no grupo dos que abandonam precocemente os estudos e ficam inativos; ➤ Combate à precariedade e à segmentação no mercado de trabalho regional, promovendo uma inserção profissional motivadora e uma transição gratificante e qualificante dos jovens entre a escola e o mercado de trabalho; ➤ Mobilização das medidas ativas de emprego para a contratação de jovens em empregos de qualidade e sustentáveis, salarialmente atrativos e alinhados com a RIS3.	➤ Apoio a Estágios Emprego (EE) nos domínios RIS3, áreas STEAM, economia social e autarquias locais; ➤ Apoio à Contratação de jovens na sequência dos EE nos domínios RIS3, áreas STEAM, economia social e autarquias locais; ➤ Apoio à Contratação de longo prazo de jovens DLD e NEET em todas as áreas e sectores da atividade económica regional; ➤ Apoio à Contratação de RH altamente qualificados pelas empresas, nos domínios RIS3, áreas STEAM e economia social; ➤ Apoio à promoção de Estágios de curta duração, precoces e não profissionais, por empresas, entidades da economia social e autarquias locais, a estudantes matriculados em IES regional, nos domínios RIS3 e áreas STEAM, para contacto com o mercado de trabalho, a realidade económica e o tecido empresarial regional.
Entidades Beneficiárias	✚ Empresas; ✚ Entidades da Economia Social; ✚ ADL's e entidades associativas; ✚ Autarquias Locais; ✚ Parceiros Sociais (Associações Empresariais e Sindicais).

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

OE 2 – Promover a empregabilidade, estabilização e elevação da qualidade do emprego a desempregados e trabalhadores sazonais	
Combater a sazonalidade e consequente precariedade do mercado de trabalho regional, associadas à sobre especialização em torno das atividades turísticas, assume importância no âmbito do combate às desigualdades e promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho, a proteção e inclusão social ativa de grupos tendencialmente desfavorecidos e com maiores dificuldades de acesso.	
Prioridades da Ação Regional	Tipologia de Operações
➤ Combate à sazonalidade e à precariedade laboral regional, promovendo uma inserção profissional digna e qualificante; ➤ Apoio a empregos de qualidade que estimulem a aposta dos ativos na melhoria contínua das qualificações; ➤ Promoção da empregabilidade e diminuição do risco de exposição ao desemprego, nomeadamente a bolsas de desemprego tecnológico/digital.	➤ Apoio à Contratação de Desempregados e DLD; ➤ Apoio à Conversão de Contratos de Trabalho a prazo em contratos sem termo; ➤ Apoio a processos de enriquecimento/atualização dos percursos profissionais (digitais, energéticos e ambientais) dos trabalhadores contratados no setor turístico, durante os períodos de baixa atividade económica.
Entidades Beneficiárias	✚ Empresas; ✚ Entidades da Economia Social; ✚ ADL's e entidades associativas; ✚ Parceiros Sociais (Associações Empresariais e Sindicais); ✚ Instituições do Ensino Superior e Centros de Investigação associados.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

OE 3 – Desenvolver ecossistemas regionais amigos do empreendedorismo, em novos setores e procura específicas potenciadoras da diversificação da base económica regional	
Promover a diversificação da base económica regional e a transformação das condições e potenciais do emprego, pela estimulação do empreendedorismo regional, maximização do papel de incubação empreendedora e de estímulo à inovação da rede de espaços de acolhimento empresarial, promovendo a valorização económica dos recursos endógenos, novos setores nos domínios RIS3 e procura específicas associadas às tendências da economia verde e digital.	
Prioridades da Ação Regional	Tipologia de Operações
➤ <i>Estímulo da inovação empresarial e do empreendedorismo qualificados de jovens e desempregados na exploração empresarial de iniciativas sustentáveis nos domínios RIS3 e atividades regionalmente emergentes: agroalimentar, economia azul, economia do cuidado pessoal (saúde humana e bem-estar), TIC, ICC;</i> ➤ <i>Qualificação da rede das AAE regionais por via da animação e dinamização técnica seletiva da iniciativa empresarial de jovens e desempregados qualificados;</i> ➤ <i>Capacitação da iniciativa empreendedora de jovens e desempregados qualificados, na potenciação dos fatores de atratividade territorial de investimento e regeneração demográfica;</i> ➤ <i>Articulação em rede dos espaços de coworking, estreitando a associação com Incubadoras, Centros de Negócios e AAE's, potenciando a atratividade do nomadismo digital qualificado, o trabalho remoto, autónomo ou dependente e o empreendedorismo digital e tecnológico</i>	➤ Apoio a Estágios Emprego e à Contratação e capacitação de Animadores/Mediadores Qualificados de Iniciativa Empresarial e Empreendedora seletiva, dos territórios municipais, dos GAL e ADL's, estimulando a valorização económica inovadora de recursos endógenos diferenciados com potencial de mercado e do património natural e cultural do território; ➤ Apoio à Criação do Próprio Emprego e Empresa por jovens qualificados, jovens NEET e desempregados qualificados e experientes, beneficiários ou não de prestações de SD, nos domínios RIS3; ➤ Apoio à Qualificação para a Criação de Emprego e Empresas por jovens, desempregados e seniores maiores de 55 anos, com qualificações e experiência profissional acumuladas, beneficiários ou não de prestações de SD, nos domínios RIS3, bem como na Conservação do Património Cultural, valorização das artes, ofícios e formas de produção tradicionais, assegurando a continuidade dos mesmos e o potencial de valorização comercial; ➤ Apoio à infraestruturação de redes de comunicação nos territórios de baixa densidade; ➤ Apoio ao desenvolvimento de uma Área de Incubação Empresarial e de Negócios dirigida à Economia Azul (aquacultura, novos produtos alimentares do mar...), promotora de relações de associação científica entre as IES regionais, Centros Tecnológicos/Investigação e empresas; ➤ Apoio à adaptação/requalificação de imóveis e espaços públicos desativados, para cowork e acolhimento e a incubação de pequenas iniciativas/microempreendedorismo, ambientalmente sustentáveis, criadoras de emprego, ao nível municipal.
Entidades Beneficiárias	- Autarquias Locais; - ADL's e GAL; - Associações Empresariais; - Entidades gestoras/promotoras de AAE; - Entidade Regional de Turismo do Algarve; - AMAL; - IES/Centros Tecnológicos/Investigação; - Agentes culturais e criativos.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

OE 4 – Modernizar e qualificar as instituições, os serviços e os agentes do mercado de trabalho

Ajustar a resposta do quadro institucional de agentes do mercado de trabalho regional, incluindo os do sistema de educação e formação, na produção e no ajustamento das qualificações disponíveis às necessidades de desenvolvimento do território, através da modernização e requalificação de estruturas e sistemas de informação e regulação, proporcionando flexibilidade organizacional na aproximação das mesmas aos destinatários: tecido empresarial, ADL's, autarquias locais, serviços públicos, economia social, parceiros sociais.

Prioridades da Ação Regional	Tipologia de Operações
➤ <i>Modernização das instituições e dos serviços do mercado de trabalho e da produção de qualificações, no sentido da capacitação para avaliar e antecipar necessidades de competências e adequar a oferta e a procura no mercado de trabalho, melhorando a qualidade do emprego e a atratividade territorial na atração e consolidação regional de investimentos.</i> ➤ <i>Flexibilização e aproximação da oferta de serviços aos seus destinatários nas comunidades locais, nomeadamente nos territórios de baixa densidade;</i> ➤ <i>Dinamização de respostas à pressão da crise pandémica pelos serviços públicos regionais, no contexto do aumento dos fundos comunitários disponíveis, face às fragilidades de dimensão do tecido económico regional, dos agentes associativos e da economia social, no recurso aos fundos comunitários.</i>	➤ Apoio à criação de mecanismos permanentes e participados de observação das dinâmicas do mercado de trabalho regional e de diagnóstico e identificação antecipada de competências e qualificações, regulando e concertando de forma orientada em plataformas informativas a oferta anual dos operadores dos sistemas de educação e formação e as opções de ALV dos ativos empregados e desempregados; ➤ Apoio à modernização, requalificação e equipamento das infraestruturas de suporte à oferta formativa inicial e contínua de dupla certificação pela Rede de Escolas Secundárias, Escolas Profissionais, Centros de Formação Profissional do IEFP e IES da região; ➤ Apoio à adaptação, requalificação e equipamento de infraestruturas necessárias ao reforço da Rede de Centros Qualifica para o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) no território. ➤ Apoio à dinamização de ações de divulgação, de apoio técnico e de capacitação técnica e institucional, na promoção de processos de candidatura aos fundos comunitários disponíveis, para o desenvolvimento do território pelos vários atores e agentes públicos (CIM, Serviços Municipais, Serviços Públicos regionais, ...), privados, associativos, da economia social, ADL's, GAL, através do aproveitamento e valorização económica dos recursos regionais.
Entidades Beneficiárias	✚ Autarquias Locais; ✚ Promotores de Centros Qualifica; ✚ Associações Empresarias e Sindicais; ✚ Escolas de Hotelaria e Turismo; ✚ Centros de Formação Profissional do IEFP, FOR-MAR, CFPSA; ✚ AMAL; ✚ DRAPAL e outros serviços públicos regionais; ✚ IES, Escolas Secundárias e Escolas Profissionais; ✚ ADL's, GAL.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

OE 5 – Melhorar a qualidade, a eficácia e a relevância dos sistemas de educação e formação para o mercado de trabalho, no combate ao abandono escolar precoce

Assegurar a disponibilidade de recursos humanos apetrechados com as competências ajustadas às necessidades do mercado de trabalho regional, promovendo a melhoria da qualidade da oferta formativa inicial que contribua para o aumento do sucesso escolar dos jovens e combata o abandono precoce da educação-formação e as elevadas taxas de jovens NEET, facilitando a sua empregabilidade através da capacitação do empreendedorismo criador do próprio emprego ou de empresas e de profissionais dotados com competências de suporte à expansão dos setores consolidados e à emergência de novas atividades que diversifiquem e enriqueçam a base económica regional.

Prioridades da Ação Regional	Tipologia de Operações
➤ Melhoria da atratividade da oferta de dupla certificação de jovens (de nível secundário, pós-secundário e superior: Escolas Secundárias, Escolas Profissionais, Aprendizagem, CET, CTeSP), aprofundando a articulação e a coerência vertical com a oferta das IES, áreas STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics) e com as novas especializações económicas da EREI Algarve 2030; ➤ Ampliação do Sistema Dual em Aprendizagem ajustado ao território, em atividades com menor oferta de formação inicial de dupla certificação e que envolvam maiores cargas de formação oficial/prática, também em territórios de baixa densidade; ➤ Intensificação da proximidade, implicação e envolvimento das empresas, entidades da economia social, autarquias locais, ADL's e parceiros sociais na estruturação e organização articulada e coerente da rede de oferta de qualificações iniciais e contínuas no território; ➤ Capacitação das equipas pedagógicas do sistema de educação-formação, com vista à diminuição do abandono escolar precoce, combatendo o insucesso escolar, através da melhoria da qualidade do ensino de carácter profissional; ➤ Elevação da taxa de escolarização de nível superior nos jovens.	➤ Apoio à reorganização e diversificação da oferta de Cursos Profissionais e Vocacionais de nível secundário pelas Escolas Secundárias (CP-ES), valorizando os domínios da RIS3 regional e as áreas STEAM; ➤ Apoio ao incremento da oferta das Escolas Profissionais através de Cursos Profissionais (CP-EP) dos domínios da RIS3 regional e nas áreas STEAM; ➤ Apoio ao incremento da oferta de Cursos de Especialização Tecnológica (CET) por consórcios constituídos por entidades do sistema de educação-formação, empresas e parceiros sociais, centros tecnológicos e de investigação, dos domínios da RIS3 regional e nas áreas STEAM; ➤ Apoio aos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) articulados e integrados verticalmente na oferta das IES nos domínios da RIS3 regional e nas áreas STEAM; ➤ Apoio aos Cursos de Aprendizagem, alinhados com a oferta regional das IES, envolvendo a colaboração de Escolas da rede do ME e autarquias locais, nas áreas: agricultura, produção e transformação alimentar, produção de plantas e floricultura, manutenção e reparação auto e de embarcações náuticas, manutenção industrial e de equipamentos e infraestruturas, transportes e logística, economia do mar, apoio social e cuidados à população sénior e à infância; ➤ Apoio à constituição de Polos de Competência de Oferta de Formação, setoriais ou geográficos, articulando a coerência e relevância da oferta formativa entre e com os operadores do sistema de educação-formação e vários organismos públicos, com vista à partilha de recursos comuns: instalações, equipamentos, bolsas de formadores, redes de transportes locais; ➤ Apoio à atualização de competências pedagógicas e técnicas dos recursos humanos do sistema de educação-formação regional (professores, formadores, agentes...), nomeadamente dos formadores em contexto de trabalho; ➤ Apoio à reorganização da oferta de nível superior das IES em torno do reforço do peso das áreas STEAM e nos domínios estratégicos da EREI Algarve 2030.
Entidades Beneficiárias	- Autarquias Locais e AMAL; - IES, Escolas Secundárias, Escolas Profissionais;

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO
SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)**

OE 5 – Melhorar a qualidade, a eficácia e a relevância dos sistemas de educação e formação para o mercado de trabalho, no combate ao abandono escolar precoce	
	 Centros de Formação do IEFP, FOR-MAR, CFPSA;  Empresas, Associações Empresariais/Sindicais, de Produtores e Comerciais;  Entidade Regional de Turismo e Escolas de Hotelaria e Turismo;  ADL's, Entidades da Economia Social na formação de PDCI.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

OE 6 – Promover a igualdade de acesso e a conclusão de uma educação de qualidade e inclusiva	
Na educação e formação geral e profissional, até ao nível superior, bem como na educação e formação de adultos e das pessoas com deficiência, os grupos já antes desfavorecidos perante o mercado de trabalho e no acesso à educação e formação, viram agravadas as desigualdades que as afetam e regredir as aprendizagens, comprometendo investimentos em curso na promoção do sucesso educativo e na facilitação de uma inserção profissional digna no mercado de trabalho.	
Prioridades da Ação Regional	Tipologia de Operações
➤ <i>Promoção da igualdade de oportunidades no acesso à educação-formação inclusiva, de qualidade e equitativa e à Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV), combatendo as desigualdades existentes no âmbito do acesso a percursos de educação e formação em todas as etapas da vida;</i> ➤ <i>Alcance de maiores níveis de inclusão social pelo aumento do envolvimento de adultos menos qualificados em processos de ALV.</i>	➤ Apoio ao reforço da oferta em dupla certificação de Formação Modular Certificada e Cursos EFA, ajustada à sazonalidade das atividades económicas regionais, que promova o aumento do envolvimento de adultos menos qualificados em processos de ALV, nomeadamente públicos desfavorecidos e vulneráveis face ao mercado de trabalho; ➤ Apoio ao alargamento da rede de Centros Qualifica (Escolares + Profissionais), nomeadamente em meio rural, que promova um maior envolvimento de empresas, parceiros sociais e entidades públicas, ADL's e autarquias locais, na flexibilização de processos RVCC, realização de FMC e cursos EFA em linha com os ciclos de sazonalidade da atividade económica regional; ➤ Apoio à oferta de formação destinada à aquisição de competências básicas e dos níveis básicos de escolaridade e qualificação dos públicos com menor instrução escolar, incluindo os imigrantes e PDCI, promovendo a inclusão profissional e social dos mesmos.
Entidades Beneficiárias	- Autarquias Locais; - Entidades promotoras de Centros Qualifica; - ADL's; - Entidades da economia social; - Empresas, Associações Empresariais e Sindicais (Parceiros Sociais); - Centros de Formação do IEFP, FOR-MAR, CEFPSA; - Escolas de Hotelaria e Turismo do Algarve.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

OE 7 – Ultrapassar o défice de competências regionais, através da ALV, da melhoria de competências e da requalificação de ativos empregados e desempregados	
Elevar os níveis de motivação e encorajamento dos ativos empregados e desempregados à participação em processos de ALV, através de oportunidades flexíveis de melhoria das competências e de requalificação das mesmas, nomeadamente no domínio digital e do empreendedorismo, antecipando as mudanças e novas exigências em curso no mercado de trabalho, facilitando a diversificação da base económica regional e a empregabilidade, na transição entre carreiras e a mobilidade laboral.	
Prioridades da Ação Regional	Tipologia de Operações
➤ <i>Mobilização da vantagem regional nas taxas de escolarização dos ativos para a participação dos mesmos em processos ALV de atualização e reforço das competências escolares e profissionais, evitando a sua degradação por inatividade;</i> ➤ <i>Antecipação da mudança e das novas exigências do mercado de trabalho, promovendo a empregabilidade e a facilitação da transição de carreiras e de emprego, por via da ALV;</i> ➤ <i>Aumento dos níveis de participação dos ativos em processos de ALV que alarguem e elevem a base de qualificações e de competências digitais, reduzindo a exposição ao desemprego e apoiando a expansão dos setores económicos consolidados e a emergência de novas atividades, em linha com a RIS3 regional.</i>	➤ Apoio seletivo à medida Cheque Formação na qualificação contínua de ativos empregados e desempregados, em domínios estratégicos da EREI Algarve 2030, promovendo a reorganização e ajustamento regulatório de parte oferta de formação contínua regional; ➤ Apoio à oferta de formação contínua estimuladora de processos de ALV que atualizem competências facilitadoras da transição digital, verde e energética e incrementem a empregabilidade dos trabalhadores ativos nos mesmos setores ou em áreas de atividade em emergência, no âmbito dos domínios estratégicos da EREI Algarve 2030; ➤ Apoio ao combate ao défice em competências digitais necessárias à autonomia no trabalho remoto, com vista à redução da segmentação do mercado de trabalho, ao aumento da resiliência no emprego e dos níveis de produtividade nas organizações; ➤ Apoio a processos desenvolvidos por consórcios diversificados e alargados, envolvendo Centros Qualifica, entidades do sistema de educação-formação, empresas, associações de produtores, empresariais e parceiros sociais na reciclagem digital periódica e requalificação escolar e profissional dos ativos, em processos de aprendizagem permanente, na adaptabilidade à evolução dos conteúdos profissionais necessários à competitividade e à expansão empregadora dos vários setores da economia regional; ➤ Apoio a FMC e a cursos de EFA destinados à reconversão profissional, ao reforço das competências técnicas, digitais e comportamentais dos ativos desempregados com dificuldades de reingresso nas atividades profissionais anteriores, reforçando as condições de empregabilidade regional e a mobilidade profissional, no mesmo setor ou em setores emergentes com maior intensidade tecnológica (economia azul, agroalimentar, ...); ➤ Apoio a processos dupla certificação de qualificação e requalificação de ativos empregados e desempregados, flexíveis e adaptados às condições regionais, promovendo a ALV pela aproximação da formação aos destinatários e abrindo novos ciclos e tipologias de oferta (agricultura e agroalimentar, cuidados pessoais e bem-estar, economia do mar, energias renováveis, ICC...;
Entidades Beneficiárias	✚ Autarquias Locais, AMAL; ✚ Empresas e Associações Empresariais/Sindicais (Parceiros Sociais); ✚ Entidades Promotoras de Centros Qualifica; ✚ Escolas de Hotelaria e Turismo do Algarve e Entidade Regional de Turismo; ✚ Centros de Formação do IEFP, FOR-MAR, CFPSA.

OE 8 – Estimular a adaptação dos trabalhadores, das organizações e da população ao envelhecimento ativo, à prevenção de doenças e a estilos de vida saudáveis

Qualificar o cluster da economia grisalha e de longevidade, na prestação de serviços e cuidados pessoais, de saúde humana e bem-estar, que suporte a afirmação do Algarve enquanto referência territorial do envelhecimento ativo e saudável, para nacionais e estrangeiros, nomeadamente dos públicos acima dos 55 anos que prematura e extemporaneamente são empurrados para a inatividade por aposentação ou desemprego, forçadamente arredados do mercado de trabalho, mas sentindo ainda bastante vitalidade decorrente do aumento do tempo médio de vida.

Prioridades da Ação Regional	Tipologia de Operações
➤ <i>Prolongamento saudável da atividade da geração grisalha, através de um envelhecimento ativo e estilos de vida saudáveis, preventivos de doenças.</i> ➤ <i>Estímulo a um envelhecimento ativo e de qualidade, na saúde e na autonomia individual, bem como numa maior atividade de cidadania em benefício da comunidade, a partir da mobilização das competências profissionais acumuladas ao longo da vida profissional.</i> ➤ <i>Atração, fixação e capacitação profissional dos profissionais da saúde e do setor social, para uma prestação moderna de cuidados pessoais e de saúde, salvaguardando e valorizando a qualidade do emprego e as qualificações dos profissionais na resposta aos desafios do envelhecimento populacional: aumento dos níveis de bem-estar e de qualidade de vida em saúde humana, acima dos 55 anos; aposta na prevenção da doença; resposta proactiva à evolução das necessidades em saúde;</i> ➤ <i>Inovação nas respostas das políticas públicas aos diversos fatores de suporte ao envelhecimento ativo e saudável dos públicos seniores, que estimulem o envolvimento e a mobilização</i>	➤ Apoio à aquisição e atualização de competências dos profissionais de saúde, técnicos das ADL's, das entidades da economia social, das autarquias locais e da gestão de recursos humanos do tecido empresarial no âmbito dos desafios do envelhecimento ativo e saudável, do apoio domiciliário em autonomia, da animação cultural e de lazer e desporto, da organização de ocupação de tempos livres em voluntariado social e comunitário, ... ➤ Apoio a ações e processos de reforço da capacitação técnica e institucional para as atividades de animação, dinamização do entretenimento e da atividade sénior e de públicos desfavorecidos por autarquias locais, ADL's e IPSS's, no âmbito de: valorização da cultura, património e da gastronomia (alimentação e valorização dos produtos locais saudáveis, promoção da dieta mediterrânica); formação de estímulo à procura contínua de novos saberes e competências; de incentivo à procura de novas formas de ganhar a vida, mais ligadas ao empreendedorismo (atividades e artes tradicionais, artesanato local, na sua valorização económica de mercado em direção ao turismo, na criação do próprio emprego ...); ➤ Apoio a iniciativas de empreendedorismo social e de contratação a tempo parcial de seniores com mais de 55 anos em risco no regresso ou continuação no mercado de trabalho, por entidades da economia social privadas e IPSS's, por ADL's e outras entidades sem fins lucrativos, valorizando ativamente e com utilidade as suas competências na prestação de cuidados domésticos e na prestação de serviços múltiplos: gastronomia, reparação doméstica, atividades educativas complementares e explicativas nas artes, ciências e línguas, e na valorização do património natural e cultural; ➤ Apoio à contratação a tempo parcial de seniores com mais de 55 anos, prolongando a sua atividade no domínio da consultadoria e voluntariado no acompanhamento à montagem de negócios, por ADL's, municípios e entidades gestoras da rede de estruturas regionais de acolhimento empresarial e incubação de negócios; ➤ Apoio a iniciativas de empreendedorismo e voluntariado social que valorizem ativamente as competências profissionais dos públicos seniores em benefício do esforço de recuperação económica da crise pandémica e de promoção da região enquanto território de referência no envelhecimento ativo e saudável; ➤ Apoio a ações de ADL's e autarquias locais que promovam a participação de seniores em processos de ALV (nos domínios da literacia digital e

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

OE 8 – Estimular a adaptação dos trabalhadores, das organizações e da população ao envelhecimento ativo, à prevenção de doenças e a estilos de vida saudáveis	
<i>ativa das competências e experiências de vida acumuladas, no prolongamento e aumento dos níveis de atividade saudável no mercado de trabalho e na sociedade.</i>	mediática, ambiental, financeira, gastronómica, de saúde e segurança, cultural e patrimonial), elevando e mobilizando as competências para uma cidadania mais ativa e responsável, combatendo o isolamento e a solidão em territórios de baixa densidade; ➤ Apoio a processos de suporte à manutenção da independência, autonomia e atividade saudável no processo de envelhecimento, que estimulem o prolongamento e aumento de níveis de atividade profissional e envolvimento social e comunitário.
Entidades Beneficiárias	 Autarquias Locais, AMAL;  Entidades da Economia Social, IPSS's, Entidades de Utilidade Pública;  Empresas, Associações Empresariais/Sindicais (Parceiros Sociais);  Entidades promotoras/gestoras de AAE's;  ADL's e entidades associativas;  Entidades e empresas prestadoras de cuidados e saúde e de bem-estar;  Agentes culturais e criativos.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

OE 9 – Promover a inclusão social e a inserção laboral da imigração económica, para a dinamização do mercado de trabalho e a sustentabilidade demográfica	
Elevação dos níveis de inclusão no mercado de trabalho e do acolhimento e proteção social dos migrantes estrangeiros ativos, mobilizando as competências profissionais em benefício da economia regional, cativando e incentivando a sua fixação na região e o reagrupamento familiar de casais jovens e profissionalmente qualificados, contribuindo para a sustentabilidade demográfica, para a diversificação da base económica regional e para a coesão territorial.	
Prioridades da Ação Regional	Tipologia de Operações
➤ <i>Inclusão económica ativa e proteção social dos nacionais de países terceiros, combatendo riscos de desigualdade salarial, segmentação e polarização do mercado de trabalho, com maior cooperação institucional na sindicância do mercado de trabalho regional;</i> ➤ <i>Gestão ativa dos fluxos migratórios entre ocupações de atividade sazonal regional, com vista à elevação das qualificações escolares e profissionais destes ativos;</i> ➤ <i>Via Verde no Reconhecimento de competências e certificação profissional de imigrantes, que combata promova a inserção laboral e combata a exclusão social.</i>	➤ Apoio a medidas do mercado social de emprego (CEI e CEI+) para imigrantes sem SD, RSI ou outros apoios sociais, ➤ Apoio a medidas ativas de emprego que diminuam a vulnerabilidade dos imigrantes económicos face à precarização laboral e ao desemprego: processos de RVCC escolares e profissionais, FMC, formação em competências transversais, em literacia e fluência linguística...; ➤ Apoio a processos de ALV (FMC de curta duração inseridos em percursos EFA) e de trabalho social necessário (CEI), promovidos por entidades públicas e privadas em colaboração com o SPE, na gestão ativa dos fluxos de ativos migrantes entre atividades sazonais na região, rentabilizando os períodos de alternância entre a atividade laboral e inatividade sazonal; ➤ Apoio a um Centro Qualifica dedicado exclusivamente a imigrantes económicos, assente em metodologia RVCC e micro-certificação (resultado de cursos de formação de curta duração, formação digital, competências sociais e cívicas,...), acompanhando as transições digital, energética e ambiental.
Entidades Beneficiárias	- Autarquias Locais, AMAL; - IEFP, ACT, SEF; - Parceiros Sociais: Associações Empresariais, Sindicais, Comerciais; - Associações de Produtores; - ADL's, Entidades Associativas e Sem Fins Lucrativos; - Entidades da Economia Social.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

OE10 – Favorecer a empregabilidade e a inclusão social dos grupos desfavorecidos e em risco de pobreza ou exclusão social (com ou sem acesso à proteção social do SD e RSI)

Combate às desigualdades e promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho, através das políticas ativas de emprego, favorecendo a empregabilidade, a proteção e inclusão social ativa de categorias tendencialmente desfavorecidas e com maiores dificuldades de acesso, em condições dignas e justas, face aos riscos de criação de bolsas de exclusão e desemprego tecnológico, na sequência do aprofundamento dos processos de digitalização e automação das organizações e do emprego acelerados pela pandemia, estimulando a aquisição e elevação de qualificações escolares e profissionais que elevem a autonomia pessoal e familiar, a cidadania ativa e responsável, mais que as respostas tradicionais de assistencialismo e garantia ao rendimento familiar.

Prioridades da Ação Regional	Tipologia de Operações
➤ <i>Proteção social e laboral dos trabalhadores da “Economia GIG” (ganchos, tachos e biscates), constituída por empregos informais e sem proteção social no emprego e no desemprego, promovendo a sua entrada na economia formal;</i> ➤ <i>Prevenção de situações de disrupção social, em consequência do desemprego, promovendo a empregabilidade dos mais vulneráveis e fragilizados por via do reforço das qualificações;</i> ➤ <i>Complementaridade de medidas ativas de emprego (trabalho socialmente útil e necessário) com programas de ALV de dupla certificação, no âmbito do mercado social de emprego, para a elevação dos níveis de qualificação escolar e profissional, necessários a acompanhar a transição digital, combater a exclusão social e a infoexclusão, no quadro da sociedade do conhecimento;</i> ➤ <i>Melhoria da qualidade do sistema de educação e formação profissional para PDCI, na promoção da empregabilidade e da inserção social;</i> ➤ <i>Capacitação institucional das entidades da economia social para a resposta a novas exigências emergentes das alterações sociais e económicas produzidas pela</i>	➤ Apoio à Contratação sem Termo dos trabalhadores não declarados, e da sua entrada na economia formal, combatendo a discriminação laboral, a precarização e a desregulação do mercado de trabalho e aumentando a proteção social e laboral dos mais vulneráveis; ➤ Apoio a ações de formação profissional de dupla certificação, na ativação dos DLD, promovendo a empregabilidade dos mais vulneráveis e fragilizados por via da capacitação em competências necessárias a uma cidadania mais qualificada e responsável; ➤ Apoio a programas de CEI e CEI+, combinadas com processos de RVCC que promovam a aquisição de competências sociais para uma cidadania mais competente e responsável no âmbito da literacia e da capacitação digital dos inseridos em medidas ativas de emprego de trabalho socialmente necessário: autonomia e capacidade de adaptação às formas flexíveis de trabalho e à distância, literacia mediática e digital, resiliência, competências cívicas, financeiras e ambientais, literacia gastronómica e de saúde alimentar; ➤ Apoio à criação de um Centro Qualifica dinamizado pelas entidades do setor social e solidário regional, mobilizando a experiência de profissionais maiores de 55 anos para avaliação, reconhecimento e validação de competências profissionais e escolares dos desempregados abrangidos por medidas de trabalho socialmente necessário (CEI e CEI+), acompanhando os processos de ALV de dupla certificação; ➤ Apoio à Contratação sem Termo dos desempregados abrangidos por medidas de trabalho socialmente útil e necessário (CEI e CEI+), que tenham completado processos de RVCC, por empresas, entidades sem fins lucrativos e da economia social; ➤ Apoio ao reforço de competências dos profissionais e agentes da economia social e de capacitação institucional das entidades, para a resposta a novas necessidades decorrentes das mudanças da prestação de trabalho em curso (padrões de horários, modelos e locais de prestação do trabalho, novas modalidade de trabalho mais flexíveis, autónomas e independentes...), e novas exigências na prestação de cuidados pessoais, no acolhimento de crianças e nos serviços de apoio domiciliário a idosos em qualquer estado de autonomia e/ou dependência, incluindo os territórios de baixa densidade; ➤ Apoio ao empreendedorismo social de criação de emprego nas áreas dos cuidados pessoais, no acolhimento de crianças, no suporte à manutenção da autonomia de idosos, na promoção de atividades de envelhecimento ativo e saudável;

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

OE10 – Favorecer a empregabilidade e a inclusão social dos grupos desfavorecidos e em risco de pobreza ou exclusão social (com ou sem acesso à proteção social do SD e RSI)	
<i>crise pandémica e pela aceleração do envelhecimento;</i> ➤ Envolvimento do tecido empresarial na integração socioeconómica de pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social, como as comunidades marginalizadas e PDCI.	➤ Apoio à criação de Centros de Emprego Protegido associados à agricultura e ao turismo (ex: centros de equitação, golf, ...) de estímulo ao emprego e integração socioeconómica de PDCI e membros de comunidades marginalizadas pelo tecido empresarial e pela economia social.
Entidades Beneficiárias	🚩 Autarquias Locais e AMAL; 🚩 Entidades da Economia Social; 🚩 Empresas/Associações Empresariais e Sindicais; 🚩 Entidades Promotoras de Centros Qualifica; 🚩 ADL's e entidades associativas.

C3. Dimensões de Coerência com Objetivos Específicos FSE +

Esta Secção reveste uma dupla função de apreciação preliminar da coerência do exercício efetuado:

- (i) síntese dos Objetivos específicos e das principais Tipologias de intervenção propostas à luz da Matriz de Objetivos Específicos do FSE+, segundo o respetivo Regulamento, uma coerência reforçada pela sinalização das principais Tipologias de Ação para a vertente FSE+ do futuro PO Regional; e
- (ii) relação entre as Orientações da Nova Agenda de Competências da União Europeia e a Matriz de Objetivos Específicos e Tipologias de Ação do PO Algarve 2021-2027.

Conforme decorre do preenchimento das tabelas seguintes, os níveis de racionalidade e coerência são bastante acentuados nos diferentes Domínios de intervenção contemplados na Matriz de Objetivos, designadamente Qualificações, Emprego e Inclusão Social.

A heterogeneidade das Tipologias identificadas assegura a cobertura do perfil de modalidades de educação e formação profissional, de medidas ativas de política de emprego e em matéria de inclusão ativa.

A ponderação entre as linhas de força do Diagnóstico de Constrangimentos e as necessidades de intervenção prioritária, por um lado, e a dotação financeira programável, por outro lado, deverá equilibrar os recursos por forma a assegurar uma mobilização eficaz e eficiente do FSE+ na Região.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Relação “Objetivos específicos do FSE+ X Dimensões-chave para o PO Algarve 2021-2027

Objetivos específicos do FSE +	Dimensões-chave de abordagem para o PO Algarve 2021-2027
🚩 Melhorar o acesso ao emprego para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e para as pessoas inativas.	Objetivos Específicos: (OE 1) Melhorar o acesso ao emprego e a empregabilidade dos jovens, promovendo a atração e sua fixação no território em empregos de qualidade e sustentáveis; (OE 2) Promover a Empregabilidade, estabilização e elevação da qualidade do emprego a desempregados e trabalhadores sazonais; e (OE 3) Desenvolver ecossistemas regionais amigos do empreendedorismo, em novos setores e procuras específicas potenciadoras da diversificação da base económica regional. Principais Tipologias: <i>Estágios Emprego; Apoio à Contratação de Jovens na sequência de EE; Apoio à Contratação de jovens DLD e NEET; Apoio à Contratação de RH altamente qualificados; Estágios de curta duração, precoces e não profissionais.</i> <i>Apoio à Contratação de Desempregados e DLD; Apoio a processos de ALV e RVCC na baixa atividade turística.</i> <i>Estágios Emprego e contratação de animadores de iniciativa empresarial e empreendedora; Criação do próprio emprego e empresa por jovens e desempregados qualificados e NEET; Qualificação para a criação de emprego e empresas; Infraestruturação de redes de comunicação; Área de incubação empresarial e de negócios para a Economia Azul; Adaptação/requalificação de imóveis para cowork e microempreendedorismo.</i>
🚩 Modernizar as instituições e os serviços do mercado de trabalho no sentido de avaliar e antecipar necessidades de competências e adequar a oferta e a procura no mercado de trabalho, favorecendo as transições e a mobilidade.	Objetivos Específicos: (OE 4) Modernizar e qualificar as instituições, os serviços e os agentes do mercado de trabalho. Principais Tipologias: <i>Criação de mecanismos permanentes de observação das dinâmicas do mercado de trabalho; Modernização requalificação e equipamento das infraestruturas do sistema de educação e formação; Reforço da rede de Centros Qualifica; Capacitação técnica e institucional para os fundos comunitários.</i>
🚩 Promover a adaptação dos trabalhadores, empresas e empresários à mudança, ao envelhecimento ativo e saudável e aos riscos para a saúde.	Objetivos Específicos: (OE 8) Estimular a adaptação dos trabalhadores, das organizações e da população ao envelhecimento ativo, à prevenção de doenças e a estilos de vida saudáveis. Principais Tipologias: <i>Formação dos profissionais de saúde, técnicos das ADL's, das entidades da economia social e das autarquias locais; Capacitação técnica e institucional para as atividades de animação e dinamização; Empreendedorismo social e contratação a tempo parcial de seniores com mais de 55 anos; Consultoria de seniores no</i>

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Objetivos específicos do FSE +	Dimensões-chave de abordagem para o PO Algarve 2021-2027
	<i>acompanhamento e montagem de negócios; Apoio ao voluntariado social por seniores; Participação de seniores em processos de ALV.</i>
 Melhorar a qualidade, a inclusividade, a eficácia e a relevância dos sistemas de educação e formação, nomeadamente validando a aprendizagem não formal e informal, a fim de favorecer a aquisição de competências essenciais, inclusive nos domínios do empreendedorismo e do digital, e promovendo a introdução de sistemas de formação dual.	Objetivos Específicos: (OE 5) Melhorar a qualidade, a eficácia e a relevância dos sistemas de educação e formação para o mercado de trabalho, no combate ao abandono escolar precoce. Principais Tipologias: <i>Reorganização da oferta de Cursos Profissionais nas Escolas Secundárias; Incremento da oferta de Cursos Profissionais das Escolas Profissionais; Incremento da oferta de CET; Apoio a CTESP; Alinhamento da oferta de Cursos de Aprendizagem; Constituição de Polos de Competência de Oferta de Formação setoriais ou geográficos; Atualização de competências técnicas e pedagógicas dos RH do sistema de educação-formação; Reorganização da oferta de nível superior das IES.</i>
 Promover a igualdade de acesso e conclusão de uma educação e formação de qualidade e inclusiva, em particular para grupos desfavorecidos, na educação e formação geral e profissional, até ao nível superior, bem como educação e formação de adultos.	Objetivos Específicos: (OE 6) Promover a igualdade de acesso e a conclusão de uma educação de qualidade e inclusiva. Principais Tipologias: <i>Reforço da oferta em dupla certificação de Formação Modular Certificada e Cursos EFA; Alargamento da Rede de Centros Qualifica (escolares e profissionais) em meio rural; Formação para aquisição de competências básicas.</i>
 Promover a aprendizagem ao longo da vida, através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho,....	Objetivos Específicos: (OE 7) Ultrapassar o défice de competências regionais, através da ALV, da melhoria de competências e da requalificação de ativos empregados e desempregados. Principais Tipologias: <i>Medida Cheque Formação seletiva; Formação contínua para a transição digital, verde e energética; Aquisição de competências digitais para autonomia no trabalho remoto; Processos RVCC em Centros Qualifica; Cursos EFA e FMC na reconversão profissional; Aproximação da oferta formativa aos destinatários.</i>
 Promoção da inclusão ativa para melhorar a empregabilidade dos grupos desfavorecidos e em risco de pobreza ou exclusão social (com ou sem acesso a medidas de proteção social no âmbito do SD e RSI), incluindo migrantes.	Objetivos Específicos: (OE 9) Promover a inclusão social e a inserção laboral da imigração económica, para a dinamização do mercado de trabalho e a sustentabilidade demográfica; e (OE 10) Favorecer a empregabilidade e a inclusão social dos grupos desfavorecidos e em risco de pobreza ou exclusão social (com ou sem acesso à proteção social do SD e RSI).

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Objetivos específicos do FSE +	Dimensões-chave de abordagem para o PO Algarve 2021-2027
	Principais Tipologias: <i>Medidas do mercado social de emprego para imigrantes sem proteção social; Processos RVCC para imigrantes; Processos de ALV e CEI para imigrantes entre atividades sazonais;</i> <i>Centro Qualifica dedicado à imigração económica.</i> <i>Ações de formação profissional de dupla certificação; Programas CEI e CEI+ combinados com processos RVCC; Centro Qualifica promovido por entidades do setor social e solidário; Contratação sem termo dos abrangidos por processos CEI e CEI+ combinados com RVCC; Reforço de competências dos profissionais e agentes da economia social; Empreendedorismo social em várias áreas.</i>

Relação Agenda de Competências para a Europa X Dimensões-chave para o Algarve 2021-2027

Agenda de Competências para a Europa [Competitividade sustentável, Justiça social e Resiliência]	Dimensões-chave de abordagem para o PO Algarve 2021-2027 [Objetivos Específicos/Tipologias de Ação]
	Objetivos Específicos: (OE 2) Promover a Empregabilidade, estabilização e elevação da qualidade do emprego a desempregados e trabalhadores sazonais. (OE 6) Promover a igualdade de acesso e a conclusão de uma educação de qualidade e inclusiva. (OE 7) Ultrapassar o défice de competências regionais, através da ALV, da melhoria de competências e da requalificação de ativos empregados e desempregados. Principais Tipologias: <i>Apoio a processos de ALV e RVCC na baixa atividade turística;</i> <i>Alargamento da Rede de Centros Qualifica (escolares e profissionais) em meio rural; Formação contínua para a transição digital, verde e energética; Aquisição de competências digitais para autonomia no trabalho remoto; Processos RVCC em Centros Qualifica; Cursos EFA e FMC na reconversão profissional; e Aproximação da oferta formativa aos destinatários.</i>
	Objetivos Específicos: (OE 4) Modernizar e qualificar as instituições, os serviços e os agentes do mercado de trabalho. (OE 7) Ultrapassar o défice de competências regionais, através da ALV, da melhoria de competências e da requalificação de ativos empregados e desempregados. Principais Tipologias:

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E
INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)**

Agenda de Competências para a Europa [Competitividade sustentável, Justiça social e Resiliência]	Dimensões-chave de abordagem para o PO Algarve 2021-2027 [Objetivos Específicos/Tipologias de Ação]
	<i>Modernização requalificação e equipamento das infraestruturas do sistema de educação e formação; Reforço da rede de Centros Qualifica; e Aproximação da oferta formativa aos destinatários.</i>
	Objetivos Específicos: (OE 7) Ultrapassar o défice de competências regionais, através da ALV, da melhoria de competências e da requalificação de ativos empregados e desempregados. Principais Tipologias: <i>Formação contínua para a transição digital, verde e energética; Aquisição de competências digitais para autonomia no trabalho remoto; Processos RVCC em Centros Qualifica; e Cursos EFA e FMC na reconversão profissional.</i>
	Objetivos Específicos: (OE 5) Melhorar a qualidade, a eficácia e a relevância dos sistemas de educação e formação para o mercado de trabalho, no combate ao abandono escolar precoce. Principais Tipologias: <i>Reorganização da oferta de Cursos Profissionais nas Escolas Secundárias; Incremento da oferta de Cursos Profissionais das Escolas Profissionais; Incremento da oferta de CET; Apoio a CTaSP; Alinhamento da oferta de Cursos de Aprendizagem; Reorganização da oferta de nível superior das IES.</i>

**INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E
INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)**

Agenda de Competências para a Europa [Competitividade sustentável, Justiça social e Resiliência]	Dimensões-chave de abordagem para o PO Algarve 2021-2027 [Objetivos Específicos/Tipologias de Ação]
	Objetivos Específicos: (OE 10) Favorecer a empregabilidade e a inclusão social dos grupos desfavorecidos e em risco de pobreza ou exclusão social (com ou sem acesso à proteção social do SD e RSI). (OE 8) Estimular a adaptação dos trabalhadores, das organizações e da população ao envelhecimento ativo, à prevenção de doenças e a estilos de vida saudáveis. (OE 6) Promover a igualdade de acesso e a conclusão de uma educação de qualidade e inclusiva. Principais Tipologias: <i>Ações de formação profissional de dupla certificação; Programas CEI e CEI+ combinados com processos RVCC; Centro Qualifica promovido por entidades do setor social e solidário;</i> <i>Participação de seniores em processos de ALV; Suporte à manutenção da independência, autonomia e atividade saudável no envelhecimento.</i> <i>Alargamento da Rede de Centros Qualifica (escolares e profissionais) em meio rural; Formação para aquisição de competências básicas.</i>
	Objetivos Específicos: (OE 9) Promover a inclusão social e a inserção laboral da imigração económica, para a dinamização do mercado de trabalho e a sustentabilidade demográfica. (OE 10) Favorecer a empregabilidade e a inclusão social dos grupos desfavorecidos e em risco de pobreza ou exclusão social (com ou sem acesso à proteção social do SD e RSI). Principais Tipologias: <i>Processos RVCC para imigrantes; Processos de ALV e CEI para imigrantes entre atividades sazonais; Centros Qualifica dedicado à imigração económica.</i> <i>Ações de formação profissional de dupla certificação; Programas CEI e CEI+ combinados com processos RVCC; Centro Qualifica promovido por entidades do setor social e solidário.</i>

C4. Condições de Operacionalização das Intervenções

A crise pandémica veio chamar a atenção para um conjunto de fragilidades e desafios territoriais a ultrapassar, no respeitante à capacitação institucional para um melhor aproveitamento dos fundos comunitários do período de programação 2021-27, no quadro do diagnóstico regional desenvolvido (Fase B) que evidencia a existência de **fragilidades** a superar:

- A sobre especialização da economia regional em torno das atividades turísticas e associadas, condicionando a afirmação de dinâmicas de diversificação da economia regional e rentabilização das qualificações superiores produzidas no território ou a atrair para o mesmo, manifesto na subtilização do trabalho e na sobre qualificação do emprego, afetando particularmente os jovens, o que desorienta por sua vez a construção da oferta de qualificações pelas IES regionais e outros operadores do sistema;
- Insuficiente coordenação e articulação entre os operadores regionais do sistema de educação e formação, no que toca à oferta de qualificações de nível médio, a instalações e equipamentos, a bolsas de formadores... tanto ao nível horizontal, com vista a evitar as duplicações e assegurar complementaridades de cobertura territorial, quanto ao nível vertical, no que respeita à integração da oferta intermédia com os níveis superiores do sistema, nomeadamente as IES, como ainda na relação com o tecido empresarial e autarquias, assegurando o acompanhamento dos investimentos em curso no território e a produção de competências à medida das necessidades em emergência;
- Incerteza quanto ao ritmo e direção da recuperação económica e do emprego na fase pós pandemia, desde a tipologia de qualificações necessárias ao acompanhamento daquele processo, em boa parte condicionado e ditado pela dinâmica de execução dos fundos comunitários na expansão de setores consolidados e na afirmação de setores emergentes como a agricultura, o agroalimentar, as energias renováveis, a economia azul, as biotecnologias e o turismo;
- As tendências do trabalho em afirmação, emergentes da crise pandémica, a par de alterações de hábitos e modos de vida dos consumidores, ambas com implicações nos modelos de oferta de serviços e no funcionamento dos mercados de trabalho e na produção de qualificações necessárias aos novos modelos, formas e relações entre os agentes, ditando a necessidade de um maior envolvimento destes últimos no acompanhamento dos processos em curso, por todo o território e nos vários setores da economia, nomeadamente parceiros sociais, entidades da sociedade civil, agentes de desenvolvimento regional e da economia social e solidária.

Na ótica da concretização das Intervenções prioritárias identificadas, importa sinalizar um conjunto de relevantes **Desafios e Oportunidades**, a ter presente na atuação das

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

entidades do sistema de atores da educação/formação profissional, emprego e inclusão social:

- A oportunidade de envolvimento mais intenso dos agentes do território ligados ao mundo rural, nomeadamente ADL's, GAL, entidades associativas da pequena produção, de forma seletiva, no acesso ao financiamento comunitário, em função da capacidade de execução e dinamização de projetos, de forma autónoma, sem prejuízo de que tal territorialização das execuções seja precedida por ações de capacitação institucional, envolvendo municípios e a AMAL, com vista à preparação de processos de liderança local para a gestão local e regional de processos de financiamento;
- As dinâmicas regionais do envelhecimento da população e do turismo residencial destacam consideravelmente o eixo do envelhecimento ativo e saudável, associado à promoção da qualidade de vida regional, o que exigirá intervenções mais robustas e alargadas do que no passado recente, nomeadamente na potenciação do cluster da saúde humana e da economia do bem-estar, envolvendo os seus atores e agentes, pressionando no sentido de uma maior capacitação técnica e institucional dos mesmos para a inovação social, nomeadamente nas entidades economia social e solidária mas também nos agentes e operadores turísticos, com vista à exploração de novas oportunidades nas áreas do medical wellness, da alimentação saudável e dedicada, da reabilitação, na animação associada à valorização ao património do território;
- A necessidade de montagem de sistemas de informação assentes em mecanismos ativos de observação das dinâmicas territoriais do emprego e do investimento económico, por forma a dar resposta atempada e adequada a ambos, nomeadamente na produção de qualificações, de forma coordenada e concertada entre os agentes do sistema de educação e formação, a AMAL, ...;
- A exigência de um maior envolvimento e responsabilização dos parceiros sociais nos objetivos de formação contínua dos ativos empregados e desempregados, no reforço e requalificação de competências para a empregabilidade e diminuição da exposição ao risco de desemprego, suprimindo coletivamente lacunas e fragilidades do tecido empregador regional no desenvolvimento autónomo de processos de qualificação de colaboradores, os quais ganharam importância com a aceleração das transformações do mercado e os novos modelos de trabalho decorrentes da crise pandémica: autonomia e capacidade de organização para o trabalho remoto e flexível, e-commerce, conciliação vida familiar e atividade profissional, ...

A **Antecipação das necessidades de qualificações (SANQ)** a produzir pelo sistema de educação e formação, tanto ao nível intermédio como superior, observa no contexto pós pandemia, algumas condicionantes e incertezas acrescidas e agravadas pelo mesmo contexto, embora a diferentes níveis, decorrentes do grau de flexibilidade exigida aos seus agentes e operadores:

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

Na oferta de qualificações de nível superior, um conjunto de orientações sobre dificuldades de recrutamento por parte de alguns setores de atividade mantêm a mesma relevância do que antes da crise pandémica (como a hotelaria, a restauração, a agricultura e o comércio), no caso dos setores principais e consolidados, ou em atividades de suporte aos mesmos, e dos setores emergentes (como a economia do mar; a reparação e manutenção de embarcações; a manutenção hoteleira, de equipamentos e de infraestruturas; as novas produções agrícolas e da floricultura e horticultura; a saúde e bem-estar humano; e a logística, distribuição e transportes).

Na oferta de qualificações de nível intermédio, para além do quadro mais estabilizado de necessidades de qualificações previsíveis a médio prazo identificado no ponto anterior, acresce que as paragens de atividade de alguns setores de atividade, decorrentes dos confinamentos obrigatórios durante a pandemia, acarretou uma intensa debandada de recursos humanos do turismo e atividades associadas para outras menos afetadas pela crise pandémica (construção civil, logística e agricultura) agravando as dificuldades de recrutamento no turismo e atividades relacionadas (hotelaria, restauração e comércio) na fase da retoma económica, nomeadamente dos trabalhadores necessários à componente de sazonalidade de tais atividades. A dificuldade estará, de agora em diante, em encontrar recursos humanos suficientes, seja com as qualificações adequadas, seja com qualificações a reconverter para as necessidades identificadas, num contexto em que persistem obstáculos variados (desvalorização social e salarial de algumas profissões, constrangimentos da mobilidade intrarregional e disponibilidade e acesso a habitação).

A promoção da melhoria da qualidade da oferta formativa inicial e contínua que assegure a disponibilidade de recursos humanos apetrechados com as competências ajustadas às necessidades do mercado de trabalho regional, exige uma articulação diferente entre os agentes do sistema regional de educação e formação, assim como uma organização coordenada na relação da oferta com os agentes do território, matéria abordada na fundamentação de prioridades de atuação e Tipologias do Objetivo Específico 5.

A constituição de **Polos de Competência de Oferta de Formação**, setoriais ou geográficos, poderia articular a coerência e relevância da oferta formativa entre e com os operadores do sistema de educação-formação e vários organismos públicos, com vista à partilha de recursos comuns: instalações, equipamentos, bolsas de formadores, redes de transportes municipais. Esta perspetiva está configurada numa das tipologias de operações propostas no âmbito do OE 5, que enquadra também a esfera institucional (Direção de Serviços da DGEstE e AMAL), no âmbito da coordenação da articulação entre os produtores de qualificações intermédias e superiores, e da facilitação das relações do sistema de educação e formação com o território e os seus agentes.

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

A desejável adoção da metodologia SANQ deverá ter sempre em atenção que, para efeitos de complementaridade entre o sistema de educação e formação e outros produtores de qualificações fora do sistema, as qualificações presentes num território podem ser obtidas não apenas através dos tradicionais mecanismos de formação, mas também adquiridas pela experiência e reconhecidas, validadas e certificadas em processos RVCC nos Centros Qualifica. Em particular, tenha-se presente os casos em que a imigração continua a ter uma importância decisiva, clamando por uma articulação e coordenação supramunicipal nos domínios da habitação e do acesso aos serviços de interesses geral que encontrará nas CIM um espaço adequado à liderança de modelos de governança colaborativa entre os agentes do território (municípios, ADL's, entidades da economia social e parceiros sociais).

Retomando os Objetivos específicos propostos, para além do OE 5, também o OE 4 dedica a sua atenção à necessidade de modernização e qualificação das instituições e agentes regionais do mercado de trabalho, no tocante à resposta em qualificações às necessidades do mercado, mas igualmente na requalificação de estruturas e sistemas de informação e regulação, promovendo a aproximação das mesmas aos destinatários (tecido empresarial, ADL's, autarquias locais, serviços públicos, economia social e solidária, parceiros sociais...), ou seja, dinamizando proativamente os mecanismos de do Programa Operacional Regional.

A modernização das instituições e dos serviços do mercado de trabalho e do sistema de produção de qualificações, também deve ser orientada na direção da capacitação para avaliar e antecipar necessidades de competências e adequar a oferta e a procura no mercado de trabalho, melhorando a qualidade do emprego e a atratividade territorial na atração e consolidação regional de investimentos. Em idêntico sentido, a dinamização de respostas pelos serviços públicos regionais à pressão da crise pandémica (face às fragilidades de dimensão e iniciativa do tecido económico regional, dos agentes associativos e da economia social, no recurso aos fundos comunitários), figura entre as prioridades da ação coletiva regional propostas no âmbito da gestão do novo período de programação.

Nesta dimensão da ação coletiva regional para a gestão das intervenções de um Programa Operacional Regional que poderá ser bastante exigente quanto às condições de governação (colaborativa, no envolvimento desejavelmente intenso dos diferentes agentes públicos, privados, associativos e solidários do território (face à acumulação dos pacotes financeiros disponibilizados pelos vários instrumentos de programação: restante do CRESC 2020, PRR, QFP 2021-27/30), a conjugação das prioridades regionais com dimensões-chave sinalizadas pela Estratégia Portugal 2030, que referencia explicitamente as questões da Governança e da Capacitação, poderá encontrar aqui algum enquadramento:

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

- A necessidade de assegurar eficácia e eficiência ao PO Regional, por via da simplificação e flexibilização dos mecanismos e regras de acesso, estimulando uma maior participação dos agentes do território (operacionalização de intervenções com parcerias qualificadas territorialmente sustentadas, estimulantes do envolvimento dos múltiplos agentes regionais);
- A oportunidade de valorização da eficiência da ação coletiva, da qualificação na liderança/gestão e da capacitação dos consórcios/parcerias promotoras das intervenções a financiar ao abrigo do PO Regional, em novas formas de cooperação territorial multinível;
- A vantagem de estimular e apoiar a participação colaborativa dos agentes de desenvolvimento do território na dinamização do potencial económico trabalhando uma nova inteligência coletiva dos territórios, via partenariado em redes coletivas colaborativas e dinâmicas concertadas territorialmente, capacitação institucional e técnica de entidades locais e regionais para a prossecução de novas competências de gestão e captação de investimento empresarial;
- A garantia da transparência da governança colaborativa e participada dos Fundos Europeus, por via da auscultação e participação dos diversos agentes do território, partilha de informação atualizada e conectividade em redes e plataformas regionais de cooperação.

A capacitação institucional das CIM e o reforço das estruturas técnicas de governança regional afiguram-se oportunos e necessários, sobretudo nos processos de animação, qualificação e consolidação da eficiência coletiva de intervenção dos atores regionais. Uma intervenção coletiva articulada beneficiará destes processos, nos domínios da cooperação intersectorial, na coordenação institucional e na integração intermunicipal, matérias que cabem na esfera de atribuições e competências do **Conselho de Coordenação Intersectorial (CCI)**, o órgão que promove a coordenação técnica da execução das políticas da administração central, à escala regional.

No CCI têm assento os dirigentes dos serviços locais desconcentrados da Administração Central do Estado e dos serviços periféricos das várias áreas setoriais, para além do presidente da CIM e de entidades externas que podem ser chamadas a participar, tendo entre as suas competências o acompanhamento da elaboração e da execução das políticas públicas nacionais desconcentradas, a dinamização da articulação intersectorial em termos de concertação estratégica, de ordenamento do território e de planeamento das intervenções de natureza económica, social e ambiental, para além da proposta de melhoria dos procedimentos de articulação intersectorial que reforcem a eficácia e a eficiência do Estado na Região.

A promoção da participação dos atores regionais na execução do PO Regional e a transparência da governança colaborativa, nomeadamente no que respeita à partilha de informação sobre a dinâmica de execução das prioridades do PO, beneficiaria da

INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS EM MATÉRIA DE QUALIFICAÇÕES, EMPREGO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O ALGARVE (2021-2027)

criação de uma Estrutura Técnica Autónoma, interna ao CCI e de apoio ao seu funcionamento, assegurando algumas operações, naturalmente em coordenação com o Observatório de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais:

- Criação e divulgação de instrumentos de monitorização de resultados e efeitos, focados em dimensões-problema da Região e intervenções das principais políticas públicas;
- Acompanhamento e divulgação da dinâmica de execução das prioridades do PO Regional;
- Análise e divulgação dos impactos dos projetos em execução, no âmbito do PO Regional, nas dinâmicas do mercado de trabalho regional;
- Análise da dinâmica e coerência da oferta de qualificações regionais, na esfera dos vários atores do sistema de educação-formação;
- Estimativa de necessidades e perfis de qualificações necessárias em resposta à dinâmica gerada pela execução do PO Regional;
- Divulgação sistemática e periódica da informação junto dos parceiros sociais (associações empresariais, comerciais e sindicais), de organizações de produtores, de ADL's, entidades da economia social e solidária, associações culturais e da sociedade civil.